

RELATÓRIO
ANUAL DE
INFORMAÇÕES
RAI 2015



Sumário

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES RAI 2015

Abertura

Introdução	04
Mensagem da Diretoria	05
Retrospectiva 2015	06

Institucional

O Instituto	12
Postalís em números	14
Alteração do Estatuto	19

Investimentos

Demonstrativo de Investimentos	20
Resultados de investimentos e enquadramentos	40
Síntese da Política de Investimentos para 2016	43

Resultados

Demonstrações Contábeis	47
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis	59

Pareceres e Relatórios

Relatório dos Auditores Independentes	103
Parecer atuarial do Plano PBD	108
Parecer atuarial do Plano Postalprev	112
Parecer do Conselho Fiscal	115
Parecer do Conselho Deliberativo	124

Expediente

126

Introdução

Apresentamos o Relatório Anual de Informações do Postalis que traz as principais realizações e indicadores do Instituto em 2015.

Este documento constitui-se em fundamental ferramenta de comunicação entre o Postalis e seus participantes ativos e assistidos. É a prestação de contas da organização perante a sociedade, apresentando os resultados alcançados ao longo do ano.

Como o conteúdo é formado por inúmeros quadros, gráficos, tabelas e termos técnicos

da seara financeira e contábil, sugerimos, para melhor compreensão do documento, que o leitor consulte a revista em quadrinhos “Entendendo as demonstrações contábeis do seu plano de aposentadoria”, disponibilizada no site do Postalis (http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gibi_completo.pdf). Nela, por meio da conversa entre dois personagens, termos técnicos que são geralmente usados nas demonstrações contábeis são abordados de maneira simples e didática.



Mensagem da Diretoria

Prezado(a) participante,

O ano de 2015 foi difícil para grande parte das entidades de previdência complementar no Brasil. O cenário do país foi marcado pelo desaquecimento econômico e inflação alta, com todas as suas consequências, tais como: redução do nível de emprego, do nível de confiança dos agentes econômicos e, logicamente, resultados nefastos sobre os investimentos.

No Postalís não foi diferente. O Plano PostalPrev encerrou o exercício com rentabilidade positiva, mas, no Plano BD, iniciamos 2016 com a árdua tarefa de implantar um novo plano de equacionamento de déficit.

Em maio de 2015, firmamos com a Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que suspendeu o plano que previa contribuições de 25,98% sobre os valores do Benefício Proporcional Saldado, das pensões e aposentadorias e estabeleceu que um novo plano de equacionamento deveria ser aprovado até o final do ano, para entrada em vigor em 2016.

Com o acordo, o Postalís tinha como objetivo fazer com que esse tempo a mais permitisse que o sucesso de algumas das muitas ações em curso tivesse um efeito redutor no valor do déficit a ser equacionado.

Ao longo de todo o ano, trabalhamos para melhorar a situação do Plano BD. Além dos esforços em busca de melhores resultados financeiros para o plano, o Instituto se manteve empenhado nas tratativas com a patrocinadora para o pagamento da RTSA, na negociação com devedores para recuperar os ativos provisionados e na propositura e

acompanhamento de ações judiciais contra o BNY Mellon para o pagamento dos prejuízos acarretados ao Instituto em decorrência de falhas em sua atuação como administrador da carteira.

Além das medidas citadas, o Postalís participou ativamente do debate a respeito de alterações nas Resoluções CGPC 18 e 26, que concederam um prazo maior para o equacionamento dos déficits e adotaram uma nova forma de cálculo para o déficit a ser equacionado. Foram essas alterações na legislação que efetivamente possibilitaram a redução no percentual de equacionamento dos 25,98% inicialmente previstos para os 17,92% praticados atualmente.

Neste momento, o equacionamento do déficit é medida fundamental para a preservação dos direitos dos participantes. Temos o dever e a responsabilidade de zelar para a perenidade dos planos que administramos.

Destacamos que os nossos esforços para a melhoria da governança nos permitiram alcançar avanços importantes para assegurar que os investimentos sejam feitos de forma mais segura, transparente e com menor exposição ao risco.

Em 2016, continuaremos trabalhando para a consolidação da governança do Instituto e em busca de melhores resultados nos investimentos. O objetivo é que nossos associados possam desfrutar de uma aposentadoria tranquila junto às suas famílias.

Por fim, gostaríamos de lembrá-los do importante papel que cada um dos participantes tem no acompanhamento da gestão de seu fundo de pensão.

A Diretoria

Retrospectiva 2015

Recadastramento de pensionistas e aposentados

De abril a outubro, mais uma vez, o Postalís realizou a campanha de recadastramento de pensionistas e aposentados com o objetivo principal de preservar a regularidade do pagamento das aposentadorias e pensões.

Presidente faz palestras sobre o equacionamento do déficit

Nos meses de março e abril, o diretor-presidente do Postalís, Antonio Carlos Conquista, viajou por algumas Diretorias Regionais para falar sobre o Plano de Equacionamento do Déficit do plano BD Saldado que estava na iminência de ser aplicado.

A Diretoria Regional de Minas Gerais foi a primeira a receber o encontro. O evento aconteceu no dia 13/03.

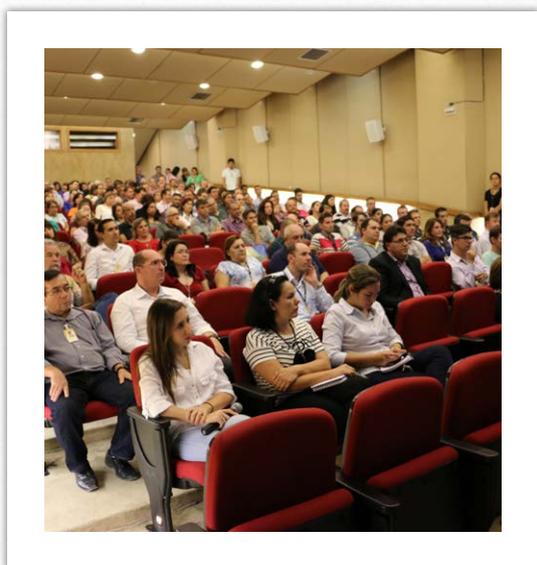
No dia 26/03, o diretor-presidente esteve na Diretoria Regional do Paraná. O even-



to teve a presença de empregados da ativa e aposentados. Conquista fez uma explanação sobre o plano de equacionamento e as razões que levaram a diretoria do Instituto a adotar as contribuições extraordinárias, além de explicar as ações que estão sendo tomadas para melhorar a gestão e a transparência no Postalís.

Na DR/SPI, dia 09/04, o diretor-presidente fez duas apresentações, ambas no auditório do edifício sede da diretoria, em Bauru. Na primeira, com duas horas de duração, ele falou a aposentados e filiados à União dos Aposentados dos Correios em Bauru (Unacob). Logo em seguida, fez uma segunda apresentação para os empregados ativos da diretoria. Em ambas, houve exposição inicial seguida de uma rodada de perguntas e respostas.

No dia 10, o presidente se reuniu na DR/SPM com um grupo de 230 participantes, no Auditório Ayrton Senna do Edifício-Sede da Diretoria Regional. Participaram do evento o diretor regional, Wilson Abadio, o diretor



adjunto Eugenio Valentim da Silva, além de empregados, aposentados e representantes da ADCAP, ARACT, SINDECT/SANTOS e SINDECT/SP.

Postalís marca presença no 74º CONREP

O diretor de Seguridade do Postalís, Paulo Sá, participou no dia 12 de março, em Fortaleza (CE), de uma rodada de discussões no 74º CONREP – reunião do Conselho de Representantes da FAACO. O fundo de pensão dos Correios procura estar sempre presente nestes eventos que discutem os interesses dos aposentados e aposentáveis da instituição.

Não autorização da cobrança de contribuições extraordinárias

Em março, o Postalís esclareceu aos participantes do plano BD salgado que os documentos/formulários que circulavam entre os empregados dos Correios para desautorização

da cobrança de contribuição extraordinária não tinham amparo legal.

A autorização para cobrança de eventuais contribuições extraordinárias faz parte do contrato do participante com o plano, e está prevista no regulamento artigo 65, incisos IV, V e VI.

A adoção de medidas para equacionamento de déficits é um dever dos dirigentes dos fundos de pensão, sob pena de aplicação de sanções pelo órgão regulador, a PREVIC.

Conselheiros eleitos e indicados tomam posse

No dia 25/03, ocorreu a solenidade de posse dos novos conselheiros eleitos pelos participantes para os conselhos deliberativo (COD) e fiscal (COF) do Instituto.

Sergio Maurício Bleasby Rodrigues e Vinicius Moreno foram empossados, respectivamente, como membro efetivo e primeiro suplente para o COD. Para o COF, foi empossado Angelo Saraiva Donga como membro efetivo e Amanda Corcino Garcia como primeira suplente.





Em novembro, durante a 12ª. Reunião Extraordinária do COD tomaram posse os novos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal do Instituto, indicados pela patrocinadora.

Para o Conselho Deliberativo foram empossados os senhores Areovaldo Alves de Figueiredo, que preside o Conselho em substituição a Ernani Coelho, e Máximo Joaquim Calvo Villar Junior, substituindo Marcos Antônio Rodrigues Barbosa. Os respectivos suplentes indicados foram: Ângela Rosa da Silva (ex-conselheira fiscal) e Hudson Alves da Silva.

Para o Conselho Fiscal foi indicado Juliano Armstrong Arnosti como membro efetivo e seu suplente, Cícero Ricardo de Santa Rosa. Armstrong substituiu Antônio Alberto Rodrigues da Costa.



Encontro com Entidades Representativas em 2015

A diretoria executiva do Postalís recebeu, na sede do Instituto, entidades representativas de participantes e membros dos conselhos em 2 reuniões (abril e novembro), para tratar da situação dos planos de benefícios, medidas de melhoria na governança, plano de equacionamento e TAC, além das notícias que foram veiculadas na mídia.

Estiveram presentes representantes da Fentect, Anapost, FAACO, ADCAP, Sintect-DF, SCMM e os conselheiros fiscais e deliberativos.

Liminar suspende Contribuição Extraordinária ao BD mas TJDF acata recurso do Postalís

Em decisão proferida no dia 30/04, o TJDF acolheu recurso interposto pelo Postalís e suspendeu os efeitos da liminar que determinava a cessação da cobrança de contribuição extraordinária para equacionamento do déficit do plano BD saldado.

No dia 28, a juíza da 1ª Vara Cível já havia reconsiderado parcialmente a decisão anterior e restringia os efeitos da liminar aos participantes e assistidos que integram a parte autora, ou seja, os associados da ADCAP.

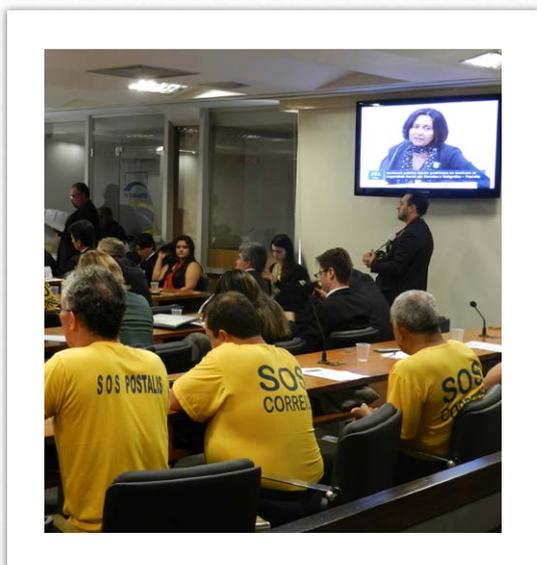
TAC suspende Equacionamento do Déficit 2015

Em maio, o Postalís firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, com a anuência dos Correios, suspendendo o equacionamento do déficit que deveria ter entrado em vigor em abril de 2015.

Com o TAC, o Equacionamento 2015, que propunha descontos de contribuições extraordinárias de 25,98%, ficou suspenso e voltaram a ser cobradas as contribuições extraordinárias de 3,94%, conforme vinha acontecendo até março daquele ano. Um novo plano de equacionamento foi aprovado e entrou em vigor em junho de 2016.

Postalís participa de audiência no Senado

O Postalís participou no dia 09/06, da audiência pública no Senado Federal promovida pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA). O evento teve como objetivo debater sobre problemas no Postalís, especificamente sobre



a difícil situação financeira do plano BD Saldado e contou com a presença dos senadores, Otto Alencar (PSD/BA), que presidiu a mesa, e Ronaldo Caiado (DEM/GO).

Vários assuntos foram debatidos, entre eles: a má performance nos investimentos do plano BD, o Equacionamento 2015 e sua suspensão através do TAC, a responsabilidade do BNY Mellon como administrador, a reforma do Estatuto do Postalís, entre outros.

Saldamento do plano BD para participantes filiados ao Sindicato de Bauru/SP

Em julho, informamos aos participantes que ainda encontravam-se vinculados apenas ao Plano BD (plano antigo e sem Saldamento) em razão da medida judicial impetrada pelo Sindicato de Bauru e região, em 29/02/2008, que os efeitos impeditivos do saldamento deixaram de existir. Assim, a partir daquele mês, foram adotadas providências para regularizar a situação do grupo.

Diretorias Regionais recebem palestras de Educação Financeira e Previdenciária

No dia 08/07, os funcionários da sede dos Correios em São Paulo participaram de palestra sobre educação financeira e previdenciária, ministrada pelo consultor financeiro Álvaro Modernell. O evento fez parte do projeto “Universo Postalís”, iniciativa do Universo Postalís. Dias 21 e 22, foi a vez dos CTC/Jaguará e CTC/Santo Amaro receberem a palestra, além das consultorias individualizadas.

Em agosto o local escolhido foi o CTC de Londrina (PR). A palestra fez parte da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) da unidade dos Correios. Ainda naquele mês, o Universo Presente re-

alizou a mesma ação em João Pessoa (PB). Em setembro, as palestras foram ministradas em Porto Velho (RO) e Belém (PA).

Em sua fala sobre educação financeira, Álvaro trouxe importantes reflexões sobre a relação das pessoas com o dinheiro. Ele destacou a necessidade de fazer as escolhas relacionadas ao dinheiro de forma consciente.

Diretor-Presidente é reconduzido

O Conselho Deliberativo do Postalís aprovou, durante sua 14ª. Reunião Extraordinária, ocorrida em 29/07, a indicação dos Correios para a recondução do Diretor-Presidente, Antônio Carlos Conquista, por mais 03 anos.

Diretor-Presidente comparece à CPI dos Fundos de Pensão

O diretor-presidente do Postalís, Antonio Carlos Conquista, participou no dia 25/08, de audiência pública da CPI dos Fundos de Pensão. Ele foi convocado para falar sobre o

déficit do Plano BD saldado e sobre os investimentos do Instituto. A comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar a aplicação de recursos dos fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos ocorridas entre 2003 e 2015.

Em sua fala, Conquista explicou a origem do déficit do Plano BD, falou sobre o termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado com a Previc em maio e citou as ações tomadas pelo Postalís para melhorar a governança como o maior rigor no processo de aprovação de novos investimentos; a redução da alçada do diretor financeiro para decisão sobre investimentos; a criação de gerência de risco; a criação do boletim Postalís em Números, que permite aos participantes acompanhar de perto os dados da gestão dos planos; a melhoria na qualidade do risco de crédito, uma vez que serão consideradas apenas as classificações de agências internacionais de rating (Moody's, Standard & Poors e Fitch); a aquisição de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões em Notas do Tesouro Nacional, dentre outras.



Propostas de investimentos têm novo sistema de registro

O Postalis deu início a uma importante mudança na forma de recebimento das propostas de investimentos pela área financeira. Desde setembro de 2015, as propostas têm como única porta de entrada um formulário eletrônico no site do Instituto.

O objetivo principal dessa mudança foi dar mais transparência ao processo de gestão dos investimentos. O sistema registra a origem e data das propostas, bem como outras ações realizadas durante todo o procedimento de análise. Com isso, todas as partes envolvidas podem monitorar a proposta desde o seu recebimento até a conclusão da avaliação.

A nova ferramenta permite a emissão de relatórios de acompanhamentos detalhados, contendo, inclusive, as trocas de mensagens entre o Postalis e os estruturadores dos investimentos.

Postalis participa de reunião no Ministério das Comunicações

O diretor-presidente do Postalis, Antonio Conquista, e sua chefe de gabinete, Maria Auxiliadora da Silva, participaram, no dia 07/10, de mais uma reunião no Ministério das Comunicações para tratar de assuntos relacionados ao déficit do plano de benefícios definido administrado pelo Instituto.

Encontros como esse correram periodicamente ao longo do ano e contaram com a participação de representantes do Postalis, do Ministério das Comunicações, dos Correios, da ADCAP, FAACO, FENTECT, FINDECT, ANAPOST, ARACT, além da Presidente da ANAPAR, Cláudia Ricaldoni.

Os representantes do Postalis falaram sobre a perspectiva positiva com relação às discussões que trataram de alterações na Resolução CGPC 26, DE 29/09/2008, que pro-

punha o alongamento do prazo para equacionamento dos déficits, bem como a permissão para que os planos de previdência pudessem carregar um determinado nível de déficit por um tempo mais longo (alteração do nível de solvência, que era de 100%). No caso do Plano BD Saldado, essa alteração permitiu uma redução nos percentuais a serem cobrados para equacionamento do déficit em 2016.



Gestores se reúnem para elaborar Planejamento Estratégico 2016

Em outubro, os gestores do Postalis e alguns coordenadores de NRP estiveram reunidos, em Brasília, para realizarem a elaboração do Planejamento Estratégico 2016.

Postalis realiza Pesquisa de Satisfação 2015

Dia 08/12 teve início a 10ª edição da pesquisa de satisfação. Anualmente, os participantes e assistidos são consultados com o objetivo de mensurar o grau de satisfação geral com o Instituto, suas opiniões sobre os produtos e serviços oferecidos, veículos de comunicação e o acesso à informação.

A pesquisa foi realizada pela empresa Plus Interativa, do Rio de Janeiro, por meio de entrevistas através de telefone e e-mail.

O Instituto

O Postalís - Instituto de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e um futuro mais tranquilo para os trabalhadores e suas famílias.

O Postalís está entre os 15 maiores fundos de pensão do Brasil em volume de recur-

sos administrados e é o primeiro do Brasil em número de participantes ativos.

Os recursos do Postalís são provenientes das contribuições dos empregados e da patrocinadora. Esses recursos são aplicados e o resultado dos investimentos é que garantirá o pagamento dos benefícios aos participantes.

Comprometido com a qualidade de vida e o bem estar de seus participantes, o Instituto oferece ainda serviço de empréstimos e a possibilidade de aderir a um seguro de vida em grupo.

Visão

Ser reconhecido, até 2020, pela excelência na gestão de planos de benefícios previdenciários, fortalecendo a credibilidade e a satisfação dos participantes de forma sustentável.

Missão

Administrar planos de benefícios de forma transparente e sustentável, contribuindo para a segurança financeira e previdenciária dos participantes.

Valores

Legalidade, objetividade, impessoalidade, imparcialidade, eficiência, qualidade, criatividade, convivência colaborativa, ética, governança e sustentabilidade.





Órgãos Estatutários

São Órgãos Estatutários do Postalis: a Diretoria Executiva; o Conselho Deliberativo; o Conselho Fiscal.

Diretoria Executiva

Responsável por administrar o Postalis de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva é integrada por quatro membros, sendo 2 indicados pelos Correios (Presidente e Diretor de Investimentos) e 2 eleitos pelos participantes (Diretor Administrativo-Financeiro e o Diretor de Benefícios), nomeados pelo Conselho Deliberativo, para um mandatos mandatos de 4 anos.

Conselho Deliberativo

É o órgão máximo do Postalis, responsável pela definição da política geral de adminis-

tração do Instituto e de seus planos de benefícios. Integrado por seis membros efetivos e respectivos suplentes, sendo três nomeados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes, para mandatos de quatro anos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes, sendo dois representantes da patrocinadora e dois eleitos pelos participantes, com mandatos de quatro anos.

O que é a Patrocinadora

É a empresa ou órgão público que cria ou participa de um fundo de pensão com o objetivo de oferecer um plano de previdência complementar para seus empregados ou servidores. Exemplo: Correios – Patrocinadora Instituidora do Postalis. (LC-109, art. 12 e 13; Dec. 4206/02, inciso I).

Postalis em números

72.136	participantes ativos no plano BD
107.576	participantes ativos no plano POSTALPREV
18.099	aposentados no plano BD
2.240	aposentados no plano POSTALPREV
6.699	pensionistas no plano BD
1.101	pensionistas no plano POSTALPREV
82	participantes em benefício de auxílio-doença no plano BD
1.897	participantes em benefício de auxílio-doença no plano POSTALPREV
47	idade média dos participantes ativos no plano BD
43	idade média dos participantes ativos no plano POSTALPREV
56	idade média dos participantes assistidos no plano BD
57	idade média dos participantes assistidos no plano POSTALPREV
R\$ 144.894 milhões	contribuições feitas para o plano BD até dezembro de 2015
R\$ 570.604 milhões	contribuições feitas para o plano POSTALPREV até dezembro de 2015
R\$ 410.997 milhões	total de benefícios pagos no plano BD até dezembro de 2015
R\$ 55.374 milhões	total de benefícios pagos no plano POSTALPREV até dezembro de 2015
13º	posição no ranking dos investimentos dos Fundos de Pensão no Brasil (Fonte: ABRAPP)

Benefícios Pagos - PBD

ESPÉCIE	ACUMULADO/2015
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO	312.037.623,11
APOSENTADORIA POR IDADE	3.502.291,20
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	38.655.275,37
APOSENTADORIA ESPECIAL	269.086,83
(=) SUBTOTAL	354.464.276,51
AUXÍLIO-DOENÇA	229.035,26
(=) SUBTOTAL	229.035,26
SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE	46.286.495,42
PECÚLIO POR MORTE	10.011.006,09
(=) SUBTOTAL	56.297.501,51
AUXÍLIO-FUNERAL	3.234,07
AUXÍLIO-NUPCIAL	2.527,79
AUXÍLIO-NATALIDADE	930,47
AUXÍLIO-RECLUSÃO	0,00
(=) SUBTOTAL	6.692,33
TOTAL GERAL	410.997.505,61

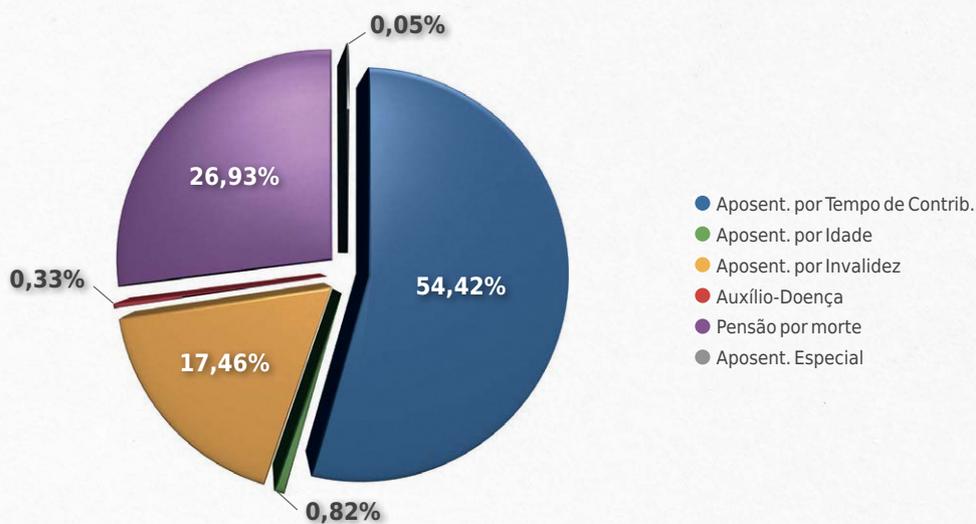
Arrecadação - PBD

CONTRIBUIÇÕES	ACUMULADO/2015
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES (LIMINAR)	1.151.410,08
ATIVOS EQUACIONAMENTO	23.311.659,95
ASSISTIDOS	30.129.196,08
ASSISTIDOS EQUACIONAMENTO	16.275.718,85
SUBTOTAL PARTICIPANTES	70.867.984,96
NORMAL PATROCINADORAS	368.406,37
ESPECIAL PATROCINADORA ECT	1.127,71
ASSISTIDOS PATROCINADORAS	32.158.724,28
ESPECIAL POSTALIS	747.263,16
EQUACIONAMENTO PATROCINADORAS	40.751.372,35
SUBTOTAL PATROCINADORAS	74.026.893,87
TOTAL GERAL	144.894.878,83

Estatísticas Gerais - PBD

DESCRIÇÃO	PBD
Participantes Sexo Masculino	56.013
Participantes Sexo Feminino	16.123
Total de Participantes	72.136
Aposentados Sexo Masculino	13.748
Aposentados Sexo Feminino	4.351
Total de Aposentados	18.099
Idade Média - Aposentados	63
Benefício Médio - Aposentados	R\$1.757,82
Pensionistas Sexo Masculino	1.225
Pensionistas Sexo Feminino	5.474
Total de Pensionistas	6.699
Idade Média - Pensionista	49
Benefício Médio - Pensionista	R\$ 634,96
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Masculino	64
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Feminino	18
Total de Participantes em Auxílio-Doença	82
Idade Média - Auxílio-Doença	55
Benefício Médio - Auxílio-Doença	R\$ 808,12
Total de Assistidos	24.880
Participantes Ativos -Patrocinadora ECT	72.033
Participantes Ativos - Patrocinadora POSTALIS	103
Idade Média dos Participantes Ativos	47
Idade Média dos Assistidos	56
INPC Acumulado desde mar/08	62,53%

TIPO DE BENEFÍCIO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Aposent. por Tempo de Contrib.	10.184	3.355	13.539
Aposent. por Idade	110	95	205
Aposent. por Invalidez	3.443	900	4.343
Aposent. Especial	11	1	12
Subtotal Aposentadorias	13.748	4.351	18.099
Auxílio-Doença	64	18	82
Pensão por morte	1.225	5.474	6.699



Benefícios Pagos - Plano PostalPrev

ESPÉCIE	ACUMULADO/2015
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA NORMAL	5.628.462,28
APOSENTADORIA ANTECIPADA	2.425.862,88
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	4.096.055,39
APOSENTADORIA BAA/BAN (PGTO ÚNICO)	189.135,54
(=) SUBTOTAL	12.339.516,09
BENEFÍCIO DE PECÚLIO POR MORTE	5.742.594,75
PENSÃO POR MORTE	3.619.538,09
PENSÃO POR MORTE (PGTO ÚNICO)	830.028,43
(=) SUBTOTAL	10.192.161,27
AUXÍLIO-DOENÇA	32.842.463,82
(=) SUBTOTAL	32.842.463,82
TOTAL GERAL	55.374.141,18

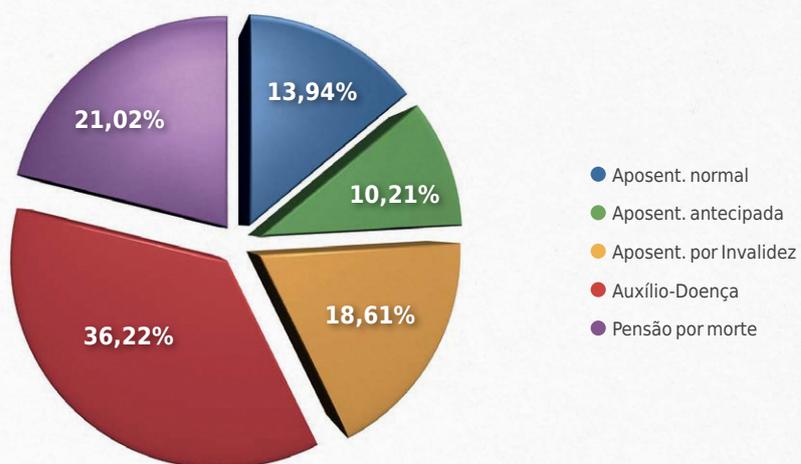
Arrecadação - Plano PostalPrev

CONTRIBUIÇÕES	ACUMULADO/2015
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES BÁSICA	215.688.998,36
PARTICIPANTES ESPECÍFICA	62.621.702,75
PARTICIPANTES VOLUNTÁRIA	6.437.781,72
PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIA	85.460,00
PARTICIPANTES NORMAL - ASSISTIDOS (BAD)	5.352.245,25
SUBTOTAL PARTICIPANTES	290.186.188,08
PATROCINADORAS REGULAR	212.780.288,27
PATROCINADORAS ESPECÍFICA	61.966.458,10
PATROCINADORAS NORMAL - ASSISTIDOS (BAD)	5.671.529,96
SUBTOTAL PATROCINADORAS	280.418.276,33
TOTAL GERAL	570.604.464,41

Estatísticas Gerais - Plano PostalPrev

DESCRIÇÃO	PBD
Participantes Sexo Masculino	82.332
Participantes Sexo Feminino	25.244
Total de Participantes Ativos	107.576
Aposentados Sexo Masculino	1.736
Aposentados Sexo Feminino	504
Total de Aposentados	2.240
Idade Média - Assistido	57
Benefício Médio - Assistido	R\$ 423,66
Pensionistas Sexo Masculino	274
Pensionistas Sexo Feminino	827
Total de Pensionistas	1.101
Idade Média - Pensionista	37
Benefício Médio - Pensionista	R\$ 268,15
Auxílio-Doença - Sexo Masculino	1.394
Auxílio-Doença - Sexo Feminino	503
Total de Participantes em Auxílio-Doença	1.897
Idade Média - Auxílio-Doença	44
Tempo de Patrocinador - Auxílio-Doença	16
Tempo de Plano - Auxílio-Doença	7
Benefício Médio - Auxílio-Doença	R\$ 1.263,76

TIPO DE BENEFÍCIO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Aposent. Normal	583	147	730
Aposent. Antecipada	383	152	535
Aposent. por Invalidez	770	205	975
Subtotal Aposentadorias	1.736	504	2.240
Auxílio-Doença	1.394	503	1.897
Pensão por morte	274	827	1.101



Alteração do Estatuto

O Estatuto do Postalís passou por significativas alterações em 2015. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc aprovou as modificações, com algumas ressalvas, e a portaria foi publicada no **Diário Oficial da União em 17/12/2015**.

Preparamos um **Quadro Comparativo** com a síntese das alterações para que você possa entender o que mudou com a nova versão. Para conhecer o **novo Estatuto**, acesse o site do Postalís (www.postalis.org.br).

Destacamos dentre as alterações ocorridas, a mudança na denominação do Postalís, que deixou de ser Instituto de Seguridade

Social dos Correios e Telégrafos e passou a ser Postalís Instituto de Previdência Complementar, como estratégia visando o multipatrocínio.

Outra alteração foi a introdução de processo eleitoral para escolha de representante dos participantes para compor a Diretoria Executiva do Instituto. Agora, o Diretor Administrativo-Financeiro e o Diretor de Benefícios serão escolhidos pelos participantes. A primeira eleição já ocorreu e teve como eleito, Luiz Alberto Menezes Barreto, para ocupar a Diretoria Administrativo-Financeira. Em 2017, os participantes do Postalís escolherão o Diretor de Benefícios.



Demonstrativo de Investimentos

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO - COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2015	%	2014	%	
RECURSOS GARANTIDORES	5.117.920.134,16	100%	5.042.847.772,07	100,00%	
A. DISPONÍVEL	5.272.498,06	0,10%	2.709.164,10	0,05%	
B. RENDA FIXA	2.526.006.757,17	49,36%	2.106.063.466,97	41,76%	
TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL	886.869.624,32	17,33%	524.881.143,98	10,41%	
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	886.869.624,32	17,33%	524.881.143,98	10,41%	
NTN-C	32.771.471,17	0,64%	29.211.789,87	0,58%	
NTN-F	7.935.717,28	0,16%	7.572.003,24	0,15%	
NTN-B	846.162.435,87	16,54%	488.097.350,87	9,68%	
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	286.860.196,34	5,61%	289.488.225,96	5,74%	
CASAN	CCB	82.909.659,77	1,62%	109.370.051,95	2,17%
CIA ÁGUAS DE ITAPEMA	CCB	43.666.551,03	0,85%	48.434.710,61	0,96%
INVESTMINAS S.A.	CCB	160.283.985,54	3,13%	131.683.463,40	2,61%
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	270.304.575,58	5,28%	319.192.501,57	6,33%	
CESPP	CCI	-	0,00%	23.917.522,41	0,47%
TETTO HABITAÇÃO S.A	CCI	99.284.527,82	1,94%	131.245.250,90	2,60%
PORTBELLO	CCI	44.197.804,70	0,86%	37.207.363,19	0,74%
MTTG EMPREEND E PART	CCI	26.380.829,44	0,52%	34.873.093,21	0,69%
CCI INDAIATUBA	CCI	100.441.413,62		91.949.271,86	
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	71.951.923,77	1,41%	61.651.519,77	1,22%	
SANTANDER	CDB	71.951.923,77	1,41%	61.651.519,77	1,22%
CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS	10.232.905,31	0,20%	9.693.810,85	0,19%	
INFRASEC	CRI	10.232.905,31	0,00%	9.693.810,85	0,19%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2015	%	2014	%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS		5.631.238,86	0,11%	5.902.605,20	0,12%
VALOR A RECEBER CAMBUCI	DEBN	5.631.238,86	0,11%	5.902.605,20	0,12%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS (TIT. EMPRESAS)		14.422,75	0,00%	14.422,75	0,00%
VALE DO RIO DOCE S/A	DEBNE	14.422,75	0,00%	14.422,75	0,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA		994.141.870,24	19,42%	895.239.236,89	17,75%
CARAJAS FIRF	FIRF	62.064.374,59	1,21%	32.304.415,30	0,64%
RIO DOCE	FIRF	28.707.501,18		-	0,00%
GP AETATIS S/A	FIDC	17.479.978,65	0,34%	21.211.039,75	0,42%
CESP	FIDC	10.756.723,00	0,21%	19.463.071,82	0,39%
TREND BANK	FIDC	730.480,21	0,01%	833.291,88	0,02%
MULTI - ITÁLIA	FIDC	10.752.129,70	0,21%	8.024.573,89	0,16%
CJP	FIDC	494.231.117,01	9,66%	431.576.703,47	8,56%
INSTITUCIONAL	FIRF	15.214.532,98	0,30%	14.584.892,09	0,29%
BB INSTITUCIONAL	FIRF	-	0,00%	30.155.590,21	0,60%
INCOME VALUE	FIRF	82.695.535,76	1,62%	73.545.764,71	1,46%
BNPP MATCH	REF	173.142.875,25	3,38%	194.876.791,52	3,86%
FM1	FIM	24.379.319,46	0,48%	32.365.224,67	0,64%
RIVIERA	FIM	39.728.982,16	0,78%	36.156.537,52	0,72%
HUNGRIA	FIM	2.286.242,52	0,04%	141.340,06	0,00%
SANTANDER	FIRF	10.596.966,12	0,21%	-	0,00%
BRB	FIRF	21.375.111,65	0,42%	-	0,00%
C. RENDA VARIÁVEL		489.903.995,09	9,57%	513.020.597,26	10,17%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		374.800.213,60	7,32%	342.571.313,02	6,79%
CANABRAVA AGRÍCOLA	SPE	36.330.586,58	0,71%	31.101.276,33	0,62%
ALUBAN	SPE	87.226.571,45	1,70%	74.165.893,25	1,47%
USINA SOBRASIL	SPE	73.296.360,78	1,43%	82.973.907,14	1,65%
XNICE	SPE	34.251.522,75	0,67%	28.480.066,10	0,56%
CANABRAVA ENERGETICA	SPE	143.695.172,04	2,81%	125.850.170,20	2,50%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES		106.830.949,65	2,09%	170.449.284,24	3,38%
ZAMBEZI	FIA	-	0,00%	11.073.581,55	0,22%
YUKON	FIA	106.830.949,65	2,09%	159.375.702,69	3,16%
AÇÕES		8.272.831,84	0,16%	0,00	0,00%
PLASCAR	AÇÕES	1.816.678,24	0,04%	-	0,00%
RUMO3	AÇÕES	6.456.153,60	0,13%	-	0,00%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2015	%	2014	%
D. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		1.234.860.892,89	24,13%	1.369.021.378,21	27,15%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		13.207.889,47	0,26%	16.729.131,43	0,33%
EMPREENDEDOR BRASIL	FMIEE	6.211.053,73	0,12%	6.215.560,28	0,12%
JARDIM BOTÂNICO	FMIEE	6.996.835,74	0,14%	10.513.571,15	0,21%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		1.221.653.003,42	23,87%	1.352.292.246,78	26,82%
BRZ ALL	FIP	-	0,00%	18.806.784,00	0,37%
ENERGIA PCH	FIP	201.484.915,09	3,94%	202.342.102,41	4,01%
NOVA ENERGIA	FIP	154.077.934,74	3,01%	154.988.841,52	3,07%
BR EDUCACIONAL	FIP	-	0,00%	25.036.829,11	0,50%
ETB	FIP	268.369.944,11	5,24%	264.753.492,23	5,25%
GAMMA	FIP	-	0,00%	50.845.044,60	1,01%
FIP SAÚDE	FIP	36.904.278,07	0,72%	37.271.374,35	0,74%
TAG	FIP	-	0,00%	5.143.302,43	0,10%
BRB CORUMBÁ	FIP	-	0,00%	1.667.978,95	0,03%
FLORESTAS DO BRASIL	FIP	70.355.395,97	1,37%	63.302.690,07	1,26%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS III	FIP	13.346.777,23	0,26%	13.431.949,30	0,27%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS II	FIP	2.345.265,35	0,05%	2.594.824,59	0,05%
MULTINER	FIP	242.679.042,21	4,74%	243.457.402,37	4,83%
FIP BIO ENERGIA	FIP	232.089.450,65	4,53%	189.917.128,07	3,77%
MEZANINO DIAMOND MOUNTAIN MARINE	FIP	-	0,00%	78.732.502,78	1,56%
E. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		141.149.753,12	2,76%	124.145.552,13	2,46%
FIC FIDE	FIDE	141.149.753,12	2,76%	124.145.552,13	2,46%
F. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		247.983.696,96	4,85%	233.086.662,37	4,62%
Aluguel e Renda		213.402.000,00	4,17%	196.331.659,18	3,89%
Locada a Patrocinador		213.402.000,00	4,17%	196.331.659,18	3,89%
Terreno - CAJAMAR		52.841.000,00	1,03%	23.671.168,92	0,47%
Custo Corrigido		158.811.000,00	3,10%	176.115.519,18	3,49%
Aluguel a Receber		1.750.000,00		-	0,00%
Depreciação		-	0,00%	(3.455.028,92)	-0,07%
Outros Investimentos Imobiliários		11.832.156,07	0,23%	11.482.545,29	0,23%
Terreno - FINORTE		4.511.000,00	0,09%	3.670.235,00	0,07%
Edificação - FINORTE		7.369.000,00	0,14%	8.329.765,00	0,17%
Depreciação		(47.843,93)		(517.454,71)	
Direitos em Aliações de Investimentos Imobiliários		22.749.540,89	0,44%	25.272.457,90	0,50%
Ed. Birmann - Ponswinnecke Empreendimentos		3.062.500,00	0,06%	3.675.000,00	0,07%
Ed. Aron Birmann 20 - GTIS		12.133.336,82	0,24%	14.733.333,16	0,29%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2015	%	2014	%
4º Andar Ed. RB1 - JC Investimentos	5.922.704,07	0,12%	6.706.500,00	0,13%
Hot Springs - Bluepoint	-	0,00%	157.624,74	0,00%
Fazenda Santo Antonio	1.631.000,00	0,03%	-	0,00%
Aluguel a Receber				0,00%
Valores a pagar				0,00%
G. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	480.365.119,22	9,39%	696.975.092,97	13,82%
EMPRÉSTIMOS	480.365.119,22	9,39%	696.975.092,97	13,82%
H. DEPÓSITO JUDICIAL	4.374.210,46	0,09%	3.691.285,56	0,07%
I. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO	(11.996.788,81)	-0,23%	(5.865.427,50)	-0,12%

GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIDC CESP IV	BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.	10.756.723,00	0,21%
FIDC Trendbank	Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA	730.480,21	0,01%
FIDC GP Aetatis	Hemisfério Sul Investimentos S.A.	17.479.978,67	0,34%
FIDC Multi-Itália	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	10.752.129,71	0,21%
FIDC CJP	Macroinvest Gestão de Recursos Ltda	494.231.117,02	9,66%
FIDE BNY Mellon Divida Externa	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	141.149.753,12	2,76%
FIP Saúde	Planner Corretora de Valores S.A.	36.904.278,08	0,72%
FIP BR Educacional	BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.	-	0,00%
FIP BRB Corumbá		-	0,00%
FIP BRZ ALL	BRZ Investimentos Ltda.	-	0,00%
FIP Bioenergia	Artis Gestora de Recursos S.A.	232.089.450,56	4,53%
FIP Energia PCH	Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos	201.484.915,11	3,94%
FIP Florestas do Brasil	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	69.353.518,36	1,36%
FIP Florestas II	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	1.001.877,60	0,02%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	13.346.777,23	0,26%
FIP Investidores Institucionais II	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.345.265,35	0,05%
FIP Multiner	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	242.679.042,19	4,74%
FIP TAG	BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.	-	0,00%
FIP ETB	Bridge Administradora de Recursos Ltda.	268.369.944,11	5,24%
FIP Nova Energia	Nova Gestão de Recursos Ltda.	154.077.934,73	3,01%
FIP Gamma	Planner Corretora de Valores S.A.	-	0,00%

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIRF Carajás	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	62.064.374,59	1,21%
FIRF Rio Doce	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	28.707.501,18	0,56%
FIRF INSTITUCIONAL	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	15.214.532,98	0,30%
FIRF BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	0,00%
FIRF BRB	BRB DTVM	21.375.111,65	0,42%
FIRF SANTANDER	Santander Brasil Gestão Recursos Ltda	10.596.966,12	0,21%
FIRF INCOME VALUE	Kbo Capital Gestao de Recursos Ltda	82.695.535,77	1,62%
REF BNPP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	173.142.875,23	3,38%
FMIEE Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos Ltda.	6.211.053,73	0,12%
FMIEE Jardim Botânico	Jardim Botânico Partners Investimentos Ltda.	6.996.835,74	0,14%
FIA ZAMBEZI	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	-	0,00%
FIA YUKON	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	106.830.949,65	2,09%
FIM FM1	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	24.379.319,46	0,48%
FIM RIVIERA	Riviera Gestora de Recursos Ltda.	39.728.982,16	0,78%
FIM HUNGRIA	Vila Rica Capital	2.286.242,50	0,04%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% NO MÊS (12/2015)	% ACUMULADA
A. RENDA FIXA	1,58%	11,89%
B. RENDA VARIÁVEL	-3,85%	-5,31%
C. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-0,55%	-4,82%
D. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-3,22%	13,70%
E. IMÓVEIS	7,75%	12,86%
F. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,33%	14,61%
PATRIMONIAL	0,66%	5,98%
META ATUARIAL:	1,33%	17,25%

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º SEM.	2º SEM.	ANUAL
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	1.048.837,46	1.117.147,81	2.165.985,27
Taxa de Administração	826.062,76	893.718,25	1.719.781,01
Taxa de Custódia	206.515,69	223.429,56	429.945,25
Taxa de Corretagem	-	-	-
Auditoria	7.342,11	-	7.342,11
Taxa de Performance	4.145,43	-	4.145,43
Outros	4.771,47	-	4.771,47

PLANO POSTALPREV - COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2015	%	2014	%	
RECURSOS GARANTIDORES	3.388.210.396,54	100%	2.678.117.111,83	100,00%	
A. DISPONÍVEL	734.066,98	0,02%	242.149,72	0,01%	
B. RENDA FIXA	2.486.518.140,34	73,39%	1.840.422.272,63	68,72%	
TÍTULOS PÚBLICOS	1.814.598.268,43	53,56%	1.151.654.855,98	43,00%	
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	1.814.598.268,43	53,56%	1.151.654.855,98	43,00%	
NTN-F	12.208.473,65	0,36%	11.592.204,37	0,43%	
NTN-B	1.792.682.376,52	52,91%	1.131.492.189,75	42,25%	
LFT	9.707.418,26	0,29%	8.570.461,86		
LF	44.877.944,75		37.962.395,22		
LF SAFRA	27.213.265,21		22.716.274,81		
LF PINE	17.664.679,54		15.246.120,41		
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	153.137.877,69	4,52%	176.095.921,99	6,58%	
UNIESP	CCI-L	-	0,00%	41.770.906,04	1,56%
DOGMA	CCI-L	14.170.020,40		11.795.664,90	
J. E MEDEIROS	CCI-L	-		1.089.186,33	
INDAIATUBA	CCI-L	61.627.310,94		53.574.230,18	
PORTBELLO	CCI-L	77.340.546,35		67.865.934,54	
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	29.357.493,70	0,87%	25.899.223,63	0,97%	
BANCO SANTANDER	CDB	1.342.344,50	0,04%	1.172.549,88	0,04%
CEF	CDB	28.015.149,20	0,83%	24.726.673,75	
FUNDOS DE INVESTIMENTO RF	444.546.555,77	13,12%	448.809.875,81	16,76%	
RIO DOCE FIRF	FIRF	33.358.528,37	0,98%	39.866.536,87	1,49%
TRENBANK	FIDC	730.480,21	0,02%	833.291,88	0,03%
MULTI-ITÁLIA	FIDC	10.763.353,56	0,32%	8.032.950,52	0,30%
BB INSTITUCIONAL	FIRF	-	0,00%	623.703,42	
BNPP MATCH	REF	23.109.376,41	0,68%	53.738.667,40	
INCOME VALUE	FIRF	190.437.942,10	5,62%	169.367.112,16	
HORUS	FIM	113.143.282,07	3,34%	105.490.218,00	
SCE_SEN2	FIDC	1.135.400,55	0,03%	2.296.556,09	
SCE SUB	FIDC	8.644.238,45	0,26%	7.495.958,07	
VINCI CRE	FIDC	51.070.305,49	1,51%	50.778.939,24	
VINCI DES	FIDC	12.153.648,56	0,36%	10.285.942,16	

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2015	%	2014	%
C. RENDA VARIÁVEL		528.193.582,65	15,59%	541.892.867,04	20,23%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		250.426.903,90	7,39%	207.994.242,30	7,77%
XNIC	SPE	183.225.013,27	5,41%	152.351.196,95	
MRTS	SPE	49.515.003,60	1,46%	40.911.928,40	
GBX TIETE II	SPE	17.686.887,03	0,52%	14.731.116,95	
FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES		194.135.140,47	5,73%	230.725.772,17	8,62%
GUEPARDO	FIA	24.919.696,27	0,74%	39.078.410,75	1,46%
PACIFIC	FIC/FIA	37.599.367,51	1,11%	20.875.191,60	0,78%
PERIMETER	FIA	50.107.597,72	1,48%	75.543.154,79	2,82%
RIVATEJO	FIA	630.308,81	0,02%	55.681.274,14	2,08%
SAGA INSTITUCIONAL	FIA	36.940.821,61	1,09%	39.547.740,89	1,48%
STK LONG ONLY INST	FIA	43.937.348,55	1,30%	-	0,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		54.059.462,68	1,60%	69.064.426,59	2,58%
FII AQUILLA		11.798.487,00	0,35%	17.811.360,00	0,67%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB		42.260.975,68	1,25%	51.253.066,59	1,91%
AÇÕES		29.572.075,60	0,87%	34.108.425,98	1,27%
AMBEV S/A		4.051.950,00	0,12%	3.613.350,00	0,13%
BRASILON		589.600,00	0,02%	475.400,00	0,02%
BRADESCO		2.431.208,00	0,07%	3.590.144,00	0,13%
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES		1.897.740,00	0,06%	2.508.480,00	0,09%
BRF - BRASIL FOODS S.A.		1.108.000,00	0,03%	406.016,00	0,02%
BR MALLS PAR		-	0,00%	88.722,00	0,00%
BM&F BOVESPA		-	0,00%	214.730,00	0,01%
CIELO		1.511.550,00	0,04%	-	0,00%
CCR RODOVIAS		-	0,00%	155.641,00	0,01%
CEMIG		-	0,00%	108.575,82	0,00%
SOUZA CRUZON			0,00%	88.872,00	0,00%
GOAU		841.454,00	0,02%		0,00%
GERDAU MET		-	0,00%	169.500,00	0,01%
IDEIASNET		-	0,00%	179.000,00	0,01%
ITAUSA		762.510,40	0,02%	939.000,00	0,04%
ITAUUNIBANCO		3.509.157,08	0,10%	4.192.136,00	0,16%
KROTON		2.580.724,00	0,08%	2.836.500,00	0,11%
L AMERICANAS		1.746.000,00	0,05%	-	0,00%
PACUCAR-CBD		1.506.960,00	0,04%	3.550.680,00	0,13%
PETROBRAS		4.171.420,00	0,12%	4.795.000,00	0,18%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2015	%	2014	%
PETROBRAS	-	0,00%	719.436,00	0,03%
ULTRAPAR	-	0,00%	318.990,00	0,01%
Vale Doce PNA	2.706.000,00	0,08%	5.076.720,00	0,19%
Direito de Subscrição BBDC2	-	0,00%	-	0,00%
PROVENTOS AÇÕES	157.802,12	0,00%	73.882,71	0,00%
Mercado futuro	-	0,00%	7.650,45	0,00%
FUT DI1	-	0,00%	7.650,45	0,00%
D. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	374.149.033,74	11,04%	296.516.084,07	11,07%
EMPRÉSTIMOS	374.149.033,74	11,04%	296.516.084,07	11,07%
E. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO	(1.384.427,17)	-0,04%	(956.261,63)	-0,04%

GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIDC TREND BANK	Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA	730.480,21	0,02%
FIDC MULTI-ITÁLIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	10.763.353,56	0,32%
RIO DOCE FI RF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	33.358.528,38	0,98%
BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	0,00%
BNPP MATCH	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	23.109.376,38	0,68%
INCOME VALUE	Kbo Capital Gestao de Recursos Ltda	190.437.942,10	5,62%
HORUS	Horus Investimentos - Gestora de Recursos Ltda.	113.143.282,07	3,34%
SCE_SEN2	Integral Investimentos LTDA	1.135.400,55	0,03%
SCE SUB	Integral Investimentos LTDA	8.644.238,45	0,26%
VINCI CRE	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	51.070.305,50	1,51%
VINCI DES	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	12.153.648,57	0,36%
GUEPARDO	Guepar do Investimentos Ltda.	24.919.696,27	0,74%
PACIFIC	Pacífico Gestão de Recursos Ltda.	37.599.367,51	1,11%
PERIMETER	Perimeter Admimistração de Recursos Ltda.	50.107.597,71	1,48%
RIVATEJO	STK CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	630.308,81	0,02%
SAGA INSTITUCIONAL	SAGA CONSULTORIA E GESTÃO DE INV. FIN. LTDA.	36.940.821,61	1,09%
STK	STK CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	43.937.348,56	1,30%
FII AQUILLA	Aquilla Asset Management Ltda	11.798.487,00	0,35%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB	OLIMPIA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS S.A.	42.260.975,68	1,25%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% NO MÊS	% ACUMULADA
RENDA FIXA	1,19%	13,73%
RENDA VARIÁVEL	0,78%	-4,27%
ESTRUTURADOS	5,58%	-10,48%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,40%	16,89%
PATRIMONIAL	1,22%	10,52%
META ATUARIAL:	1,33%	17,25%

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º SEM.	2º SEM.	ANUAL
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	717.289,36	749.744,21	1.467.033,57
Taxa de Administração	502.670,01	582.343,10	1.085.013,11
Taxa de Custódia	125.667,50	145.585,77	271.253,27
Taxa de Corretagem	88.849,26	21.815,34	110.664,60
Auditoria	-	-	-
Taxa de Performance	-	-	-
Outros	102,59	-	102,59



PLANO PGA - COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2015	%	2014	%	
RECURSOS GARANTIDORES	68.322.374,92	100%	191.840.834,18	100%	
A. DISPONÍVEL	177.447,47	0,26%	35.243,29	0,02%	
B. RENDA FIXA	68.144.927,45	99,74%	191.805.590,89	99,98%	
FUNDOS DE INVESTIMENTO RF	68.144.927,45	99,74%	191.805.590,89	99,98%	
CARAJAS FIRF	FIRF	-	0,00%	42.017.703,64	34,84%
RIO DOCE FIRF	FIRF	-	0,00%	34.455.972,95	28,51%
BNP MATCH		68.144.927,45	99,74%	104.339.229,13	
BB INSTITUCIONAL		-	0,00%	10.992.685,17	
C. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	

GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR ATUALIZADO	% REC. GARANT.
CARAJAS FIRF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	0,00%
BNP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	68.144.927,45	99,74%
BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	0,00%
RIO DOCE FIRF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	0,00%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% NO MÊS	% ACUMULADA
A. RENDA FIXA	1,19%	13,72%
PATRIMONIAL	1,19%	13,72%
META ATUARIAL:		

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º SEM.	2º SEM.	ANUAL
A. GESTÃO PREVIDENCIAL	26.129.533,45	32.255.773,03	58.385.306,48
Pessoal e Encargos	16.054.384,70	17.137.928,07	33.192.312,77
Serviço de Terceiros	6.920.288,56	11.221.950,37	18.142.238,93
Serviços de Atuária	846.771,26	1.059.500,49	1.906.271,75
Auditoria	-	115.206,91	115.206,91
Consultoria Jurídica	1.250.429,80	2.834.644,27	4.085.074,07
Gestão e Planejamento Estratégico	2.090.197,36	2.709.366,30	4.799.563,66
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/ Emolumentos Cartoriais)	117.507,86	81.253,01	198.760,87
Despesas Gerais(1)	1.246.732,98	2.229.992,87	3.476.725,85
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.368.649,30	2.191.986,52	3.560.635,82
Outras Despesas	114.532,59	315.755,95	430.288,54
Encargos Diversos	114.532,59	315.755,95	430.288,54
Treinamentos/Congressos e Seminários	190.728,85	304.279,74	495.008,59
Viagens e Estadias	416.790,71	420.816,78	837.607,49
Depreciação	371.973,84	522.220,34	894.194,18
Tributos	2.060.834,20	2.332.821,78	4.393.655,98
B. GESTÃO DE INVESTIMENTO	11.790.347,20	14.365.385,08	26.155.732,28
Pessoal e Encargos	5.875.431,27	6.197.472,84	12.072.904,11
Serviço de Terceiros	2.718.128,05	4.489.633,64	7.207.761,69
Serviços de Atuária	-	-	-
Auditoria	-	49.374,45	49.374,45
Consultoria Jurídica	537.884,84	1.215.962,52	1.753.847,36
Gestão e Planejamento Estratégico	322.992,74	448.684,20	771.676,94
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/ Emolumentos Cartoriais)	50.360,60	34.822,92	85.183,52
Despesas Gerais(1)	478.213,97	909.715,75	1.387.929,72
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.328.675,90	1.831.073,80	3.159.749,70
Outras Despesas	3.232,83	1.689,00	4.921,83
Encargos Diversos	3.232,83	1.689,00	4.921,83
Serviço de Custódia/Administração Fiduciária	1.788.812,62	1.951.335,04	3.740.147,66
Treinamentos/Congressos e Seminários	81.741,16	130.405,66	212.146,82
Viagens e Estadias	285.080,88	312.239,47	597.320,35
Depreciação	154.845,95	219.018,63	373.864,58
Tributos	883.074,44	1.063.590,80	1.946.665,24
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	39.227,72	14.969,31	54.197,03
Taxa de Administração	31.382,18	11.975,45	43.357,63
Taxa de Custódia	7.845,54	2.993,86	10.839,40
Taxa de Corretagem	-	-	-
Auditoria	-	-	-
Taxa de Performance	-	-	-
Outros	-	-	-
TOTAL	37.959.108,37	46.636.127,42	84.595.235,79

PLANO CONSOLIDADO - COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2015	%	2014	%
RECURSOS GARANTIDORES		8.574.452.905,62	100%	7.912.805.718,08	100%
A. DISPONÍVEL		6.184.012,51	0,07%	2.986.557,11	0,03%
B. RENDA FIXA		5.080.669.824,96	59,25%	4.138.291.330,49	48,26%
TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL		2.701.467.892,75	31,51%	1.676.535.999,96	19,55%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL		2.701.467.892,75	31,51%	1.676.535.999,96	19,55%
NTN-C		32.771.471,17	0,38%	29.211.789,87	0,34%
NTN-F		20.144.190,93	0,23%	19.164.207,61	0,22%
NTN-B		2.638.844.812,39	30,78%	1.619.589.540,62	18,89%
LFT		9.707.418,26	0,11%	8.570.461,86	
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO		286.860.196,34	3,35%	289.488.225,96	3,38%
CASAN	CCB	82.909.659,77	0,97%	109.370.051,95	1,28%
CIA ÁGUAS DE ITAPEMA	CCB	43.666.551,03	0,51%	48.434.710,61	0,56%
INVESTMINAS S.A.	CCB	160.283.985,54	1,87%	131.683.463,40	1,54%
LETRA FINANCEIRA		44.877.944,75	0,52%	37.962.395,22	0,44%
LF SAFRA	LF	27.213.265,21	0,32%	22.716.274,81	0,26%
LF PINE	LF	17.664.679,54	0,21%	15.246.120,41	0,18%
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO		423.442.453,27	4,94%	495.288.423,56	5,78%
CESPP	CCI	-	0,00%	23.917.522,41	0,28%
TETTO HABITAÇÃO S.A	CCI	99.284.527,82	1,16%	131.245.250,90	1,53%
PORTBELLO	CCI	44.197.804,70	0,52%	37.207.363,19	0,43%
MTTG EMPREEND E PART	CCI	26.380.829,44	0,31%	34.873.093,21	0,41%
CCI INDAIATUBA	CCI	100.441.413,62	1,17%	91.949.271,86	
UNIESP	CCI	-	0,00%	41.770.906,04	0,49%
DOGMA	CCI	14.170.020,40	0,17%	11.795.664,90	
J. E MEDEIROS	CCI	-	0,00%	1.089.186,33	
INDAIATUBA	CCI	61.627.310,94	0,72%	53.574.230,18	
PORTBELLO	CCI	77.340.546,35	0,90%	67.865.934,54	
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO		101.309.417,47	1,18%	87.550.743,40	1,02%
SANTANDER	CDB	71.951.923,77	0,84%	61.651.519,77	0,72%
BANCO SANTANDER	CDB	1.342.344,50	0,02%	1.172.549,88	0,01%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2015	%	2014	%
CEF	CDB	28.015.149,20	0,33%	24.726.673,75	
CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS		10.232.905,31	0,12%	9.693.810,85	0,11%
INFRASEC	CRI	10.232.905,31	0,00%	9.693.810,85	
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS		5.631.238,86	0,07%	5.902.605,20	0,07%
VALOR A RECEBER CAMBUCI	DEBN	5.631.238,86	0,07%	5.902.605,20	0,07%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS (TIT. EMPRESAS)		14.422,75	0,00%	14.422,75	0,00%
VALE DO RIO DOCE S/A	DEBNE	14.422,75	0,00%	14.422,75	0,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA		1.506.833.353,46	17,58%	1.535.854.703,59	17,91%
CARAJAS FIRF	FIRF	62.064.374,59	0,72%	32.304.415,30	0,38%
RIO DOCE FIRF	FIRF	28.707.501,18	0,33%	-	0,00%
GP AETATIS S/A	FIDC	17.479.978,65	0,20%	21.211.039,75	0,25%
CESP	FIDC	10.756.723,00	0,13%	19.463.071,82	0,23%
TREND BANK	FIDC	730.480,21	0,01%	833.291,88	0,01%
MULTI - ITÁLIA	FIDC	10.752.129,70	0,13%	8.024.573,89	0,09%
CJP	FIDC	494.231.117,01	5,76%	431.576.703,47	5,03%
INSTITUCIONAL	FIRF	15.214.532,98	0,18%	14.584.892,09	0,17%
BB INSTITUCIONAL	FIRF	-	0,00%	30.155.590,21	0,35%
INCOME VALUE	FIRF	82.695.535,76	0,96%	73.545.764,71	0,86%
BNPP MATCH	REF	173.142.875,25	2,02%	194.876.791,52	2,27%
FM1	FIM	24.379.319,46	0,28%	32.365.224,67	0,38%
RIVIERA	FIM	39.728.982,16	0,46%	36.156.537,52	0,42%
HUNGRIA	FIM	2.286.242,52	0,03%	141.340,06	0,00%
BRB	FIRF	21.375.111,65	0,25%	-	0,00%
SANTANDER	FIRF	10.596.966,12	0,12%	-	0,00%
RIO DOCE FIRF	FIRF	33.358.528,37	0,39%	39.866.536,87	0,46%
TREND BANK	FIDC	730.480,21	0,01%	833.291,88	0,01%
MULTI-ITÁLIA	FIDC	10.763.353,56	0,13%	8.032.950,52	0,09%
BB INSTITUCIONAL	FIRF	-	0,00%	623.703,42	0,01%
BNPP MATCH	REF	23.109.376,41	0,27%	53.738.667,40	0,63%
INCOME VALUE	FIRF	190.437.942,10	2,22%	169.367.112,16	1,98%
HORUS	FIM	113.143.282,07	1,32%	105.490.218,00	1,23%
SCE_SEN2	FIDC	1.135.400,55	0,01%	2.296.556,09	0,03%
SCE SUB	FIDC	8.644.238,45	0,10%	7.495.958,07	0,09%
VINCI CRE	FIDC	51.070.305,49	0,60%	50.778.939,24	0,59%
VINCI DES	FIDC	12.153.648,56	0,14%	10.285.942,16	0,12%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2015	%	2014	%
CARAJAS FIRF	FIRF	-	0,00%	42.017.703,64	0,49%
RIO DOCE FIRF	FIRF	-	0,00%	34.455.972,95	0,40%
BNP MATCH	FIRF	68.144.927,45	0,79%	104.339.229,13	1,22%
BB INSTITUCIONAL	REF	-	0,00%	10.992.685,17	0,13%
C. RENDA VARIÁVEL		1.018.097.577,74	11,87%	1.054.913.464,30	12,30%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		625.227.117,50	7,29%	550.565.555,32	6,42%
CANABRAVA AGRÍCOLA	SPE	36.330.586,58	0,42%	31.101.276,33	0,36%
ALUBAN	DEBN	87.226.571,45	1,02%	74.165.893,25	0,86%
USINA SOBRASIL	DEBN	73.296.360,78	0,85%	82.973.907,14	0,97%
XNICE	DEBN	34.251.522,75	0,40%	28.480.066,10	0,33%
CANABRAVA ENERGETICA	DEBN	143.695.172,04	1,68%	125.850.170,20	1,47%
XNIC	SPE	183.225.013,27	2,14%	152.351.196,95	1,78%
MRTS	SPE	49.515.003,60	0,58%	40.911.928,40	0,48%
GBX TIETE II	SPE	17.686.887,03	0,21%	14.731.116,95	0,17%
FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES		300.966.090,12	3,51%	401.175.056,41	4,68%
ZAMBEZI	FIA	-	0,00%	11.073.581,55	0,13%
YUKON	FIA	106.830.949,65	1,25%	159.375.702,69	1,86%
GUEPARDO	FIA	24.919.696,27	0,29%	39.078.410,75	0,46%
PACIFIC	FIC/FIA	37.599.367,51	0,44%	20.875.191,60	0,24%
PERIMETER	FIA	50.107.597,72	0,58%	75.543.154,79	0,88%
RIVATEJO	FIA	630.308,81	0,01%	55.681.274,14	0,65%
SAGA INSTITUCIONAL	FIA	36.940.821,61	0,43%	39.547.740,89	0,46%
STK	FIA	43.937.348,55	-	-	0,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		54.059.462,68	0,63%	69.064.426,59	0,81%
FII AQUILLA		11.798.487,00	0,14%	17.811.360,00	0,21%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB		42.260.975,68	0,49%	51.253.066,59	0,60%
AÇÕES		37.844.907,44	0,44%	34.108.425,98	0,40%
PLASCAR	AÇÕES	1.816.678,24	0,02%	-	0,00%
RUMO3	AÇÕES	6.456.153,60	0,08%	-	0,00%
AMBEV S/A		4.051.950,00	0,05%	3.613.350,00	0,04%
BRASILON		589.600,00	0,01%	475.400,00	0,01%
BRADESCO		2.431.208,00	0,03%	3.590.144,00	0,04%
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES		1.897.740,00	0,02%	2.508.480,00	0,03%
BRF - BRASIL FOODS S.A.		1.108.000,00	0,01%	406.016,00	0,00%
BR MALLS PAR		-	0,00%	88.722,00	0,00%
BM&F BOVESPA		-	0,00%	214.730,00	0,00%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2015	%	2014	%
CIELO	1.511.550,00	0,02%	-	0,00%
CCR RODOVIAS	-	0,00%	155.641,00	0,00%
CEMIG	-	0,00%	108.575,82	0,00%
SOUZA CRUZON	-	0,00%	88.872,00	0,00%
GOAU	841.454,00	0,01%	-	0,00%
GERDAU MET	-	0,00%	169.500,00	0,00%
IDEIASNET	-	0,00%	179.000,00	0,00%
ITAUSA	762.510,40	0,01%	939.000,00	0,01%
ITAUUNIBANCO	3.509.157,08	0,04%	4.192.136,00	0,05%
KROTON	2.580.724,00	0,03%	2.836.500,00	0,03%
L AMERICANAS	1.746.000,00	0,02%	-	0,00%
PACUCAR-CBD	1.506.960,00	0,02%	3.550.680,00	0,04%
PETROBRAS	4.171.420,00	0,05%	4.795.000,00	0,06%
PETROBRAS	-	0,00%	719.436,00	0,01%
ULTRAPAR	-	0,00%	318.990,00	0,00%
VALE R DOCEPNA	2.706.000,00	0,03%	5.076.720,00	0,06%
Direito de Subscrição BBDC2	9.361,70	0,00%	-	0,00%
PROVENTOS AÇÕES	157.802,12	0,00%	73.882,71	0,00%
Mercado futuro	-	0,00%	7.650,45	0,00%
FUT DI1				

D. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		1.234.860.892,89	14,38%	1.369.021.378,21	15,97%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		13.207.889,47	0,15%	16.729.131,43	0,20%
EMPREENDEDOR BRASIL	FMIEE	6.211.053,73	0,07%	6.215.560,28	0,07%
JARDIM BOTÂNICO	FMIEE	6.996.835,74	0,08%	10.513.571,15	0,12%

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		1.221.653.003,42	14,23%	1.352.292.246,78	15,78%
BRZ ALL	FIP	-	0,00%	18.806.784,00	0,22%
ENERGIA PCH	FIP	201.484.915,09	2,35%	202.342.102,41	2,36%
NOVA ENERGIA	FIP	154.077.934,74	1,80%	154.988.841,52	1,81%
BR EDUCACIONAL	FIP	-	0,00%	25.036.829,11	0,29%
ETB	FIP	268.369.944,11	3,13%	264.753.492,23	3,09%
GAMMA	FIP	-	0,00%	50.845.044,60	0,59%
FIP SAÚDE	FIP	36.904.278,07	0,43%	37.271.374,35	0,43%
TAG	FIP	-	0,00%	5.143.302,43	0,06%
BRB CORUMBÁ	FIP	-	0,00%	1.667.978,95	0,02%
FLORESTAS DO BRASIL	FIP	70.355.395,97	0,82%	63.302.690,07	0,74%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS III	FIP	13.346.777,23	0,16%	13.431.949,30	0,16%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS II	FIP	2.345.265,35	0,03%	2.594.824,59	0,03%
MULTINER	FIP	242.679.042,21	2,83%	243.457.402,37	2,84%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2015	%	2014	%
FIP BIO ENERGIA	FIP	232.089.450,65	2,71%	189.917.128,07	2,22%
MEZANINO DIAMOND MOUTAIN MARINE	FIP	(2.107.349,22)	-0,02%	78.732.502,78	0,92%
E. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		141.149.753,12	1,65%	124.145.552,13	1,45%
BR SOVERING	FIDE	141.149.753,12	1,65%	124.145.552,13	1,45%
F. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		247.983.696,96	2,89%	233.086.662,37	2,72%
Aluguel e Renda		213.402.000,00	2,49%	196.331.659,18	2,29%
Locada a Patrocinador		213.402.000,00	2,49%	196.331.659,18	2,29%
Terreno - CAJAMAR		52.841.000,00	0,62%	23.671.168,92	0,28%
Custo Corrigido		158.811.000,00	1,85%	176.115.519,18	2,05%
Aluguel a Receber		1.750.000,00		-	
Depreciação		-	0,00%	(3.455.028,92)	-0,04%
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		11.832.156,07	0,14%	11.482.545,29	0,13%
Terreno - FINORTE		4.511.000,00	0,05%	3.670.235,00	0,04%
Edificação - FINORTE		7.369.000,00		8.329.765,00	
Depreciação		(47.843,93)	0,00%	(517.454,71)	-0,01%
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		22.749.540,89	0,27%	25.272.457,90	0,29%
Ed. Birmann - Ponswinnecke Empreendimentos		3.062.500,00	0,04%	3.675.000,00	0,04%
Ed. Aron Birmann 20 - GTIS		12.133.336,82	0,14%	14.733.333,16	0,17%
4º Andar Ed. RB1 - JC Investimentos		5.922.704,07	0,07%	6.706.500,00	0,08%
Hot Springs - Bluepoint		-			
Fazenda Santo Antonio		1.631.000,00			
Aluguel a Receber					
Valores a pagar					
G. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		854.514.152,96	9,97%	993.491.177,04	11,59%
EMPRÉSTIMOS		854.514.152,96	9,97%	993.491.177,04	11,59%
H. DEPÓSITO JUDICIAL		4.374.210,46	0,05%	3.691.285,56	0,04%
I. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO		(13.381.217,53)	-0,16%	(6.821.689,13)	-0,08%

GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIDC CESP IV	BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.	10.756.723,00	0,13%
FIDC Trendbank	Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA	730.480,21	0,01%
FIDC GP Aetatis	Hemisfério Sul Investimentos S.A.	17.479.978,67	0,20%
FIDC Multi-Itália	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	10.752.129,71	0,13%
FIDC CJP	Macroinvest Gestão de Recursos Ltda	494.231.117,02	5,77%
FIDE BNY Mellon Divida Externa	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	141.149.753,12	1,65%
FIP Saúde	Planner Corretora de Valores S.A.	36.904.278,08	0,43%
FIP Bioenergia	Artis Gestora de Recursos S.A.	232.089.450,56	2,71%
FIP Energia PCH	Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos	201.484.915,11	2,35%
FIP Florestas do Brasil	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	69.353.518,36	0,81%
FIP Florestas II	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	1.001.877,60	0,01%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	13.346.777,23	0,16%
FIP Investidores Institucionais II	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.345.265,35	0,03%
FIP Multiner	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	242.679.042,19	2,83%
FIP ETB	Bridge Administradora de Recursos Ltda.	268.369.944,11	3,13%
FIP Nova Energia	Nova Gestão de Recursos Ltda.	154.077.934,73	1,80%
FIP MEZANINO DIAMOND MOUTAIN MARINE	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM	(2.107.349,22)	-0,02%
FIRF Carajás	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	62.064.374,59	0,72%
FIRF Rio Doce	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	28.707.501,18	0,33%
FIRF INSTITUCIONAL	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	15.214.532,98	0,18%
FIRF BRB	BRB DTVM	21.375.111,65	0,25%
FIRF SANTANDER	Santander Brasil Gestão Recursos Ltda	10.596.966,12	0,12%
FIRF INCOME VALUE	Kbo Capital Gestao de Recursos Ltda	82.695.535,77	0,96%
REF BNPP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	173.142.875,23	2,02%
FMIEE Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos Ltda.	6.211.053,73	0,07%
FMIEE Jardim Botânico	Jardim Botânico Partners Investimentos Ltda.	6.996.835,74	0,08%
FIA YUKON	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	106.830.949,65	1,25%
FIM FM1	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	24.379.319,46	0,28%
FIM RIVIERA	Riviera Gestora de Recursos Ltda.	39.728.982,16	0,46%
FIM HUNGRIA	Vila Rica Capital	2.286.242,50	0,03%
FIDC TREND BANK	Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA	730.480,21	0,01%
FIDC MULTI-ITÁLIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	10.763.353,56	0,13%

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
RIO DOCE FIRF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	33.358.528,38	0,39%
BNPP MATCH	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	23.109.376,38	0,27%
INCOME VALUE	Kbo Capital Gestao de Recursos Ltda	190.437.942,10	2,22%
HORUS	Horus Investimentos - Gestora de Recursos Ltda.	113.143.282,07	1,32%
SCE_SEN2	Integral Investimentos LTDA	1.135.400,55	0,01%
SCE SUB	Integral Investimentos LTDA	8.644.238,45	0,10%
VINCI CRE	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	51.070.305,50	0,60%
VINCI DES	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	12.153.648,57	0,14%
GUEPARDO	Gueparado Investimentos Ltda.	24.919.696,27	0,29%
PACIFIC	Pacífico Gestão de Recursos Ltda.	37.599.367,51	0,44%
PERIMETER	Perimeter Admimistração de Recursos Ltda.	50.107.597,71	0,58%
RIVATEJO	STK CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	630.308,81	0,01%
SAGA INSTITUCIONAL	SAGA CONSULTORIA E GESTÃO DE INV. FIN. LTDA.	36.940.821,61	0,43%
STK	STK CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	43.937.348,56	0,51%
FII AQUILLA	Aquilla Asset Management Ltda	11.798.487,00	0,14%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB	OLIMPIA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS S.A.	42.260.975,68	0,49%
BNP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	68.144.927,45	0,79%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% NO MÊS	% ACUMULADA
A. RENDA FIXA	1,38%	12,82%
B. RENDA VARIÁVEL	-1,58%	-4,80%
C. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-0,29%	-5,06%
D. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-3,22%	13,70%
E. IMÓVEIS	7,75%	12,86%
F. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,36%	15,61%
PATRIMONIAL	0,88%	7,84%
META ATUARIAL:	1,33%	17,25%

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º SEM.	2º SEM.	ANUAL
A. GESTÃO PREVIDENCIAL	26.129.533,45	32.255.773,03	58.385.306,48
Pessoal e Encargos	16.054.384,70	17.137.928,07	33.192.312,77
Serviço de Terceiros	6.920.288,56	11.221.950,37	18.142.238,93
Serviços de Atuária	846.771,26	1.059.500,49	1.906.271,75
Auditoria	-	115.206,91	115.206,91
Consultoria Jurídica	1.250.429,80	2.834.644,27	4.085.074,07
Gestão e Planejamento Estratégico	2.090.197,36	2.709.366,30	4.799.563,66
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/ Emolumentos Cartoriais)	117.507,86	81.253,01	198.760,87
Despesas Gerais(1)	1.246.732,98	2.229.992,87	3.476.725,85
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.368.649,30	2.191.986,52	3.560.635,82
Outras Despesas	114.532,59	315.755,95	430.288,54
Encargos Diversos	114.532,59	315.755,95	430.288,54
Treinamentos/Congressos e Seminários	190.728,85	304.279,74	495.008,59
Viagens e Estádias	416.790,71	420.816,78	837.607,49
Depreciação	371.973,84	522.220,34	894.194,18
Tributos	2.060.834,20	2.332.821,78	4.393.655,98
B. GESTÃO DE INVESTIMENTO	11.790.347,20	14.365.385,08	26.155.732,28
Pessoal e Encargos	5.875.431,27	6.197.472,84	12.072.904,11
Serviço de Terceiros	2.718.128,05	4.489.633,64	7.207.761,69
Serviços de Atuária	-	-	-
Auditoria	-	49.374,45	49.374,45
Consultoria Jurídica	537.884,84	1.215.962,52	1.753.847,36
Gestão e Planejamento Estratégico	322.992,74	448.684,20	771.676,94
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/ Emolumentos Cartoriais)	50.360,60	34.822,92	85.183,52
Despesas Gerais	478.213,97	909.715,75	1.387.929,72
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.328.675,90	1.831.073,80	3.159.749,70
Outras Despesas	3.232,83	1.689,00	4.921,83
Encargos Diversos	3.232,83	1.689,00	4.921,83
Serviço de Custódia/Administração Fiduciária	1.788.812,62	1.951.335,04	3.740.147,66
Treinamentos/Congressos e Seminários	81.741,16	130.405,66	212.146,82
Viagens e Estádias	285.080,88	312.239,47	597.320,35
Depreciação	154.845,95	219.018,63	373.864,58
Tributos	883.074,44	1.063.590,80	1.946.665,24

	1º SEM.	2º SEM.	ANUAL
DESP./REVER.RECURSOS P/ PLANO BENEFICIOS	-	-	-
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	1.790.176,36	1.952.517,95	3.742.694,31
Taxa de Administração	1.360.114,94	1.488.036,80	2.848.151,74
Taxa de Custódia	340.028,74	372.009,20	712.037,94
Taxa de Corretagem	-	-	-
Auditoria	-	-	-
Taxa de Performance	-	-	-
Outros	90.032,68	92.471,95	182.504,63
TOTAL	39.710.057,01	48.573.676,06	88.283.733,07



Resultados de investimentos e enquadramentos

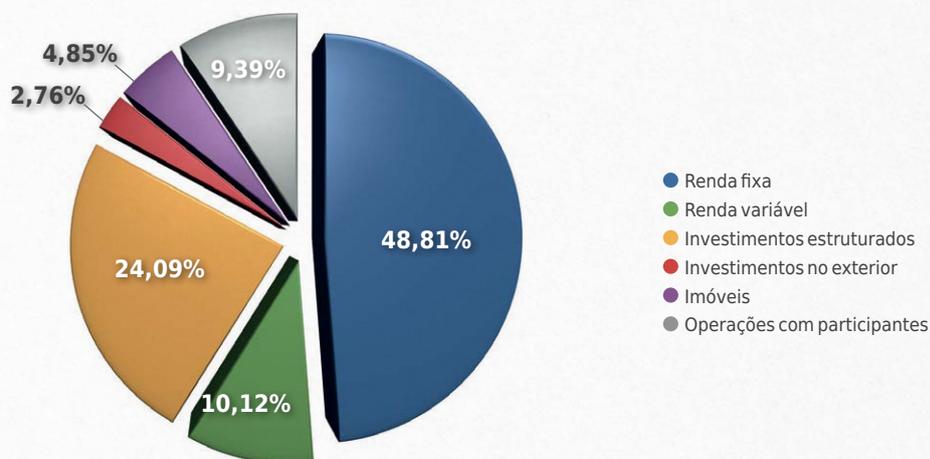
Um investimento é considerado *enquadrado* quando está em conformidade com as regras e limites impostos pela legislação vigente e com as diretrizes da política de investimentos dos planos.

Os quadros abaixo se referem aos enquadramentos dos investimentos de cada um dos planos administrados pelo Postalis.

Nas tabelas, a primeira coluna indica o tipo de investimento, a segunda mostra os parâmetros da política de investimentos e a terceira os limites impostos pela legislação. Na quarta coluna são observados os valores efetivamente alocados em cada segmento e o percentual que representam em relação ao total do volume investido. A quinta coluna demonstra a rentabilidade do segmento no período.

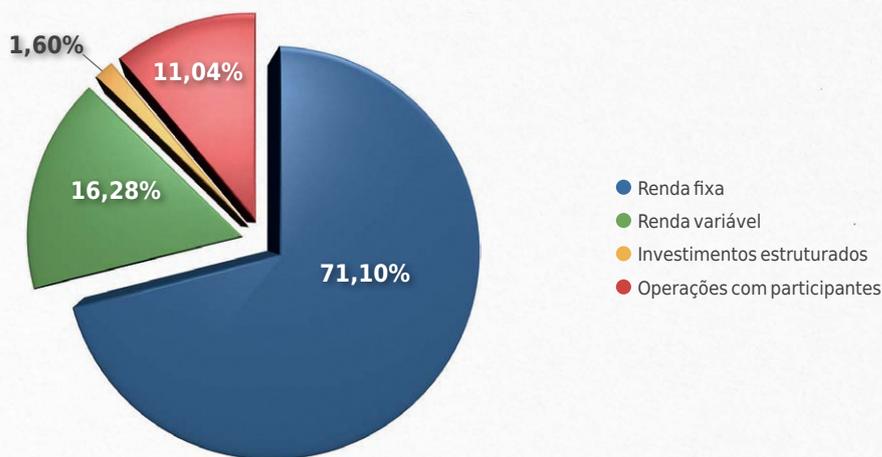
PLANO BD

SEGMENTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	RES. CMN 3.792	VALOR APLICADO		RETORNO	
			R\$	%	%	%
DISPONÍVEL	-	-	5.272.498,06	0,10%	-	-
RENDA FIXA	100%	100%	2.498.677.648,25	48,82%	11,89%	-
RENDA VARIÁVEL	30%	70%	518.051.560,00	10,12%	-5,31%	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%	20%	1.234.860.891,34	24,09%	-4,82%	-
INVESTIMENTOS EXTERIOR	4%	10%	141.149.753,12	2,76%	13,70%	-
IMÓVEIS	8%	8%	247.983.696,96	4,85%	12,86%	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15%	15%	480.365.119,22	9,39%	14,61%	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	-	-	4.374.210,46	0,09%	-	-
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA	-	-	(818.454,44)	-0,02%	-	-
(-) EXIGÍVEL INVESTIMENTOS	-	-	(11.996.788,81)	-0,11%	-	-
RECURSOS GARANTIDORES			5.117.920.134,16		5,98%	



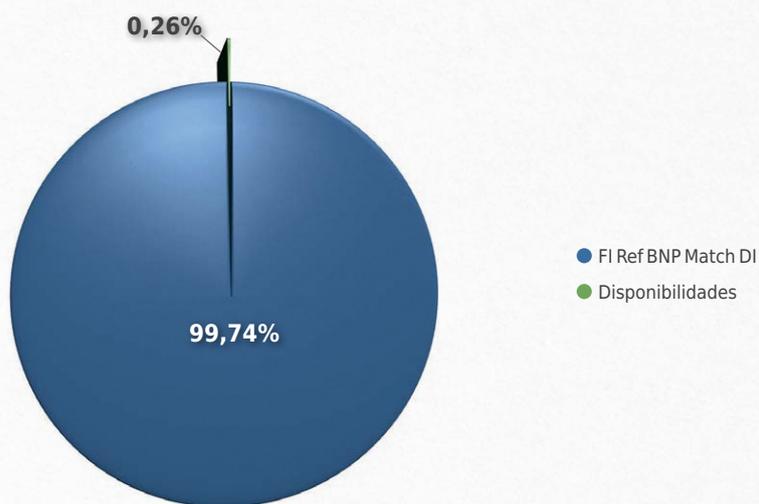
PLANO POSTALPREV

SEGMENTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	RES. CMN 3.792	VALOR APLICADO		RETORNO	
			R\$	%	%	%
DISPONÍVEL	-	-	734.066,98	0,02%	-	-
RENDA FIXA	100%	100%	2.399.752.288,20	70,83%	13,73%	-
RENDA VARIÁVEL	50%	70%	551.530.177,87	16,28%	-4,27%	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	6%	20%	54.059.462,68	1,60%	-10,48%	-
INVESTIMENTOS EXTERIOR	3%	10%	-	0,00%	-	-
IMÓVEIS	8%	8%	-	0,00%	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15%	15%	374.149.033,74	11,04%	16,89%	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	-	-	-	0,00%	-	-
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA	-	-	9.369.803,91	0,28%	-	-
(-) EXIGÍVEL INVESTIMENTOS	-	-	(1.384.427,17)	-0,04%	-	-
RECURSOS GARANTIDORES			3.388.210.406,21		10,52%	



PGA

SEGMENTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	RES. CMN 3.792	VALOR APLICADO		RETORNO	
			R\$	%	%	%
DISPONÍVEL	-	-	177.447,47	0,26%	-	-
RENDA FIXA	100%	100%	68.144.927,44	99,74%	13,72%	-
RENDA VARIÁVEL	0%	70%		0,00%	-	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	20%		0,00%	-	-
INVESTIMENTOS EXTERIOR	0%	10%		0,00%	-	-
IMÓVEIS	0%	8%		0,00%	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	15%		0,00%	-	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	-	-		0,00%	-	-
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA	-	-		0,40%	-	-
(-) EXIGÍVEL INVESTIMENTOS	-	-		0,00%	-	-
RECURSOS GARANTIDORES			68.322.374,91		13,72%	



Síntese da Política de Investimentos para 2016

Introdução

Este documento apresenta de forma resumida os critérios que norteiam as aplicações dos planos BD e Postalprev, não substituindo a íntegra das Políticas de Investimento que estão disponíveis em nossa página na internet: www.postalis.org.br

O POSTALIS adota as normas e procedimentos de controles internos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 13, com destaque para os seguintes pontos:

- Adoção de uma cultura interna que promove, entre os conselheiros, diretores e empregados, uma conduta permanentemente pautada por padrões éticos e de integridade, orientada à defesa dos direitos dos participantes e assistidos;
- Realização de reuniões periódicas com consultores e gestores com o objetivo de acompanhar a saúde financeira e atuarial dos planos de benefícios;
- Monitoramento dos diversos tipos de riscos financeiros e não-financeiros;
- Elaboração de relatórios semestrais de controles internos, aprovados pelo Conselho Fiscal, com vistas a atestar a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor, à Política de Investimento, às premissas e hipóteses atuariais e à execução orçamentária;
- Elaboração de relatórios de Acompanhamento da Política de Investimento, com o

objetivo de averiguar a consonância dos investimentos com as diretrizes desta Política;

- Disponibilização aos participantes das principais informações referentes ao plano, como resumo do Demonstrativo de Investimentos, da Política de Investimento e das demonstrações contábeis anuais.

Administrador Tecnicamente Qualificado

As entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) devem, de acordo com a legislação vigente, designar um administrador estatutário tecnicamente qualificado, responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos, alocados nos planos de benefícios, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores do Instituto.

O POSTALIS designou o seu Diretor de Benefícios, Paulo Fernando Moura de Sá, como Administrador Responsável pelos planos BD e Postalprev.

Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios

Da mesma forma, as EFPCs devem nomear, dentre os membros da sua Diretoria Executiva, o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que divide com o patrocinador e

com os membros estatutários a responsabilidade pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

No POSTALIS, o Diretor de Benefícios, Paulo Fernando Moura de Sá, foi designado para ser o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios.

Política de Alocação dos Recursos

Metas de Gestão dos Investimentos

A Resolução CMN nº 3.792 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (benchmarks) e

metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta de rentabilidade reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que, normalmente, apresenta menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

Plano BD

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
PLANO	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,50% ao ano	IPCA + 6,00% ao ano
Renda Variável	Ibovespa + 3,00% ao ano	IPCA + 9% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 11,50% ao ano	IPCA + 11,50% ao ano
Investimentos no Exterior	PTAX	SELIC
Imóveis	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano

Plano Postalprev

SEGMENTO	BENCHMARK
PLANO	INPC + 5,84% ao ano
Renda Fixa	Taxa pactuada por ativos e CDI para fundos
Renda Variável	Ibovespa
Investimentos Estruturados	IPCA + 8% ao ano
Investimentos no Exterior	MSCI World
Imóveis	INPC + 5,84% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,84% ao ano

Faixas de Alocação de Recursos por Plano de Benefício:

O POSTALIS utiliza uma metodologia de macro-alocação dos ativos, que está em conformidade com características dos planos BD e Postalprev.

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo (buscada pelo Instituto) para o exercício de 2016 e os limites de realocação permitidos.

Plano BD

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	49,36%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	8,53%	0,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	20%	20,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	2,91%	0,00%	4,00%
Imóveis	8%	4,54%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	14,66%	0,00%	15,00%

Plano Postalprev

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	76,91%	54,00%	100,00%
Renda Variável	70%	7,43%	6,00%	15,00%
Investimentos Estruturados	20%	1,75%*	0,00%	2,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,02%	0,00%	3,00%
Imóveis	8%	2,23%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	11,66%	0,00%	15,00%

* A partir de 2016 fica proibido investir em fundos de investimentos em Participações e fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes.



Observação dos Princípios Sócios Ambientais

O Postalis, de acordo com as tendências e preocupações da sociedade, entende que os agentes econômicos que formam o mercado financeiro e de capitais, cada um com sua finalidade e propósito, devem preocupar-se sistematicamente com a busca de melhores resultados sociais e menores impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

Diante disso o Postalis irá observar os princípios gerais que nortearão suas análises e investimentos no decorrer da vigência dessa Política, conforme listados abaixo:

- a. Observação dos princípios da boa governança corporativa;
- b. Combate a práticas discriminatórias;
- c. Proteção dos direitos humanos;
- d. Conduta ética;
- e. Combate a erradicação do trabalho forçado e infantil em todos os elos da cadeia produtiva;
- f. Respeito e promoção do trabalho da mulher;
- g. Respeito à diversidade;
- h. Melhoria contínua das condições de trabalho;
- i. Participação seletiva em programas e projetos de RSA;
- j. Programa de tratamento de resíduos de forma responsável;
- k. Respeito à representação dos trabalhadores;
- l. Utilização sustentável de recursos naturais.



Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

(R\$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014: REAPRESENTADO
DISPONÍVEL	6.184	2.986
REALIZÁVEL	8.744.946	8.070.986
GESTÃO PREVIDENCIAL (Nota 4.1)	117.676	118.419
GESTÃO ADMINISTRATIVA (Nota 4.2)	45.619	35.927
INVESTIMENTOS (Nota 4.3)	8.581.651	7.916.640
Títulos públicos	2.701.467	1.676.535
Créditos privados e depósitos	872.369	925.901
Ações	663.072	584.666
Fundos de investimentos	3.237.871	3.499.262
Derivativos	0	8
Investimentos imobiliários	247.984	233.087
Empréstimos e financiamentos	854.514	993.491
Depósitos Judiciais	4.374	3.691
PERMANENTE (Nota 3.5)	3.656	3.545
Imobilizado	3.656	3.545
TOTAL DO ATIVO	8.754.786	8.077.518

PASSIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014: REAPRESENTADO
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 5.1)	87.327	56.742
GESTÃO PREVIDENCIAL	72.288	44.844
GESTÃO ADMINISTRATIVA	12.769	10.183
INVESTIMENTOS	2.270	1.715
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 5.2)	65.846	61.270
GESTÃO PREVIDENCIAL	24.386	22.675
GESTÃO ADMINISTRATIVA	37.426	36.155
INVESTIMENTOS	4.034	2.440
PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 5.3)	8.601.612	7.959.506
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	8.343.580	7.896.928
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9.853.867	12.334.886
Benefícios Concedidos	6.340.281	5.160.986
Benefícios a Conceder	8.766.840	8.270.563
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.253.254)	(1.096.663)
(-) Déficit Equacionado	(5.253.254)	(1.096.663)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(1.510.287)	(4.437.958)
Resultados Realizados	(1.510.287)	(4.437.958)
Superávit Técnico Acumulado	-	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.510.287)	(4.437.958)
FUNDOS (Nota 5.4)	258.032	62.578
FUNDOS PREVIDENCIAIS	174.874	-
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	71.345	52.128
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	11.813	10.450
TOTAL DO PASSIVO	8.754.785	8.077.518

BALANÇO PATRIMONIAL - BENEFÍCIO DEFINIDO

(R\$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014: REAPRESENTADO
DISPONÍVEL	5.272	2.709
REALIZÁVEL	5.154.916	5.216.289
GESTÃO PREVIDENCIAL (Nota 4.1)	28.908	166.208
GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.363	4.077
Participação no Plano PGA	1.363	4.077
INVESTIMENTOS (Nota 4.3.2)	5.124.645	5.046.004
Títulos públicos	886.870	524.881
Créditos privados e depósitos	644.995	685.943
Ações	383.073	342.571
Fundos de investimentos	2.476.984	2.558.856
Investimentos imobiliários	247.984	233.087
Empréstimos e financiamentos	480.365	696.975
Depósitos Judiciais	4.374	3.691
TOTAL DO ATIVO	5.160.188	5.218.998

PASSIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014: REAPRESENTADO
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 5.1)	57.359	25.119
GESTÃO PREVIDENCIAL	49.397	21.694
INVESTIMENTOS	7.962	3.425
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 5.2)	28.420	25.115
GESTÃO PREVIDENCIAL	24.386	22.675
INVESTIMENTOS	4.034	2.440
PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 5.3.1)	5.074.409	5.168.764
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	5.062.650	5.155.157
PROVISÕES MATEMÁTICAS	6.579.910	9.656.212
Benefícios Concedidos	6.070.196	5.005.093
Benefícios a Conceder	5.762.968	5.747.782
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.253.254)	(1.096.663)
(-) Déficit Equacionado	(5.253.254)	(1.096.663)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(1.517.260)	(4.501.055)
Resultados Realizados	(1.517.260)	(4.501.055)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.517.260)	(4.501.055)
FUNDOS (Nota 5.4)	11.759	13.607
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.363	4.077
Participação no Fundo Adm. Do Plano PGA	1.363	4.077
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	10.396	9.530
TOTAL DO PASSIVO	5.160.188	5.218.998



BALANÇO PATRIMONIAL - POSTALPREV

(R\$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
DISPONÍVEL	734	242
REALIZÁVEL	3.555.979	2.819.657
GESTÃO PREVIDENCIAL (Nota 4.1)	97.137	92.775
GESTÃO ADMINISTRATIVA	69.982	48.051
Participação no Plano PGA	69.982	48.051
INVESTIMENTOS (Nota 4.3.2)	3.388.860	2.678.831
Títulos públicos	1.814.598	1.151.655
Créditos privados e depósitos	227.373	239.958
Ações	279.999	242.095
Fundos de investimentos	692.741	748.599
Derivativos	-	8
Empréstimos e financiamentos	374.149	296.516
TOTAL DO ATIVO	3.556.713	2.819.899

PASSIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 5.1)	29.511	29.157
GESTÃO PREVIDENCIAL	28.126	28.201
INVESTIMENTOS	1.385	956
PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 5.3.2)	3.527.202	2.790.742
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	3.280.930	2.741.771
PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.273.957	2.678.674
Benefícios Concedidos	270.085	155.893
Benefícios a Conceder	3.003.872	2.522.781
EQUILÍBRIO TÉCNICO	6.973	63.097
Resultados Realizados	6.973	63.097
Superávit Técnico Acumulado	6.973	63.097
FUNDOS (Nota 5.4)	246.272	48.971
FUNDOS PREVIDENCIAIS	174.874	-
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	69.982	48.051
Participação no Fundo Adm. Do Plano PGA	69.982	48.051
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1.416	920
TOTAL DO PASSIVO	3.556.713	2.819.899

BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(R\$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
DISPONÍVEL	177	35
REALIZÁVEL	160.866	278.307
GESTÃO ADMINISTRATIVA (Nota 4.2)	92.721	86.501
INVESTIMENTOS (Nota 4.3.2)	68.145	191.806
Fundos de investimentos	68.145	191.806
PERMANENTE (Nota 3.7)	3.656	3.545
Imobilizado	3.656	3.545
TOTAL DO ATIVO	164.699	281.887

PASSIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 5.1)	55.928	193.604
GESTÃO ADMINISTRATIVA	55.928	193.604
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 5.2)	37.426	36.155
GESTÃO ADMINISTRATIVA	37.426	36.155
PATRIMÔNIO SOCIAL	71.345	52.128
FUNDOS (Nota 5.4)	71.345	52.128
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	71.345	52.128
TOTAL DO PASSIVO	164.699	281.887

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014 REAPRESENTADO	VARIÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	7.959.506	8.417.753	-5,44%
1. ADIÇÕES	1.370.979	1.051.546	30,38%
(+) Contribuições Previdenciais	741.971	909.234	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	506.333	-	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	7.850	
(+) Receitas Administrativas	102.688	112.276	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	13.851	21.018	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	4.774	-	
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	1.362	1.168	
2. DESTINAÇÕES	(728.874)	(1.509.793)	-51,72%
(-) Benefícios	(624.212)	(555.654)	
(-) Resultado Líquido Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(694.308)	
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.565)	-	
(-) Despesas Administrativas	(102.097)	(257.127)	
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(2.704)	
3. ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	642.105	(458.247)	-240,12%
(+/-) Provisões Matemáticas	(2.481.019)	3.175.902	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.927.671	(3.508.781)	
(+/-) Fundos Previdenciais	174.874	-	
(+/-) Fundos Administrativos	19.217	(126.536)	
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.362	1.168	
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	8.601.611	7.959.506	8,07%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - BENEFÍCIO DEFINIDO

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014 REAPRESENTADO	VARIÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.155.157	6.017.836	-14,34%
1. ADIÇÕES	382.688	188.438	103,08%
(+) Contribuições Previdenciais	152.533	180.588	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	230.155	-	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	7.850	
2. DESTINAÇÕES	(475.195)	(1.051.117)	-54,79%
(-) Benefícios	(476.721)	(356.629)	
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(827.832)	
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.565)	-	

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014 REAPRESENTADO	VARIÇÃO (%)
(-) Custeio Administrativo	4.091	133.344	
3 . ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	(92.507)	(862.679)	-89,28%
(+/-) Provisões Matemáticas	(3.076.302)	(2.701.884)	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.983.795	3.564.563	
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	5.062.650	5.155.157	-1,79%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	11.759	13.607	-13,58%
(+/-) Fundos Administrativos	1.363	4.077	
(+/-) Fundos dos Investimentos	10.396	9.530	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - POSTALPREV

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	VARIÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.741.771	2.211.971	23,95%
1 . ADIÇÕES	890.305	764.741	16,42%
(+) Contribuições Previdenciais	614.127	631.217	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	276.178	133.524	
2 . DESTINAÇÕES	(176.272)	(234.941)	-24,97%
(-) Benefícios	(147.492)	(199.026)	
(-) Custeio Administrativo	(28.780)	(35.915)	
3 . ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	714.033	529.800	34,77%
(+/-) Provisões Matemáticas	595.283	474.018	
(+/-) Fundos Previdenciais	174.874	-	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(56.124)	55.782	
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	3.455.804	2.741.771	26,04%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	71.398	48.971	45,80%
(+/-) Fundos Administrativos	69.982	48.051	
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.416	920	

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014 REAPRESENTADO	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	5.160.188	5.218.998	-1,13%
Disponível	5.272	2.709	
Recebível (Nota 4.1)	30.271	170.285	
Investimentos (Nota 4.3.2)	5.124.645	5.046.004	
Títulos públicos	886.870	524.881	
Créditos privados e depósitos	644.995	685.943	
Ações	383.073	342.571	
Fundos de investimentos	2.476.984	2.558.856	
Investimentos imobiliários	247.984	233.087	
Empréstimos e financiamentos	480.365	696.975	
Depósitos Judiciais	4.374	3.691	
2. OBRIGAÇÕES	85.779	50.234	70,76%
Operacional (Nota 5.1)	57.359	25.119	
Contingencial (Nota 5.2)	28.420	25.115	
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4)	11.759	13.607	-13,58%
Fundos Administrativos	1.363	4.077	
Fundos dos Investimentos	10.396	9.530	
4. TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	5.062.650	5.155.157	-1,79%
Provisões Matemáticas (Nota 5.3.1)	6.579.910	9.656.212	
Superávit/(Déficit) Técnico	(1.517.260)	(4.501.055)	
5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	(1.517.260)	-	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	32.161	-	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(1.485.099)	-	100,00%



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - POSTAPREV

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	3.556.713	2.819.899	26,13%
Disponível	734	242	
Recebível (Nota 4.1)	167.119	140.826	
Investimentos (Nota 4.3.2)	3.388.860	2.678.831	
Títulos públicos	1.814.598	1.151.655	
Créditos privados e depósitos	227.373	239.958	
Ações	279.999	242.095	
Fundos de investimentos	692.741	748.599	
Derivativos	-	8	
Empréstimos e financiamentos	374.149	296.516	
2. OBRIGAÇÕES	29.511	29.157	1,21%
Operacional (Nota 5.1)	29.511	29.157	
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4)	71.398	48.971	45,80%
Fundos Administrativos	69.982	48.051	
Fundos dos Investimentos	1.416	920	
4. TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	3.455.804	2.741.771	26,04%
Provisões Matemáticas (Nota 5.3.2)	3.273.957	2.678.674	
Superávit/(Déficit) Técnico	6.973	63.097	
Fundos Previdenciais	174.874	-	



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014 REAPRESENTADO	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	5.158.825	5.214.921	-1,08%
1. Provisões Matemáticas (Nota 5.3.1)	6.579.910	9.656.212	-31,86%
1.1 Benefícios Concedidos	6.070.196	5.005.093	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	6.070.196	5.005.093	
1.2 Benefícios a Conceder	5.762.968	5.747.782	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	5.409.902	5.370.420	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	353.066	377.362	
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.253.254)	(1.096.663)	
(-) Déficit Equacionado	(5.253.254)	(1.096.663)	
(-) Patrocinador(es)	(2.626.627)	(548.612)	
Equacionamento de 2012	(577.506)	(548.612)	
Equacionamento de 2014	(2.049.121)	-	
(-) Participantes	(590.548)	(332.317)	
Equacionamento de 2012	(132.688)	(332.317)	
Equacionamento de 2014	(457.860)	-	
(-) Assistidos	(2.036.079)	(215.734)	
Equacionamento de 2012	(444.818)	(215.734)	
Equacionamento de 2014	(1.591.261)	-	
2. Equilíbrio Técnico	(1.517.260)	(4.501.055)	-66,29%
2.1 Resultados Realizados	(1.517.260)	(4.501.055)	
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.517.260)	(4.501.055)	
3. Fundos (Nota 5.4)	10.396	9.530	9,09%
3.1 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.396	9.530	
4. Exigível Operacional (Nota 5.1)	57.359	25.119	128,35%
4.1 Gestão Previdencial	49.397	21.694	
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	7.962	3.425	
5. Exigível Contingencial	28.420	25.115	13,16%
5.1 Gestão Previdencial	24.386	22.675	
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	4.034	2.440	

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - POSTALPREV

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.486.731	2.771.848	25,79%
1. Provisões Matemáticas (Nota 5.3.2)	3.273.957	2.678.674	22,22%
1.1 Benefícios Concedidos	270.085	155.893	
Contribuição Definida	14.601	11.144	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	255.484	144.749	
1.2 Benefício a Conceder	3.003.872	2.522.781	
Contribuição Definida	3.003.872	2.349.338	
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.501.560	1.174.337	
Saldo de Contas - parcela participantes	1.502.312	1.175.001	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-	173.443	
2. Equilíbrio Técnico	6.973	63.097	-88,95%
2.1 Resultados Realizados	6.973	63.097	
Superávit Técnico Acumulado	6.973	63.097	
Reserva de Contingência	6.973	63.097	
3. Fundos (Nota 5.4)	176.290	920	19057,67%
3.1 Fundos Previdenciais	174.874	-	
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.416	920	
4. Exigível Operacional (Nota 5.1)	29.511	29.157	1,21%
4.1 Gestão Previdencial	28.126	28.201	
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	1.385	956	



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADO

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	52.129	178.664	-70,82%
1. Custeio da Gestão Administrativa	116.537	133.295	-12,57%
1.1 Receitas	116.537	133.295	-12,57%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial (Nota 3.8.1)	42.245	44.409	
Custeio Administrativo dos Investimentos (Nota 3.8.1)	52.166	16.486	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.409	6.667	
Receitas Diretas	17	89	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	13.851	21.019	
Outras Receitas	849	44.625	
2. Despesas Administrativas (Nota 3.8.1)	84.541	115.287	-26,67%
2.1 Administração Previdencial	58.385	48.873	19,46%
Pessoal e Encargos	33.191	31.559	
Treinamentos/Congressos e Seminários	495	426	
Viagens e Estadias	838	581	
Serviços de Terceiros	14.467	11.187	
Despesas Gerais	4.106	4.195	
Depreciações e Amortizações	894	925	
Tributos	4.394	-	
2.2 Administração dos Investimentos	26.156	23.152	12,97%
Pessoal e Encargos	12.073	11.633	
Treinamentos/Congressos e Seminários	212	183	
Viagens e Estadias	597	527	
Serviços de Terceiros	9.475	8.717	
Despesas Gerais	1.478	1.719	
Depreciações e Amortizações	374	374	
Tributos	1.947	-	
2.3 Repasse de Parte de Fundo Administrativo	-	43.262	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(4.774)	2.704	-276,57%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	17.556	141.839	-87,62%
5. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3 - 4)	19.216	(126.535)	-115,19%
6. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (5)	19.216	(126.535)	-115,19%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 6)	71.345	52.129	36,86%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO - BENEFÍCIO DEFINIDO

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	VARIÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.077	100.908	-95,96%
1. Custeio da Gestão Administrativa	65.614	83.197	-21,14%
1.1 Receitas	65.614	83.197	-21,14%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial (Nota 3.8.1)	6.616	8.495	
Custeio Administrativo dos Investimentos (Nota 3.8.1)	44.810	10.824	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	4.890	5.035	
Receitas Diretas	7	39	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	8.814	14.413	
Outras Receitas	477	44.391	
2. Despesas Administrativas (Nota 3.8.1)	59.496	37.076	60,47%
2.1 Administração Previdencial	23.854	21.199	12,52%
2.1.1 Despesas Comuns	13.917	11.409	21,98%
2.1.2 Despesas Específicas	9.937	9.790	1,51%
Pessoal e Encargos	5.869	6.377	
Viagens e Estádias	148	117	
Serviços de Terceiros	2.270	2.261	
Despesas Gerais	718	848	
Depreciações e Amortizações	157	187	
Tributos	775	-	
2.2 Administração dos Investimentos	16.303	15.877	2,68%
2.2.1 Despesas Comuns	8.893	7.524	18,20%
2.2.2 Despesas Específicas	7.410	8.353	-11,29%
Pessoal e Encargos	3.581	4.230	
Viagens e Estádias	136	192	
Serviços de Terceiros	2.575	3.170	
Despesas Gerais	432	625	
Depreciações e Amortizações	110	136	
Tributos	576	-	
2.3 Repasse de Parte de Fundo Administrativo	19.339	-	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(1.874)	1.113	-268,33%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	10.706	141.840	-92,45%
5. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3 - 4)	(2.714)	(96.831)	-97,20%
6. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (5)	(2.714)	(96.831)	-97,20%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 6)	1.363	4.077	-66,55%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO - POSTALPREV

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	48.051	77.756	-38,20%
1. Custeio da Gestão Administrativa	50.925	50.098	1,65%
1.1 Receitas	50.925	50.098	1,65%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial (Nota 3.8.1)	35.630	35.915	
Custeio Administrativo dos Investimentos (Nota 3.8.1)	7.356	5.661	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2.519	1.632	
Receitas Diretas	11	50	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5.037	6.606	
Outras Receitas	372	234	
2. Despesas Administrativas (Nota 3.8.1)	25.046	78.212	-67,98%
2.1 Administração Previdencial	34.533	27.674	24,78%
2.1.1 Despesas Comuns	19.820	14.894	33,07%
2.1.2 Despesas Específicas	14.713	12.780	15,13%
Pessoal e Encargos	8.302	8.325	
Viagens e Estadias	209	153	
Serviços de Terceiros	3.862	2.951	
Despesas Gerais	1.019	1.107	
Depreciações e Amortizações	223	244	
Tributos	1.098	-	
2.2 Administração dos Investimentos	9.852	7.276	35,40%
2.2.1 Despesas Comuns	5.193	3.448	50,60%
2.2.2 Despesas Específicas	4.659	3.828	21,71%
Pessoal e Encargos	2.075	1.939	
Viagens e Estadias	79	88	
Serviços de Terceiros	1.854	1.453	
Despesas Gerais	253	286	
Depreciações e Amortizações	64	62	
Tributos	334	-	
2.3 Recomposição de Parte de Fundo Administrativo	(19.339)	43.262	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(2.901)	1.591	-282,33%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	6.849	-	100,00%
5. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3 - 4)	21.931	(29.705)	-173,83%
6. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (5)	21.931	(29.705)	-173,83%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 6)	69.982	48.051	45,64%

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Instituto de Previdência Complementar – Postalís, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o nº 00.627.638.0001/57, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira qualificada como multipatrocinada e com multipiano, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

A Entidade tem por objetivo instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, em conformidade com as normas do Ministério da Previdência Social - MPS, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O Postalís goza de isenção tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, conforme artigo nº 50 da Lei nº 11.053, de 29 de setembro de 2004 e artigo nº 17 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, respectivamente, e está sujeita a tributação do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Finan-

ciamento da Seguridade Social - COFINS pelo regime cumulativo, sobre as Receitas Administrativas nos termos da Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 que promoveu alteração no caput do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, considerando o enquadramento técnico estabelecido na Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013.

O Postalís administra 02 (dois) planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2015, sendo eles:

- i. **Plano de Benefícios Definido – BD Saldado:** inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 19.810.004-29, estruturado na modalidade de Benefício Definido, patrocinado pelas empresas Correios e Postalís, saldado em 01 de março de 2008. Os dispositivos legais do Saldamento estão divulgados no Capítulo XVII do Regulamento do Plano.
- ii. **Plano Postalprev:** inscrito no CNPB nº 20.020.047-65, estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV, patrocinado pelas empresas Correios e Postalís, para participantes inscritos a partir de 1º de junho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Postalís apresentou a seguinte composição populacional por planos de benefícios:

PLANOS DE BENEFÍCIOS	PARTICIPANTES													
	ATIVOS				ASSISTIDOS				PENSIONISTAS				TOTAL GERAL	
	QTDE.		IDADE MÉDIA		QTDE.		IDADE MÉDIA		QTDE.		IDADE MÉDIA		QTDE	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
BD Saldado	72.136	76.176	47	46	18.099	16.983	68	68	6.699	6.561	49	48	96.934	99.720
Postalprev	107.576	110.793	43	42	2.240	1.874	57	56	1.101	947	37	36	108.677	113.614

Fonte: Diretoria de Benefícios - DBE.

Os recursos que a Entidade dispõe para funcionamento são provenientes de contribuições de suas patrocinadoras e de seus participantes, bem como dos rendimentos obtidos das aplicações desses recursos, observadas às regras fixadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das EFPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial da Instrução MPS da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, e, quando aplicáveis, das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG – Geral.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que as apresentações de ativos e passivos, dispostos em Gestão Previdencial, Gestão Adminis-

trativa, Gestão Assistencial e Investimentos, proporcionem informações mais adequadas.

A contabilidade do Postalprev tem sua estrutura segregada por Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, conforme abaixo:

- i. **Gestão Previdencial:** registra e controla todas as atividades previdenciais dos planos de benefícios, tais como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios e dos institutos (Benefício Proporcional Saldado – BPS, Resgate e Autopatrocínio), constituição de provisões matemáticas e fundos.
- ii. **Gestão Administrativa:** tem como objetivo registrar e controlar as receitas e as despesas relativas às atividades administrativas dos planos de benefícios. A segregação das despesas administrativas entre Gestão Previdencial e Investimentos observam critérios de rateio e distribuição de custos preestabelecidos.
- iii. **Investimentos:** tem por finalidade registrar o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais, cujo propósito visa alcançar rentabilidade compatível com as metas atuariais, assim como o índice de referência do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Os resultados dos investimentos são registrados por emissor, os quais são apropriados separadamente por planos.

2.1 Demonstrações Contábeis

Conforme a IN MPS/SPC nº 34/2009 e a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alteradas pelas Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, as EFPC apresentam as seguintes demonstrações contábeis, ao final do exercício:

- i. **Balanco Patrimonial:** de forma consolidada, tem como finalidade evidenciar os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários;
- ii. **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS:** de forma consolidada, tem como finalidade evidenciar as variações ocorridas pelo patrimônio social dos planos de benefícios;
- iii. **Demonstração do Ativo Líquido – DAL:** por plano de benefícios, tem como finalidade evidenciar a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- iv. **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL:** por plano de benefícios,

tem como finalidade evidenciar as mutações ocorridas no ativo líquido;

- v. **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA:** de forma consolidada, tem como finalidade evidenciar a atividade administrativa da Entidade e as alterações do fundo administrativo;
- vi. **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT:** por plano de benefícios, tem como finalidade evidenciar as alterações dos compromissos de cada plano de benefícios.

Notas Explicativas, parte integrante das Demonstrações Contábeis: de forma consolidada, tem como finalidade apresentar informações complementares quanto a situação patrimonial, atividades operacionais e outros fatos considerados relevantes pela Entidade.

Em decorrência das mudanças de estimativas adotadas pelo Instituto, os valores do exercício de 2014 do plano Consolidado e BD Saldado, demonstrados para fins comparativo, estão sendo reapresentados conforme a NBC TG nº 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (Nota 7.1).

COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS CONSOLIDADO	BALANÇO 2014	AJUSTE	BALANÇO 2014 (REAPRESENTADO)
Provisões Matemáticas	7.833.831	4.501.055	12.334.886
Benefícios Concedidos	5.160.986	-	5.160.986
Benefícios a Conceder	8.270.563	-	8.270.563
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	4.501.055	(1.096.663)
(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	4.501.055	(1.096.663)
Equilíbrio Técnico	63.097	(4.501.055)	(4.437.958)
Superávit Técnico Acumulado	63.097	(4.501.055)	(4.437.958)

COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS BD SALDADO	BALANÇO 2014	AJUSTE	BALANÇO 2014 (REAPRESENTADO)
Provisões Matemáticas	5.155.157	4.501.055	9.656.212
Benefícios Concedidos	5.005.093	-	5.005.093
Benefícios a Conceder	5.747.782	-	5.747.782
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	4.501.055	(1.096.663)
(-) Serviço Passado	-	-	-
(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	4.501.055	(1.096.663)
Equilíbrio Técnico Acumulado	-	(4.501.055)	(4.501.055)
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(4.501.055)	(4.501.055)

Em 06 de julho de 2016, a Diretoria Executiva – DIEX do Postalís, por ocasião da 19ª Reunião Extraordinária, aprovou as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015 e, em 26 de julho de 2016, a mesma foi aditada, na 22ª Reunião Extraordinária da DIEX, sendo encaminhadas aos Conselhos Fiscal e Deliberativo para emissão de parecer e manifestação, respectivamente.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1 Premissas e Estimativas Contábeis

As premissas e estimativas contábeis adotadas pelo Postalís para determinação do valor adequado para registro nas Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, estes quando razoáveis e pertinentes ao objeto, de acordo com o julgamento da Administração. No entanto, as incertezas acerca dessas premissas e estimativas podem apresentar variações nos resultados, por ocasião de suas realizações.

As principais mensurações patrimoniais adotadas pela Administração são: vida útil do ativo imobilizado, valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para perdas em geral e provisões de passivos contingenciais.

3.2 Gestão de Riscos

A gestão de riscos do Postalís visa identificar, monitorar e controlar os fatores de riscos que impactam nos objetivos do Instituto. A avaliação e o controle dos riscos de investimentos devem ser submetidos e confrontados com os limites estabelecidos pela Política de Investimentos.

Desta forma, a Gestão de Risco tem envidado esforços no sentido de adequar e atestar a proficiência da mitigação de riscos financeiros, na busca do equilíbrio, liquidez e solvência dos planos.

- i. **Risco de Mercado:** o sistema de mensuração, monitoramento e controle de risco de mercado está fundamentado em metodologias de cálculo do *Value at Risk - VaR* e nas melhores práticas de gerenciamento de riscos.

- ii. **Risco de Crédito:** o sistema de mensuração, monitoramento e controle de risco de crédito baseia-se na aplicação de ferramentas que buscam estabelecer as melhores práticas de gerenciamento de risco de crédito, que consideram a classificação de risco das agências de *rating*, o modelo de classificação de risco próprio e a análise quantitativa presente nos relatórios de gestão.
- iii. **Risco de Liquidez:** o sistema de mensuração, monitoramento e controle de risco de liquidez é realizado por meio de estudos internos e análise de *Asset Liability Management - ALM* do Plano. A metodologia utilizada no modelo de *ALM* também consiste na projeção da carteira de ativos e do fluxo de caixa previdenciário.
- iv. **Risco Operacional:** busca identificar numa estrutura de controle, as fragilidades e os obstáculos que impactam no desenvolvimento dos trabalhos, avaliando o alcance dos riscos envolvidos nos processos. O monitoramento e o controle do risco operacional envolvem a escolha de estratégias alternativas, na execução de um plano de contingência, a adoção de ações corretivas e eventuais necessidades de modificação do processo original.

O aperfeiçoamento da gestão de riscos é um processo contínuo e atualmente está em curso uma reestruturação. O objetivo é estabelecer uma Gerência de Controles Internos para adotar um conjunto de mecanismos de forma a melhorar a conformidade e a eficiência da gestão de riscos operacionais. Esta é uma ação que visa aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos pelo Instituto sejam atingidos.

3.3 Investimentos

Em atendimento a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores e as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos – PI, o Postalis observa

critérios de gestão através da definição de alçadas, ativos elegíveis, limites, metas, riscos e práticas de governança corporativa.

Os princípios, as metodologias e os parâmetros estabelecidos buscam garantir ao longo do tempo, segurança, liquidez e rentabilidade suficiente para o equilíbrio entre os ativos e os passivos dos planos.

3.3.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

De acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias:

- i. **Títulos para Negociação (Marcados a Mercado):** refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição e são precificados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para os títulos e valores mobiliários que não possuem divulgação diária de preços, o apreamento é realizado pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo manual de precificação do custodiante.
- ii. **Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva):** refere-se aos títulos e valores mobiliários superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

3.3.2 Ações

As ações das companhias negociadas em bolsa de valores estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes sobre a operação. Para a precificação do ativo observa-se a cotação de fechamento do mercado no último dia

em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidas a partir da data ex-dividendos.

3.3.3 Fundos de Investimentos

Os fundos de investimentos são reconhecidos pelo valor de aquisição incluindo, quando for o caso, taxas e emolumentos. As aplicações em quotas de fundos de investimentos estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço ou fechamento, com base no valor da quota do patrimônio dos fundos do último dia do mês divulgada pelo administrador, quando não disponíveis, pelo Preço Indicativo de Consenso – PIC do Manual de Precificação do Custodiante - *BNY Mellon*.

3.3.4 Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e reavaliados periodicamente, no período máximo de 3 (três) anos, de acordo com o item nº 19 letras “h” e “k” do Anexo “A” da IN

MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Os ajustes da reavaliação são registrados na conta de resultado.

A depreciação incide sobre o valor reavaliado, calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação ou reavaliação, cuja prática tem por finalidade atualizar o valor contábil dos imóveis ao valor justo.

Os valores registrados a título de alugueis a receber são atualizados pelos índices contratados e acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

3.3.5 Empréstimos e Financiamentos

(Nota 4.3.4).

3.4 Provisão para Perdas

A constituição das provisões para créditos de liquidação duvidosa – PCLD é realizada com base no valor vencido e vincendo, conforme o caso, e contabilizada em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo ativo, de acordo com o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A” da IN MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

PROVISÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	%
Atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias	25%
Atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias	50%
Atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) dias e 360 (trezentos e sessenta) dias	75%
Atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias	100%

Este procedimento visa preservar a liquidez e a solvência dos planos de benefícios à luz da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, os princípios Fundamentais de Contabilidade, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993 e CFC nº 1.282, de 28 de maio de 2010 e a Redução ao Valor Recuperável de Ativos, NBC TG nº 01 (R1), de 06 de agosto de 2010.

O Instituto vem realizando esforços, tanto do ponto de vista jurídico como administrativo, no sentido de promover ações de recuperação dos ativos provisionados para perda. Administrativamente, encontram-se em andamento renegociações e contratos com gestores especializados.

3.4.1 Provisão para Perdas no Exercício

EMISSOR	TÍTULO		BD SALDADO			POSTALPREV			CONSOLIDADO		
			VALOR INVESTIDO	2015	2014	VALOR INVESTIDO	2015	2014	VALOR INVESTIDO	2015	2014
CESPP	CCI	Cia. Aberta	44.000	28.204	-	-	-	-	44.000	28.204	-
Usina Sobrasil	DEBN	SPE	66.010	24.432	-	-	-	-	66.010	24.432	-
UNIESP	CCI	Soc. Ltda	-	-	-	45.000	44.321	-	45.000	44.321	-
Mudar	CCI	Cia. Fechada	87.939	-	110.351	21.143	-	30.590	109.083	-	140.941
Quinze de Maio	CCI	Soc. Ltda	-	-	-	28.000	-	30.854	28.000	-	30.854
Galileo	DEBN	SPE	53.209	-	43.748	28.195	-	21.874	81.404	-	65.622
Cereagro	CDCA	Cia. Aberta	15.000	-	12.201	-	-	-	15.000	-	12.201
Raesa	CCB	Cia. Fechada	137.188	-	141.031	-	-	-	137.188	-	141.031
New Energy	CCB	Cia. Fechada	88.000	-	151.567	-	-	-	88.000	-	151.567
TUBRASIL	CCI	Cia. Fechada	60.000	-	29.121	-	-	-	60.000	-	29.121
Sanesalto	DEBN	Cia. Aberta	7.862	-	11.499	-	-	-	7.862	-	11.499
Karmann Guia	CCI	Soc. Ltda	61.000	-	62.329	-	-	-	61.000	-	62.329
Conspar	CCI	Soc. Ltda	64.000	-	94.770	-	-	-	64.000	-	94.770
Riviera	CCI	Soc. Ltda	50.000	-	74.244	-	-	-	50.000	-	74.244
Anatote	CCI	Soc. Ltda	50.000	-	19.183	-	-	-	50.000	-	19.183
J2HA	CCI	Soc. Ltda	50.000	-	19.183	-	-	-	50.000	-	19.183
Bocato	CCI	Soc. Ltda	12.000	-	4.062	-	-	-	12.000	-	4.062
Total			846.208	52.636	773.290	122.338	44.321	83.318	968.547	96.958	856.608

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

3.4.2 Provisão para Perdas de Exercícios Anteriores

EMISSOR	TÍTULO		BD SALDADO		POSTALPREV		CONSOLIDADO	
			VALOR INVESTIDO	EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR INVESTIDO	EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR INVESTIDO	EXERCÍCIOS ANTERIORES
Banco Santos S/A	CDB	Inst. Financeira	25.647	15.726	-	-	25.647	15.726
Banco Crefisul S/A	CDB	Inst. Financeira	3.000	3.679	-	-	3.000	3.679
Banco BVA S/A	LF	Inst. Financeira	50.000	50.972	-	-	50.000	50.972
PROCID	DEB	Cia. Aberta	10.188	15.606	-	-	10.188	15.606
Rio Bravo Securitizadora	CRI	Cia. Aberta	16.114	16.114	-	-	16.114	16.114
Feniciapar	DEB	Cia. Aberta	4.202	1.696	-	-	4.202	1.696
GPC Participações	CCI	Cia. Aberta	23.000	26.568	-	-	23.000	26.568
Sol a Sol	CDC	Cia. Fechada	4.589	3.736	-	-	4.589	3.736
SPE Paiva	CDC	Cia. Fechada	20.211	17.392	-	-	20.211	17.392
Compacta - Somopar	CCI	Cia. Fechada	20.000	25.044	-	-	20.000	25.044

EMISSOR	TÍTULO		BD SALDADO		POSTALPREV		CONSOLIDADO	
			VALOR INVESTIDO	EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR INVESTIDO	EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR INVESTIDO	EXERCÍCIOS ANTERIORES
GPC Participações	CCI	Cia. Fechada	9.000	10.781	-	-	9.000	10.781
Manchester	CCI	Cia. Fechada	20.000	33.975	-	-	20.000	33.975
SPE Segredo 2	CCB-L	Soc. Ltda	9.900	27.263	-	-	9.900	27.263
Proview	CRI	Soc. Ltda	10.000	4.833	-	-	10.000	4.833
Voges - Metalcort	CCB-L	Soc. Ltda	39.000	89.635	-	-	39.000	89.635
Ogeda	CCB-L	Soc. Ltda	12.100	21.897	-	-	12.100	21.897
Pró-Saúde	CCB-L	Soc. Ltda	45.000	57.150	-	-	45.000	57.150
Company	CDC	Soc. Ltda	50.173	50.173	-	-	50.173	50.173
Embrapack Embalagens	CCB-L	Soc. Ltda	13.660	49.429	-	-	13.660	49.429
Laima	CCI	Soc. Ltda	44.000	70.352	20.000	31.898	64.000	102.251
Compacta - Somopar	CCI	Soc. Ltda	20.000	-	18.000	22.848	38.000	22.848
Ulbra	DEBN	SPE	52.763	45.246	-	-	52.763	45.246
Total			502.547	637.266	38.000	54.747	540.547	692.013

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

3.5 Ativo Permanente

É composto por bens patrimoniais registrados no Plano de Gestão Administrativa – PGA pelo custo de aquisição, destinados à manutenção das atividades operacionais

da Entidade, conforme critérios e procedimentos estabelecidos na Resolução Postalís nº 08/2011. A depreciação é registrada com base no método linear.

DESCRIÇÃO	TAXA DE DEPRECIÇÃO
Máquinas e Equipamentos de Informática	20% a.a.
Computadores	20% a.a.
Móveis e Utensílios	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Imóveis	2% a.a. e 2,2% a.a.*

*Vida útil estabelecida em laudo de avaliação.

3.6 Ativo Contingencial – Expurgos Inflacionários sobre a Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em atendimento aos princípios contábeis, as contingências ativas não devem ser reco-

nhecidas contabilmente, apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto não estiverem efetivamente asseguradas a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais recursos.

Em 2010, o Instituto recebeu parecer da Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito

Advogados e Consultores - JCM&B sobre a possibilidade de reconhecimento de ativo na carteira de investimentos do plano BD Saldado relativo ao êxito da demanda judicial movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, que requeria o reconhecimento dos expurgos inflacionários sobre a OFND, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

O reconhecimento do ativo equivale a correção paga a menor referente a substituição do índice, de Índice de Preço ao Consumidor – IPC para Bônus do Tesouro Nacional – BTN.

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.180, de 27 de setembro de 2009 e a NBC TG nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Instituto não registrou em suas demonstrações o referido ativo.

3.7 Passivo Contingencial

Os passivos contingentes são constituídos mediante avaliação da Gerência Jurídica do Instituto sempre que classificados como provável, por representarem probabilidade de saída de recursos para a liquidação das obrigações e cujos montantes sejam mensuráveis com suficiente segurança. A atualização mensal desses processos é realizada pelo índice de correção monetária, Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, acrescido de 0,5% de juros a.m..

Para classificação e conceito da probabilidade de perda das ações judiciais, pelos planos de benefícios e administrativo, são utilizados os seguintes critérios:

- i. **Remota:** jurisprudência e/ou fatos pacificados em favor da tese do Instituto;
- ii. **Possível:** jurisprudência e/ou fatos controversos;
- iii. **Provável:** jurisprudência e/ou fatos pacificados em desfavor da tese do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Postalís apresentou a seguinte classificação:

AÇÕES	QUANTIDADE DE PROCESSOS	2015	QUANTIDADE DE PROCESSOS	2014
Prováveis	206	36.090	254	31.607
Possíveis	1463	914.681	1609	656.167
Total	1.669	950.771	1.863	687.774

Fonte: Gerência Jurídica - GJU.

Os objetos classificados como possíveis estão distribuídos conforme as seguintes naturezas: previdencial (82,69%), investimentos (9,77%) e administrativo (7,54%). Dentre os objetos classificados como previdencial, destaca-se (Nota 6.3).

A Administração considera que as provisões constituídas ao final do exercício são suficientes e adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes do julgamento final desses processos (Nota 5.2).

3.8 Plano de Gestão Administrativa – PGA

Em conformidade com a CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas da Entidade são realizados no PGA, na forma do seu Regulamento (DEL-26/2009).

3.8.1 Custeio e Despesas Administrativas

O Custeio Administrativo corresponde aos recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da Entidade, conforme definido no plano anual de custeio dos planos de benefícios e do custeio administrativo de investimentos.

DESCRIÇÃO	A. BD SALDADO		B. POSTALPREV		A + B PGA	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Custeio Adm. Previdenciais	6.616	8.495	35.630	35.915	42.246	44.410
Custeio Adm. Investimentos	49.700	15.859	9.875	7.293	59.575	23.152
Total dos Custeios Administrativos	56.316	24.354	45.505	43.208	101.821	67.562

O rateio das despesas administrativas segue critérios preestabelecidos, considerando para a Gestão Previdencial, o número de participantes de cada plano de benefícios e para os Investimentos, a proporção equivalente ao ativo de investimentos de cada plano.

DESCRIÇÃO	A. BD SALDADO		B. POSTALPREV		A + B PGA	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Despesas Adm. Previdenciais	23.853	21.199	34.533	27.674	58.386	48.873
Despesas Adm. Investimentos	16.304	15.877	9.852	7.276	26.156	23.153
Total das Desp. Administrativas	40.157	37.076	44.385	34.950	84.542	72.026

De acordo com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, as Entidades estão sujeitas ao limite de transferência de recursos dos planos de benefícios ao PGA de 1% sobre o montante dos recursos garantidores (Taxa de Administração) ou 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos (Taxa de Carregamento) no último dia do exercício a que se referir.

Para fins de acompanhamento, o Instituto monitora os respectivos indicadores, tendo por referência a Taxa de Administração.

DESCRIÇÃO	2015	2014
Total do Custeio Administrativo	84.264	64.895
Recursos Garantidores	8.574.453	7.912.806
Taxa de Administração	0,98%	0,82%

O Custeio Administrativo teve as seguintes fontes:

- i. **Plano BD Saldado** - o custeio administrativo aprovado pela gestão (DEL-003/15, aditada na 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo – COD do Postalís, de 17.06.2015) para cobertura das despesas administrativas, aplicado entre 01/04/2015 e 31/03/2016, corresponde a 10% (dez por cento) das contribuições normais vertidas ao plano pelos patrocinadores e assistidos e 0,072% (setenta e dois milésimos por cento) sobre os recursos garantidores do plano. A participação do plano no Fundo Administrativo foi de R\$ 1.363 mil em 2015 e R\$ 4.077 mil em 2014.
- ii. **Plano CV Postalprev** – o custeio administrativo aprovado pela gestão (DEL-004/15) para cobertura das despesas administrativas, aplicado entre 01/04/2015 e 31/03/2016, equivale a 7% (sete por cento) aplicado ao valor das Contribuições Básicas, para os participantes, e ao valor das Contribuições Regulares, para os patrocinadores.

Desta forma, o custeio administrativo devido pelos participantes patrocinados equivale a 0,384% da folha de Salário de Contribuição dos Participantes Patrocinados e dos Participantes Autopatrocinados, sendo esse percentual a base de apuração das contribuições destinadas ao custeio administrativo devidas pelos Assistidos e

pelos Participantes Vinculados. A participação do plano no Fundo Administrativo foi de R\$ 69.982 mil em 2015 e R\$ 48.051 mil em 2014.

O fundo administrativo é constituído pela diferença apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa.

3.9 Plano de Equacionamento do Déficit 2014

Em atendimento ao item 2.1 e subitem 2.4.7 do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, celebrado em 18.05.2015, aditado na 295ª Sessão Ordinária da Diretoria Colegiada da PREVIC, de 07 de março de 2016, para adequação a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o COD do Postalís aprovou, em 23.03.2016, o Plano de Equacionamento do Déficit 2014 do plano BD Saldado conforme descrição abaixo:

- Aplicação de contribuições extraordinárias para patrocinadores, participantes ativos, assistidos e pensionistas;
- Adoção da hipótese de diferimento das aposentadorias programadas, de acordo com a tendência observada a partir do saldamento;
- Não integralização da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA;
- Equacionamento do resultado deficitário realizado com base no déficit apurado na posição 31.12.2014, atualizado para a data base 31.12.2015.



RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL
VALORES POSICIONADOS EM 31.12.2014

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Ativo Líquido	5.155.157
Ativo Patrimonial	5.218.998
Exigível por Terceiros	-63.840
Exigível Operacional	-25.119
Exigível Contingencial	-25.115
Fundos	-13.607
Exigível Atuarial	9.656.212
Provisão Matemáticas	10.752.875
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	5.005.093
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	5.747.782
Provisões Matemáticas a Constituir	-1.096.663
Déficit Equacionado	-1.096.663
Serviço Passado	0
Resultado	-4.501.055

O plano BD Saldado apresentou na posição 31.12.2014 um passivo a descoberto no valor de R\$ 4.501.055 mil, que corresponde a diferença entre o déficit acumulado até a data base de 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 4.637.550 mil e a amortização, pela reversão do PGA, dos valores descontados dos aportes da RTSA a título de custeio administrativo, no valor de R\$ 136.494 mil.

Em atendimento a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, que altera a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e o Regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, em dezembro de 2014, o Instituto passou a apresentar, para fins de equacionamento, a seguinte posição:

- i. **Provisão Matemática = R\$ 9.656.212 mil**
Provisão Matemática = Provisão Matemática Total – Provisão Matemática a Constituir
Provisão Matemática = R\$ 10.752.875 mil – R\$ 1.096.663 mil
- ii. **Limite de Déficit Técnico Acumulado = R\$ 1.110.464 mil**

Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (Duration* – 4) x Provisão Matemática

Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (15,5 – 4) x R\$ 9.656,212 mil

(*) Duração do Passivo do PBD Saldado é de 15,5 anos (186 meses), a partir de 01.01.2015.

- iii. **Prazo Máximo de Equacionamento = 23,25 anos (279 meses)**

Prazo Máximo de Equacionamento = Duração do Passivo x 1,5

Prazo Máximo de Equacionamento = 15,5 anos (186 meses) x 1,5

Dessa forma, o resultado deficitário a ser equacionado equivale a R\$ 3.390.591 mil, que quando posicionado em 31.12.2015, por meio de correção realizada de acordo com as bases técnicas do plano (índice de correção monetária pelo INPC, acrescido da taxa de juros atuarial de 5,50% a.a.), passa a corresponder R\$ 3.969.384 mil.

A este montante foi acrescido o valor R\$ 128.857 mil referente ao efeito do ajuste produzido no Plano de Equacionamento do Déficit 2012 – supressão da perenidade

contributiva – que passa a ter vigência correspondente a uma vez e meia a Duração do Passivo do Plano, conforme entendimento da PREVIC.

À vista disso, o montante total considerado no Plano de Equacionamento do Déficit 2014, posicionado em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 4.098.241 mil, cuja aprovação institui contribuições extraordinárias, a

partir da competência de maio de 2016, para os participantes ativos e os atuais e futuros assistidos (aposentados e pensionistas), com contrapartida contributiva (paritária) dos patrocinadores, sendo:

- iv. **Participantes ativos:** sobre os valores dos Benefícios Proporcionais Saldados;
- v. **Assistidos (atuais e futuros):** sobre os valores dos benefícios concedidos.

TAXAS DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

DISCRIMINAÇÃO	%
Contribuição Extraordinária - Déficit 2012	7,88%
Patrocinadores	3,94%
Participantes e Assistidos	3,94%
Contribuição Extraordinária - Déficit 2014	27,96%
Patrocinadores	13,98%
Participantes (*) e Assistidos	13,98%

(*) até que ocorra a aprovação da alteração do artigo 16 do Regulamento do PBD, em curso, o percentual de 13,98% aplicável aos participantes ativos será convertido em percentual do Salário de Participação de forma a assegurar o ingresso de valores monetários equivalentes (inciso I do parágrafo 3 do artigo 16 do Regulamento).

As contribuições extraordinárias destinadas ao Equacionamento do Déficit de 2014 serão aplicadas ao longo de 279 meses, encerrando-se na competência de julho de 2039.

O Plano de Equacionamento do Déficit 2014 será revisto anualmente, por ocasião da avaliação atuarial do plano.

3.10 Receitas/Adições e Despesas/Deduções

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, as Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas de Investimentos são escrituradas pelo Regime de Competência de acordo com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011.

3.11 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a IN MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidada.

A consolidação é registrada em balancete auxiliar, por meio de ajustes e eliminações dos registros que apresentam reflexos em duplicidade.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

GESTÃO PREVIDENCIAL	BD SALDADO	POSTALPREV	PGA	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Ativo					
Previdencial	28.908	97.137	-	(8.369)	117.676
Passivo					
Previdencial	49.396	28.126	-	(5.234)	72.288

GESTÃO ADMINISTRATIVA	BD SALDADO	POSTALPREV	PGA	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Ativo					
Administrativo	1.363	69.982	92.721	(118.446)	45.619
Passivo					
Exigível + Fundo Administrativo	1.363	69.982	127.273	(114.504)	84.114

INVESTIMENTOS	BD SALDADO	POSTALPREV	PGA	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Ativo					
Investimentos	5.124.644	3.388.861	68.145	-	8.581.650
Passivo					
Investimentos	7.962	1.384	-	(7.077)	2.270

CONSOLIDADO	BD SALDADO	POSTALPREV	PGA	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Ativo					
Realizável	5.154.915	3.555.979	160.866	(126.815)	8.744.945
Passivo					
Exigível + Fundo Administrativo	58.721	99.492	127.273	(126.815)	158.671

4. Composição das Contas Patrimoniais

4.1 Realizável da Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

RECURSOS A RECEBER	BD SALDADO		POSTALPREV	
	2015	2014	2015	2014
Contribuições a Receber (a)	5.223	4.809	89.227	91.785
Patrocinadores	5.223	4.809	43.530	44.614
Participantes	-	-	45.697	47.171
Contribuições Extraordinária Equacionamento (b)	10.859	9.115	-	-
Patrocinadora	6.906	5.295	-	-
Participantes	3.953	3.820	-	-
Adiantamentos (c)	177	150	3	4
Depósito Judicial (d)	12.187	12.556	-	-
Outros Realizáveis (e)	461	139.577	7.908	987
Total	28.908	166.207	97.137	92.775

(a) Corresponde ao direito a receber de Contribuições Normais de patrocinadores e participantes relativas ao mês de dezembro, cujos valores são descontados em folhas de pagamentos e benefícios, destacando-se o repasse da patrocinadora Correios até o quinto dia do mês subsequente.

(b) Refere-se às Contribuições Extraordinárias de patrocinadoras e participantes do Equacionamento do Déficit 2012 do plano BD Saldado.

(c) É composto por adiantamentos realizados a título de Pecúlio por Morte, Pensão e Aposentadoria no plano BD Saldado e Reserva de Poupança e Aposentadoria no plano Postalprev.

(d) Registra os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Previdencial.

(e) Refere-se às operações realizadas entre planos de benefícios e administrativo.

4.2 Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Contas a Receber (a)	12.048	4.831
Contribuições para o Custeio Administrativo	11.176	4.041
Responsabilidades de Empregados	872	790

DESCRIÇÃO	2015	2014
Despesas Antecipadas (b)	1.375	641
Gestão Administrativa Depósitos Judiciais/ Recursais (c)	43.373	34.495
Outros Realizáveis (d)	35.926	46.534
Total da Gestão Administrativa	92.721	86.501

(a) Corresponde ao direito a receber de contribuições para o custeio administrativo do PGA transferidos pelos planos de benefícios e os adiantamentos assumidos com empregados, tais como férias e 13º salário.

A variação apresentada no grupo de Contribuições para o Custeio Administrativo entre os exercícios de 2014 e 2015 decorre da aprovação do plano de custeio BD Saldado, conforme DEL-003/15, aditada na 7ª Reunião Extraordinária do COD do Postalís, de 17.06.2015, para cobertura das despesas administrativas, aplicado entre 01/04/2015 e 31/03/2016, que agregou o percentual de 0,072% (setenta e dois milésimos por cento) sobre os recursos garantidores do plano.

(b) Representa basicamente o seguro administrativo de responsabilidade civil, *Directors and Officers - D&O*, contratado pelo Instituto, que visa proteger dirigentes e empregados de possíveis responsabilidades pessoais decorrentes de seus atos enquanto tomadores de decisões.

(c) Refere-se aos depósitos judiciais, de caráter administrativo, realizados pelos Instituto, destacando-se o PIS e a COFINS sobre o faturamento, no período de julho de 2006 a dezembro de 2014, cuja legalidade do pagamento das contribuições é questionada pelo Instituto.

(d) Trata-se da recomposição do fundo administrativo do plano Postalprev pelo fundo administrativo BD Saldado, em função da quitação da dívida do PGA com o plano BD Saldado, em maio de 2015, referente aos descontos indevidos de taxa de administração sobre as parcelas de amortização da RTSA (Nota 5.4.b).

4.3 Realizável de Investimentos

Desde janeiro de 2011, a *BNY Mellon* presta serviços ao Instituto de administração e controladoria fiduciária da carteira de títulos e valores mobiliários, sendo responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações dos planos de benefícios e administrativo.

A administração dos investimentos é realizada pelo próprio Instituto por meio de gestão direta (carteira própria) e indireta (fundos de investimentos), em consonância com a

Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e as diretrizes estabelecidas na sua Política de Investimentos.

4.3.1 Composição da carteira de investimentos consolidada

A carteira de investimento consolidada é constituída por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimentos, Derivativos, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos e Depósitos Judiciais.

INVESTIMENTOS	2015	2014
Títulos Públicos	2.701.467	1.676.536
Notas do Tesouro Nacional	2.691.760	1.667.966
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	9.707	8.570
Créditos Privados e Depósitos	872.369	925.901
Instituições Financeiras	146.187	125.513
Companhias Abertas	98.788	148.899
Companhias Fechadas	438.943	428.232
Sociedades Limitadas	188.450	223.257

INVESTIMENTOS	2015	2014
Ações	663.072	584.666
Companhias Abertas	37.845	34.101
Sociedades de Propósito Específico	625.227	550.565
Fundos de Investimento	3.237.870	3.499.261
Referenciado	264.397	352.955
Renda Fixa	444.451	448.056
Ações	300.966	401.175
Dívida Externa	141.150	124.146
Multimercado	179.538	174.012
Direitos Creditórios	618.448	560.832
Empresas Emergentes	13.208	16.729
Participações	1.221.653	1.352.292
Imobiliário	54.059	69.064
Derivativos	-	8
Mercados Futuros	-	8
Investimentos Imobiliários	247.984	233.087
Empréstimos e Financiamentos	854.514	993.491
Depósitos Judiciais	4.374	3.691
Total	8.581.650	7.916.641

4.3.2 Composição da carteira de investimentos por plano

i. BD Saldado

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2015	2014	2015	2014
INVESTIMENTOS			5.122.537	5.046.004	850.843	530.263
A. Títulos Públicos			886.870	524.881	850.843	530.263
Notas do Tesouro Nacional			886.870	524.881	850.843	530.263
NTN-B	15/08/16	79.546	84.681		85.017	
NTN-B	15/08/18	77.395	84.602		83.304	
NTN-B	15/05/19	79.171	81.499		81.077	
NTN-B	15/08/20	102.154	112.990	77.306	108.308	76.504
NTN-B	15/08/22	192.725	229.923	182.763	214.620	180.812
NTN-B	15/08/24	190.249	225.189	203.360	211.634	206.165

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2015	2014	2015	2014
NTN-B	15/08/50	22.811	27.278	24.669	24.416	25.148
NTN-C	01/07/17	15.087	32.771	29.212	34.486	33.655
NTN-F	01/01/17	6.016	7.936	7.572	7.981	7.979
B. Créditos Privados e Depósitos			644.995	685.943		
Instituições Financeiras			37.365	71.952	61.652	
BESP - BANESPA	CDB	18/07/16	17.099	33.571	29.465	
BMBR - B.MERIDIONAL	CDB	18/07/16	18.726	36.649	32.187	
BPNM - PANAMERICANO	CDB	18/12/20	1.540	1.732		
Companhias Abertas			98.788	148.898		
CASN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO	CCB	30/10/17	75.000	68.554	86.086	
CASN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO	CCB	23/12/16	25.000	14.355	23.284	
CEPP - CENTRO ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE PRUDENTE CESPP	CCI	06/05/16	44.000		23.918	
IFSC - INFRASEC SECURITIZADORA SA	CRI	07/04/27	9.734	10.233	9.694	
VALE - VALE	DEBN	30/12/21	4	14	14	
Valor a Receber Cambuci	DEBN	-	-	5.631	5.903	
Companhias Fechadas			347.433	348.571		
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F	02/06/19	15.000	17.237	19.119	
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F	03/06/19	15.000	17.237	19.119	
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F	04/06/19	8.000	9.193	10.197	
IVMN - INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	CCB-F	16/07/29	9.000	35.271	28.916	
IVMN - INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	CCB-F	17/07/29	10.000	39.190	32.129	
IVMN - INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	CCB-F	18/07/29	10.000	39.190	32.129	
IVMN - INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	CCB-F	29/05/31	17.000	46.633	38.508	
PBHP - PORTBELLO HOLDING PARTICIPACOES SA	CCI-F	15/03/23	30.000	44.198	37.207	
TETO - GESTORA RECEBIVEIS TETTO HABITACAO SA		01/01/27	105.780	99.285	131.245	
Sociedades Limitadas			126.822	126.822		
INDH - INDAIATUBA HOLDING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	CCI-L	20/04/22	65.000	100.441	91.949	
MTTG - MTTG EMPREENDIMENTOS PARTICIPACOES LTDA*	CCI-L	01/01/27	30.310	26.381	34.873	

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2015	2014	2015	2014
C. Ações			383.073	342.571		
Sociedade de Propósito Específico			374.800	342.571		
CNBA - CANABRAVA AGRÍCOLA S.A.	SPE	01/12/21	10.230	36.331	31.101	
CNBE - CANABRAVA ENERGÉTICA S.A.	SPE	01/12/24	33.450	143.695	125.850	
XNIC - XNICE PARTICIPAÇÕES S.A.	SPE	30/05/29	26.715	34.252	28.480	
ALUBAM PARTICIPAÇÕES S.A.	SPE	30/06/23	62.162	87.227	74.166	
USINA SOBRASIL S.A.	SPE	15/12/20	66.010	73.296	82.974	
Ações			8.273			
PLASCAR	-			1.817		
RUM03	-			6.456		

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO		
			2015	2014	
D. Fundos de Investimentos			2.474.876	2.558.855	
Renda Fixa			396.083	345.609	
CARAJÁS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Nota 8.1	-	62.064	32.304
RIO DOCE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Nota 8.1	-	28.708	
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO HUNGRIA	FIRF	-	-	2.286	141
INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	FIRF	-	-	15.215	14.585
INCOME VALUE I CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	FIRF	Nota 8.1	-	82.696	73.546
BB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	FIRF	-	-		30.156
SANTANDER FIRF MASTER CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO	FIRF	-	-	10.597	
BRB FICFIRF DI LONGO PRAZO 1 MILHÃO	FIRF	-	-	21.375	
BNP PARIBAS MATCH DI FIRF - CRÉDITO PRIVADO	FIRF	-	-	173.143	194.877
Dívida Externa			141.150	124.146	
BRASIL SOVEREIGN II FUNDO DE INVESTIMENTO DE DÍVIDA EXTERNA	FIDE	-	-	141.150	124.146

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	
			2015	2014
Direitos Creditórios		-	533.950	481.109
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV	FIDC > 365 dias	-	10.757	19.463
GP AETATIS II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IMOBILIÁRIOS	FIDC > 365 dias	-	17.480	21.211
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL ITÁLIA	FIDC > 365 dias	-	10.752	8.025
FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISSETORIAL	FIDC > 365 dias	-	730	833
CJP FIDC NÃO PADRONIZADOS - CRÉDITOS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS	FIDC > 365 dias	-	494.231	431.577
Empresas Emergentes			13.208	16.729
EMPREENDEDOR BRASIL - FMIEE	FMIEE -	14.700	6.211	6.216
JARDIM BOTÂNICO VC I - FMIEE	FMIEE -	16.000	6.997	10.514
Participações			1.219.546	1.352.292
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BIOENERGIA	FIP -	190.000	232.089	189.917
BR EDUCACIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP -	54.431		25.037
BRZ ALL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP Nota 8.1	40.000		18.807
ENERGIA PCH - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP -	124.178	201.485	202.342
ETB - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP -	223.475	268.370	264.753
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE	FIP -	40.000	36.904	37.271
FLORESTAS DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP -	35.303	70.355	63.303
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GAMMA	FIP -	43.500		50.845
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP -	39.308	2.345	2.595
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP -	32.857	13.347	13.432
MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP -	196.899	242.679	243.457
NOVA ENERGY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP -	99.930	154.078	154.989
FIP MEZANINO MARINE INFRAESTRUTURA	FIP -			78.733
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES TAG	FIP -	14.020		5.143
Valor a Receber				1.668
Valor a Pagar			-2.107	
FIP MEZANINO MARINE INFRAESTRUTURA	FIP -	67.500	-2.107	

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	
			2015	2014
Multimercado			64.108	68.522
RIVIERA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - CRÉDITO PRIVADO	FIM -	-	39.729	36.157
FM1 - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	FIM -	-	24.379	32.365
Ações			106.831	170.449
ZAMBEZI FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	FIA -	-		11.074
YUKON FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	FIA Nota 8.1	-	106.831	159.376

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	
			2015	2014
E. Investimentos Imobiliários			247.984	233.087
Aluguel e Renda		194.906	213.402	196.332
Locada a Patrocinador	-	194.906	213.402	196.332
Terreno - Cajamar	-	23.671	52.841	23.671
Custo Corrigido	-	171.235	158.811	176.116
Aluguel a receber	-		1.750	
Depreciação	-			-3.455
Outros Investimentos Imobiliários			11.832	11.483
Terreno - Finorte	-	-	4.511	3.670
Edificação - Finorte	-	-	7.369	8.330
Depreciação	-	-	-48	-517
Direitos em Aliações de Investimentos Imobiliários			22.750	25.272
Ed. Birmann - Ponswinnecke Empreendimentos	-	-	3.063	3.675
Ed. Aron Birmann 20 - GTS	-	-	12.133	14.733
4º Andar Ed. RB1 - JC Investimentos	-	-	5.923	6.707
Fazenda Santo Antonio	-	-	1.631	
Hot Springs - Bluepoint	-	-		158

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	
			2015	2014
F. Empréstimos e Financiamentos			480.365	696.975
Empréstimos	-	-	480.365	696.975
G. Depósito Judicial			4.374	3.691
Depósitos	-	-	4.374	3.691

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

ii. Postalprev

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2015	2014	2015	2014
INVESTIMENTOS			3.388.861	2.678.830	1.665.754	1.195.557
A. Títulos Públicos			1.814.598	1.151.655	1.665.754	1.195.557
Notas do Tesouro Nacional			1.814.598	1.151.655	1.665.754	1.195.557
NTN-B	15/08/16	79.944	84.463		85.017	
NTN-B	15/08/22	182.489	219.411	198.412	205.592	223.015
NTN-B	15/08/30	254.681	294.036	215.971	252.559	202.839
NTN-B	15/05/35	102.264	105.929		96.848	
NTN-B	15/08/40	24.926	26.306		24.416	
NTN-B	15/05/45	24.815	25.341		23.618	
NTN-B	15/08/50	835.647	953.712	717.109	884.588	747.654
NTN-B	15/05/55	80.117	83.484		71.062	
NTN-F	01/01/17	9.057	12.208	11.592	12.347	12.343
LFT	01/03/18	3.968	4.961		4.961	4.960
LFT	01/03/19	3.799	4.746	8.570	4.746	4.746
B. Créditos Privados e Depósitos			227.373	239.958		
Instituições Financeiras			74.235	63.862		
Banco Santander	CDB 18/07/16	917	1.342	1.173		
CEF	CDB 22/09/16	24.000	28.015	24.727		
SAFRA	LF 07/02/24	10.000	13.641	11.372		
SAFRA	LF 07/01/21	10.000	13.572	11.345		
PINE	LF 06/12/21	874	1.098	948		
PINE	LF 22/11/21	13.182	16.567	14.298		
Companhias Fechadas			91.511	79.662		
PBHP - PORTBELLO HOLDING PARTICIPACOES SA	CCI-F 05/08/23	55.000	77.341	67.866		

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2015	2014	2015	2014
DOGM - DOGMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	CCI-F 13/03/20	10.000	14.170	11.796		
Sociedades Limitadas			61.627	96.434		
UNIE - UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SP	CCI-L 26/10/16	15.000		8.562		
UNIE - UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SP	CCI-L 22/03/19	30.000		33.209		
JMED - J. MEDEIROS CONSTRUTORA LTDA	CCI-L 25/06/15	3.000		1.089		
INDH - INDAIATUBA HOLDING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	CCI-L 19/06/22	45.000	61.627	53.574		

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		
			2015	2014	
C. Ações			279.999	242.103	
Sociedade de Propósito Específico			250.427	207.994	
MRTT - MRT2 SPE S.A.	SPE	15/10/21	40.000	49.515	40.912
GBXTII - GBXTIETE II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	SPE	17/10/17	14.500	17.687	14.731
XNIC - XNICE PARTICIPAÇÕES S.A.	SPE	30/05/29	142.911	183.225	152.351
Companhias Abertas			29.572	34.101	
ABEV - AMBEV S.A ON	AÇÕES	-	3.504	4.052	3.613
BBAS - BRASIL ON	AÇÕES	-	536	590	475
BDC - BRADESCO PN	AÇÕES	-	3.567	2.431	3.590
BBSE - BBSEGURIDADE ON	AÇÕES	-	2.384	1.898	2.508
BRFS - BRF AS ON	AÇÕES	-	312	1.108	406
BRML - BR MALLS PAR ON	AÇÕES	-	108		89
BVMF - BMFBOVESPA ON	AÇÕES	-	271		215
CIEL - CIELO ON	AÇÕES	-	2.030	1.512	
CCRO - CCR S.A. ON	AÇÕES	-	180		156
CMIG - CEMIG PN	AÇÕES	-	136		109
GOAU - GERDAU MET PN	AÇÕES	-	1.534	841	
CRUZ - SOUZA CRUZ ON	AÇÕES	-	127		89
GOAU - GERDAU MET PN	AÇÕES	-	254		170
IDNT - IDEIASNET ON	AÇÕES	-	148		179

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA	
			2015	2014
ITSA - ITAUSA PN	AÇÕES	-	954	939
ITUB - ITAUUNIBANCO PN	AÇÕES	-	4.068	4.192
KROT - KROTON ON	AÇÕES	-	2.646	2.837
LAME - LOJAS AMERIC PN	AÇÕES	-	1.610	1.746
PCAR - PACUCAR CBD PN	AÇÕES	-	3.742	3.551
PETR - PETROBRAS PN	AÇÕES	-	7.081	4.795
PETR - PETROBRAS ON	AÇÕES	-	1.288	719
UGPA - ULTRAPAR ON	AÇÕES	-	331	319
VALE - VALE PN	AÇÕES	-	6.396	5.077
Valor a Receber	PROVENTOS	-	-	74
Derivativos				8

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	
			2015	2014
D. Fundos de Investimentos			692.741	748.599
Renda Fixa			396.990	408.634
RIO DOCE FIRF CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Nota 8.1	33.359	39.867
BB INSTITUCIONAL FIRF	FIRF	-	-	624
BNP PARIBAS MATCH DI FIRF REFERENCIADO - CRÉDITO PRIVADO	FIRF	-	23.109	53.739
INCOME VALUE I CRÉDITO PRIVADO FIRF	FIRF	Nota 8.1	190.438	169.367
HORUS INSTITUCIONAL 11 FIM	FIM	Nota 8.1	113.143	105.490
SAGA INSTITUCIONAL FIA	FIA	-	36.941	39.548
Direitos Creditórios			84.497	79.724
FIDC MULTISSETORIAL ITÁLIA	FIDC	> 365 dias	10.763	8.033
FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISSETORIAL	FIDC	> 365 dias	730	833
SCE FIDC SÊNIOR	FIDC	> 365 dias	1.135	2.297
SCE FIDC SUBORDINADA	FIDC	> 365 dias	8.644	7.496
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC PREFERENCIAL	FIDC	> 365 dias	51.070	50.779
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC SENIOR	FIDC	> 365 dias	12.154	10.286

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	
			2015	2014
Fundo de Investimento em Ações			157.194	191.178
GUEPARDO INSTITUCIONAL 60 FICFIA	FICFIA	> 365 dias	24.920	39.078
PACIFICO AÇÕES FICFIA	FICFIA	> 365 dias	37.599	20.875
PERIMETER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	FIA	> 365 dias	50.108	75.543
TEJO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	FIA	Nota 8.1	630	55.681
STK LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA	FIA	> 365 dias	43.937	
Fundo Imobiliário			54.059	69.064
ÁQUILLA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII	FII	-	11.798	17.811
FII GENERAL SHOPPING ATIVO E RENDA	FII	-	42.261	51.253
E. Empréstimos e Financiamentos			374.149	296.516
Empréstimos		-	374.149	296.516

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

iii. PGA

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	
			2015	2014
INVESTIMENTOS			68.145	191.806
A. Fundos de Investimentos			68.145	191.806
Renda Fixa			68.145	191.806
CARAJÁS FIRF CRÉDITO PRIVADO	FIRF	-	55.000	42.018
RIO DOCE FIRF CRÉDITO PRIVADO	FIRF	-	45.000	34.456
BNP PARIBAS MATCH DI FIRF - CRÉDITO PRIVADO	FIRF	-	-	68.145
BB INSTITUCIONAL FIRF	FIRF	-	-	10.993

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

4.3.3 Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários do plano BD Saldado é demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	2014	ACRÉSCIMOS / DEDUÇÕES	DEPRECIAÇÕES	2015
Terrenos (a)	-	1.631	-	1.631
Locadas a Patrocinador(es) (b)	196.332	17.070	-	213.402
Edificações	196.332	15.320	-	211.652
Aluguéis	-	1.750	-	1.750
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários (c)	25.272	(4.153)	-	21.119
Outros Investimentos Imobiliários (d)	11.483	397	(48)	11.832
Edificações	11.483	397	(48)	11.832
Total da Carteira Imobiliária	233.087	14.945	(48)	247.984

(a) Corresponde ao registro da Fazenda Santo Antônio, localizada no município e comarca de Novo São Joaquim/MT, em garantia da dívida executada das obrigações de pagamento assumidos pela SPE - Paiva Agricultura S.A (CDCA 1/2010). A extinção da dívida e respectiva quitação resultou em reversão de provisão para perda na ordem de R\$ 5.063 mil (Nota 7.2).

(b) Refere-se ao Centro Operacional Logístico Cajamar/SP locado à patrocinadora Correios. O início do prazo de locação de 120 (cento e vinte) meses ocorreu em julho de 2015, mediante o termo de recebimento definitivo do complexo.

(c) Valores a receber a título da venda dos imóveis (Nota 4.3.3.i).

(d) Representa o registro do Imóvel Industrial - tipo galpão, localizado na Rua 12, s/nº - Módulo A, Lote 1, Quadra N - Distrito Industrial Maracanã - São Luís/MA, em garantia da dívida executada das obrigações de pagamento assumidos pelo CRI Acrux, cuja escrituração ocorreu em julho de 2011.

i. Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários

DATA DA VENDA	COMPRADORES	IMÓVEIS	VALOR CONTÁBIL NA VENDA	VALOR DA VENDA		TOTAL DA VENDA	APURAÇÃO LUCRO/ PREJUÍZO	SALDO A RECEBER
				ENTRADA /À VISTA	PARCELAS			
MAI/2010	TROVATTO ENGENHARIA	EDIFÍCIO JARDIM BOTÂNICO	1.677	2.000	0x0	2.000	323	0
AGO/2010	VIGOR CONSTRUTORA	EDIFÍCIO POSTALIS	7.553	415	0X8.819	9.233	1.681	0
AGO/2010	PONSWINNECKE EMPREENDIMENTOS	ED. ARON BIRMANN - SP	7.602	1.575	10X613	7.700	98	3.063
AGO/2010	GTIS XIV BRASIL	ED. BIRMANN 20	32.147	6.500	120X217	32.500	353	12.133
AGO/2010	VICTÓRIA EMPREENDIMENTOS	ED. CENTRO EMPR. VARIG	13.758	2.000	50X254	14.700	942	0
AGO/2010	BLUEPOINT ADM EMPREEND.	HOT SPRINGS HOTEL	2.582	234	72X53	4.017	1.435	0
SET/2010	SAJUTHÁ RIO PARTICIPAÇÕES	ED. PRAIA DO FLAMENGO	18.516	22.000	0X0	22.000	3.484	0
DEZ/2010	CASA DOS VENTOS ENERGIA RENOVÁVEIS	ED. CETENCO PLAZA	7.282	7.700	0X0	7.700	418	0
DEZ/2010	JC INVESTIMENTOS LTDA	ED. RB1 4º ANDAR - RJ	10.871	1.973	10X1.118	13.150	2.279	5.923
JUN/2011	HERFAM SOCIEDADE PATRIMONIAL LTDA	ED. RB1 19º ANDAR - RJ	10.813	2.760	120X92	13.800	2.987	0
Total							21.119	

PARCELAS REMANESCENTES	QUANTIDADE DE PARCELAS	PERIODICIDADE	MÊS
PONSWINNECKE EMPREENDIMENTOS	5	Anual	Agosto
GTIS XIV BRASIL	56	Mensal	-
JC INVESTIMENTOS LTDA	5	Anual	Dezembro

ii. Reavaliação Imobiliária

DESCRIÇÃO	2014	REAVALIAÇÃO			2015	VIDA ÚTIL
		DATA BASE	AJUSTE	AVALIADOR		
Terrenos	-		1.631		1.631	
Fazenda Santo Antônio - MT	-	Mai/15	1.631	1	1.631	
Locadas a Patrocinador(es)	196.332		15.320		211.652	
Município de Cajamar - SP	196.332	Dez/15	15.320	2	211.652	50 anos
Outros Investimentos Imobiliários	11.483		349		11.832	
Finorte S/A - MA	11.483	Mai/15	349	1	11.832	55 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	207.814		17.300		225.114	

Avaliador:

1. Lucato & Lucato Peritos Associados;
2. Binswanger Brazil.

4.3.4 Empréstimos e Financiamentos

As operações com participantes correspondem aos empréstimos concedidos pelos seus valores originais, deduzidas as amortizações e acrescidas de atualização monetária e juros contratuais, conforme regras estabelecidas no regulamento da Carteira de Empréstimo dos planos de benefícios.

As divergências entre os números apresentados pelo atual sistema da carteira e os registros contábeis têm sido conciliadas pelas áreas envolvidas e uma vez esgotados, em

meados de 2015, os esforços para identificá-las sistemicamente, a Administração promoveu ações diretas, tais como a substituição do módulo atual por plataforma de empresa com *expertise* no mercado na área do negócio e grupo de trabalho, no sentido de regularizar as respectivas posições patrimoniais.

A expectativa acerca de uma solução definitiva está prevista para o exercício de 2016, mediante decisão fundamentada pela Administração, ao término da implantação do sistema.

4.3.5 Rentabilidade dos Investimentos

As rentabilidades dos investimentos ficaram assim representadas:

i. Plano BD Saldado

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2015 (%)	2014 (%)
Renda Fixa	11,89	(20,42)
Renda Variável	(5,31)	(74,74)
Investimentos Estruturados	(4,82)	3,69
Investimentos no Exterior	13,70	(68,17)
Imóveis	12,86	0,51
Operações com Participantes	14,61	14,17
Acumulada	6,00	(13,38)
Meta Atuarial	17,07%	12,45%

Em 2015, a rentabilidade da carteira de investimentos do plano BD Saldado ficou abaixo da meta atuarial em razão dos seguintes fatores:

- Reprecificação a menor de títulos atrelados ao FCVS (Nota 6.4);
- Provisões para possíveis perdas;
- Baixo desempenho das ações cotadas em bolsa de valores;
- Impacto negativo na precificação do FIP Mezanino Diamond.

ii. Plano CV – Postalprev

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2015 (%)	2014 (%)
Renda Fixa	13,73	6,39
Renda Variável	(4,27)	(13,94)
Investimentos Estruturados	(10,48)	(2,33)
Operações com Participantes	16,89	16,36
Acumulada	10,52	5,46
Meta Atuarial	17,07%	12,18%

Em 2015, a rentabilidade da carteira de investimentos do plano Postalprev ficou abaixo da meta atuarial em razão dos seguintes fatores:

- Provisão para possíveis perdas;
- Baixo desempenho das ações cotadas em bolsa de valores;
- Baixo desempenho dos fundos imobiliários.

iii. Plano de Gestão Administrativa

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2015 (%)	2014 (%)
Renda Fixa	13,72	11,54
Acumulada	13,72	11,54
Índice de Referência - CDI	13,26%	11,90%



5. Passivo

5.1 Exigível Operacional

Esse grupo registra os compromissos a pagar do Postalís, segregados em gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos.

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	BD SALDADO		POSTALPREV			PGA
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Gestão Previdencial (a)	49.396	21.693	28.126	28.201	-	-
Benefícios a Pagar	44.993	18.668	23.950	20.938	-	-
Retenções a Recolher	2.652	1.504	669	3.712	-	-
Outras Exigibilidades	1.750	1.522	3.507	3.550	-	-
Gestão Administrativa (b)	-	-	-	-	55.929	193.604
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	4.674	4.510
Fornecedores a Pagar	-	-	-	-	5.254	3.804
Retenções a Recolher	-	-	-	-	1.528	1.519
Tributos a Recolher	-	-	-	-	840	280
Outras Exigibilidades	-	-	-	-	43.634	183.491
Investimentos (c)	7.962	3.425	1.384	956	-	-
Fundos de Investimentos	2.107	1.590	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	128	93	35	31	-	-
Outras Exigibilidades	5.728	1.742	1.350	925	-	-
Total do Exigível Operacional	57.358	25.119	29.511	29.157	55.929	193.604

(a) Refere-se aos benefícios a pagar do Instituto e suas respectivas retenções.

(b) Compreende as obrigações administrativas a pagar da Entidade.

(c) Refere-se às obrigações com a concessão de empréstimos aos participantes e o repasse para o custeio administrativo e de Investimento dos planos de benefícios para o plano PGA.



5.2 Exigível Contingencial

DESCRIÇÃO	BD SALDADO		POSTALPREV		PGA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Gestão Previdencial (a)	24.386	22.675	-	-	-	-	24.386	22.675
Gestão Administrativa (b)	-	-	-	-	37.426	36.155	37.426	36.155
Investimentos (c)	4.034	2.440	-	-	-	-	4.034	2.440
Total do Exigível Contingencial	28.420	25.115	-	-	37.426	36.155	65.846	61.270

(a) Destacam-se as ações decorrentes de processos nos quais participantes assistidos e ex-participantes pleiteiam diferenças de valores de Suplementação de Aposentadoria e Reserva de Poupança, respectivamente.

(b) Refere-se às reclamações trabalhistas e a ação para não recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas administrativas previdenciais e de investimentos vertidas para o PGA.

(c) Trata-se dos processos judiciais relacionados a recuperação de ativos da carteira de investimentos do plano BD Saldado.

5.3 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios, que correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos dos planos para com seus participantes, assistidos e pensionistas, relativos a benefícios

concedidos e a conceder, foram estabelecidas com base em cálculos atuariais realizados pela Globalprev Consultores Associados, empresa independente de consultoria atuarial conforme a saber:

COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	2015	2014 (REAPRESENTADO)
Provisões Matemáticas	9.853.867	12.334.886
Benefícios Concedidos	6.340.281	5.160.986
Benefícios a Conceder	8.766.840	8.270.563
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.253.254)	(1.096.663)
(-) Déficit Equacionado	(5.253.254)	(1.096.663)
Equilíbrio Técnico Acumulado	(1.510.287)	(4.437.958)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.510.287)	(4.437.958)



5.3.1 Plano BD Saldado

COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	2015	2014 (REAPRESENTADO)
Provisões Matemáticas	6.579.910	9.656.212
Benefícios Concedidos (a)	6.070.196	5.005.093
Benefícios a Conceder (b)	5.762.968	5.747.782
(-) Provisões Matemáticas a Constituir (c)	(5.253.254)	(1.096.663)
(-) Déficit Equacionado	(5.253.254)	(1.096.663)
Equilíbrio Técnico Acumulado (d)	(1.517.260)	(4.501.055)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.517.260)	(4.501.055)

(a) Corresponde ao registro, de acordo com a nota técnica atuarial, do valor atual dos benefícios futuros programados e não programados dos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, líquida e suas contribuições.

(b) Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor dos benefícios futuros programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada e o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelos patrocinadores e participantes.

(c) Refere-se, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos déficits equacionados de 2012 e 2014 dos patrocinadores, participantes e assistidos

(d) Representa o resultado obtido pelo plano de benefícios ao final do exercício, de superávit ou déficit técnico acumulado.

PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT 2014 RESULTADO EXERCÍCIO 2015

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Patrimônio de Cobertura do Plano	5.062.650
Exigível Atuarial	6.579.910
Provisões Matemáticas	11.833.164
Benefícios Concedidos	6.070.196
Benefícios a Conceder	5.762.968
Provisões Matemáticas a Constituir	(5.253.254)
Déficit 2012 Equacionado	(1.155.012)
Déficit 2014 Equacionado	(4.098.241)
Serviço Passado	-
Resultado	(1.517.260)

O resultado deficitário de R\$ 1.517.260 mil é composto pelo déficit mantido na posição de 31.12.2014, de R\$ 1.300.027 mil e pelo

déficit acumulado ao longo do exercício de 2015, de R\$ 217.233 mil.

i. Premissas e Hipóteses Atuariais

As bases técnicas adotadas na avaliação atuarial 2015 são compostas por Hipóteses

Atuariais (Biométricas-Demográficas e Económicas), Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento a seguir:

PREMISSAS	HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS		SITUAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2015	
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 M&F	Tábua AT-2000 M&F	Mantida
Mortalidade de Inválidos	Tábua AT-1949 Male com agravamento de 50%	Tábua AT-1949 Male agravada em 65% e Female agravada em 75%	Alterada
Entrada em Invalidez	Tábua Álvaro Vindas	Tábua Álvaro Vindas	Mantida
Composição de Família	Função Hx STEA	Função Hx derivada das Pensões em manutenção	Alterada
Desligamento do Plano	Taxa linear de 1% a.a. até 48 anos de idade e nula após essa idade	Taxa média de 0,8% a.a. variando de acordo com a idade até ficar nula aos 48 anos de idade	Alterada
Diferimento do Requerimento das Aposentadorias Programadas	Nula	36 meses	Alterada
Gerações Futuras de Novos Entrados	Não se aplica	Não se aplica	Mantida

PREMISSAS	HIPÓTESES ECONÓMICAS		SITUAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2015	
Rentabilidade Real dos Investimentos (Taxa Real de Juros)	5,5% a.a.	5,45% a.a.	Alterada
Indexador da Inflação	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	Mantida
Crescimento Real de Salários	Não se aplica	Não se aplica	Mantida
Crescimento Real do Maior Salário da Previdência Social	0% a.a.	0% a.a.	Mantida
Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0% a.a.	0% a.a.	Mantida
Determinação do Valor Real dos Salários	Não se aplica	Não se aplica	Mantida
Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano	0,9698 (5,85% a.a. de inflação conjugado com o reajuste anual dos benefícios)	0,9780 (5% a.a. de inflação conjugado com o reajuste anual dos benefícios)	Alterada
Determinação do Valor Real dos Benefícios da Previdência Social	1,00	0,9780 (5% a.a. de inflação conjugado com o reajuste anual dos benefícios)	Mantida

A taxa de juros de 5,45% a.a. foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 22 de dezembro de 2015.

As Hipóteses Biométricas, Demográficas e Económicas foram aprovadas pelo COD do Postalis, em 25.02.2016.

No encerramento do exercício de 2015 foram mantidos os Regimes Financeiros e os Métodos de Financiamento utilizados

na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício anterior, de Capitalização com Método Agregado.

ii. Ajuste de Precificação

Em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o Instituto apresentou em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$ 32.161 mil de ajuste de precificação, que corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Para tanto, os títulos públicos federais devem atender, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- estejam classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento;
- tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;

- o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
- a duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e
- esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimentos às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

Conforme a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e a Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação do plano BD Saldado resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado Deficitário de R\$ 1.485.099 mil, conforme demonstrado abaixo:

APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	2015
a) Equilíbrio Técnico	(1.517.260)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	32.161
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(1.485.099)

A composição do ajuste de precificação está representada abaixo:

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO - BD SALDADO								
TÍTULOS PÚBLICOS	TX DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PU TX DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2015	PU RECALCULADO EM 31/12/2015	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2015	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2015	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	5,572	15/08/2022	16.700,00	2.899,97	2.918,35	48.429	48.736	307
NTN-B	5,862	15/08/2020	10.000,00	2.850,29	2.895,29	28.503	28.953	450
NTN-B	5,849	15/08/2020	10.000,00	2.851,79	2.895,29	28.518	28.953	435
NTN-B	5,992	15/08/2020	10.000,00	2.836,37	2.895,29	28.364	28.953	589
NTN-B	6,250	15/08/2022	10.000,00	2.800,81	2.918,35	28.008	29.183	1.175
NTN-B	6,310	15/08/2018	10.000,00	2.815,15	2.870,63	28.152	28.706	555
NTN-B	6,171	15/08/2018	10.000,00	2.824,06	2.870,63	28.241	28.706	466

TÍTULOS PÚBLICOS	TX DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PUTX DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2015	PU RECALCULADO EM 31/12/2015	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2015	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2015	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	6,281	15/08/2018	10.000,00	2.817,04	2.870,63	28.170	28.706	536
NTN-B	6,308	15/08/2016	10.000,00	2.828,29	2.842,18	28.283	28.422	139
NTN-B	6,200	15/08/2022	8.572,00	2.808,03	2.918,35	24.070	25.016	946
NTN-B	6,180	15/08/2022	8.561,00	2.810,90	2.918,35	24.064	24.984	920
NTN-B	6,250	15/08/2022	4.300,00	2.800,87	2.918,35	12.044	12.549	505
NTN-B	6,605	15/08/2016	10.000,00	2.823,52	2.842,18	28.235	28.422	187
NTN-B	6,789	15/05/2019	10.000,00	2.733,64	2.841,12	27.336	28.411	1.075
NTN-B	6,765	15/08/2020	10.000,00	2.755,09	2.895,29	27.551	28.953	1.402
NTN-B	7,241	15/08/2016	10.000,00	2.813,39	2.842,18	28.134	28.422	288
NTN-B	7,149	15/05/2019	10.000,00	2.705,67	2.841,12	27.057	28.411	1.355
NTN-B	7,159	15/05/2019	10.000,00	2.704,90	2.841,12	27.049	28.411	1.362
NTN-B	6,295	15/08/2050	10.000,00	2.728,82	3.073,52	27.288	30.735	3.447
NTN-B	6,205	15/08/2022	10.000,00	2.807,31	2.918,35	28.073	29.183	1.110
NTN-B	6,275	15/08/2022	5.000,00	2.797,26	2.918,35	13.986	14.592	605
NTN-B	6,260	15/08/2024	10.000,00	2.791,59	2.938,69	27.916	29.387	1.471
NTN-B	6,265	15/08/2024	10.000,00	2.790,72	2.938,69	27.907	29.387	1.480
NTN-B	6,282	15/08/2024	5.000,00	2.787,76	2.938,69	13.939	14.693	755
NTN-B	6,262	15/08/2024	20.000,00	2.791,26	2.938,69	55.825	58.774	2.949
NTN-B	6,305	15/08/2024	10.000,00	2.783,66	2.938,69	27.837	29.387	1.550
NTN-B	6,387	15/08/2024	10.000,00	2.769,45	2.938,69	27.695	29.387	1.692
NTN-B	6,411	15/08/2024	10.000,00	2.765,28	2.938,69	27.653	29.387	1.734
NTN-B	6,411	15/08/2024	2.000,00	2.765,28	2.938,69	5.531	5.877	347
NTN-B	6,432	15/08/2024	4.000,00	2.761,70	2.938,69	11.047	11.755	708
NTN-B	5,589	15/08/2022	17.700,00	2.897,45	2.918,35	51.285	51.655	370
NTN-C	8,229	01/07/2017	6.368,00	3.358,31	3.483,56	21.386	22.183	798
NTN-C	8,229	01/07/2017	3.632,00	3.358,31	3.483,56	12.197	12.652	455
						879.772	911.933	32.161

5.3.2 Plano Postalprev

COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	2015	2014
Provisões Matemáticas	3.273.957	2.678.674
Benefícios Concedidos (a)	270.085	155.893
Benefícios a Conceder (b)	3.003.872	2.522.781
Equilíbrio Técnico (c)	6.973	63.097
Superávit Técnico Acumulado	6.973	63.097
Reserva de Contingência	6.973	63.097

- (a) Corresponde a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada e o valor atual, de acordo com a nota técnica atuarial, dos benefícios futuros programados e não programados dos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada, líquido de suas contribuições.
- (b) Registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referentes às parcelas de contribuição dos patrocinadores e participantes e o valor atual, de acordo com a nota técnica atuarial, dos benefícios futuros não programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada e contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelos patrocinadores e participantes.
- (c) Representa o resultado obtido pelo plano de benefícios ao final do exercício, de superávit ou déficit técnico acumulado.

i. Premissas e Hipóteses Atuariais

As Hipóteses Biométricas, Demográficas e Econômicas foram aprovadas pelo

COD do Postalís, em 25.02.2016, e estão assim representadas:

PREMISSAS	HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS		SITUAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2015	
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 M&F	AT-2000 M&F	Mantida
Mortalidade de Inválidos	Tábua AT-1949 Male com agravamento de 50%	AT-1949 Male com agravamento de 50%	Mantida
Entrada em Invalidez	Tábua Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Mantida
Composição Familiar	Família Padrão Experiência Globalprev	Família Padrão Experiência Globalprev	Mantida
Desligamento do Plano	3,62% a.a. até 48 anos de idade acima 0,58%	Taxa média de 2,81% a.a. variando de acordo com a idade de 48 anos	Alterada
Gerações Futuras de Novos Entrados	Não Aplicável	Não Aplicável	Mantida

PREMISSAS	HIPÓTESES ECONÔMICAS		SITUAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2015	
Rentabilidade Real dos Investimentos (Taxa Real de Juros)	5,5% a.a.	5,5% a.a.	Mantida
Indexador da Inflação	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	Mantida
Crescimento Real de Salários	3,46% a.a.	3,46% a.a. para os cargos de Nível Superior e 3,03% para os Cargos de Nível Médio	Alterada
Crescimento Real do Maior Salário de Previdência Social	0% a.a.	0% a.a.	Mantida
Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0% a.a.	0% a.a.	Mantida
Determinação do Valor Real dos Salários	1	0,9780% (5% a.a. de inflação conjugado com reajuste anual dos Salários)	Alterada
Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano	0,9698% (5,85% a.a. de inflação conjugado com reajuste anual dos Benefícios)	0,9780% (5% a.a. de inflação conjugado com reajuste anual dos Benefícios)	Alterada
Determinação do Valor Real dos Benefícios da Previdência Social	1	0,9789% (5% a.a. de inflação conjugado com reajuste anual dos Benefícios)	Alterada

A taxa de juros de 5,5% a.a. foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 22 de dezembro de 2015.

No encerramento do exercício de 2015 registra-se alterações nos Regimes Financeiros

e Métodos de Financiamentos, de Regime Financeiro de Capitalização para Regime de Repartição de Capitais de Cobertura, se o benefício for estipulado em renda vitalícia, e do Regime de Repartição Simples, para os benefícios pagos temporariamente ou de forma única. Dessa forma, instituindo-se os seguintes Fundos Previdenciais (Nota 5.4.a):

- a. **Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:** destinado para cobertura dos valores pagos a título de Benefício de Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte, a parte do benefício mínimo não coberta pelo saldo da Conta do Participante, e Saldo Projetado.
- b. **Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial:** para a cobertura de flutuações das taxas de mortalidade referentes aos benefícios concedidos em manutenção – sobras das Provisões Matemáticas no caso de o benefício ser extinto pelo falecimento do

assistido antes das expectativas de sobrevivência previstas, que deverão anular a elevação dessas Provisões no caso de o benefício perdurar em tempo superior às expectativas de sobrevivência previstas.

ii. Ajuste de Precificação

Em 31 de dezembro de 2015, o plano Postalprev apresentou o valor de R\$ 218.458 mil de ajuste de precificação.

A composição do ajuste de precificação está representada abaixo:

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO - POSTALPREV									
TÍTULOS PÚBLICOS	TX DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PU TX DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2015	PU RECALCULADO EM 31/12/2015	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2015	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2015	VALOR DO AJUSTE	
NTN-B	5,572	15/08/2022	16.700,00	2.899,97	2.910,82	48.429	48.611	181	
NTN-B	6,250	15/08/2030	10.000,00	2.775,32	2.974,14	27.753	29.741	1.988	
NTN-B	6,070	15/08/2050	20.000,00	2.814,07	3.051,16	56.281	61.023	4.742	
NTN-B	6,100	15/08/2050	10.000,00	2.802,45	3.051,16	28.024	30.512	2.487	
NTN-B	6,180	15/08/2050	10.000,00	2.771,84	3.051,16	27.718	30.512	2.793	
NTN-B	6,145	15/08/2050	10.000,00	2.785,10	3.051,16	27.851	30.512	2.661	
NTN-B	5,900	15/08/2050	10.000,00	2.881,50	3.051,16	28.815	30.512	1.697	
NTN-B	6,243	15/08/2050	10.000,00	2.747,92	3.051,16	27.479	30.512	3.032	
NTN-B	6,173	15/08/2050	10.000,00	2.774,29	3.051,16	27.743	30.512	2.769	
NTN-B	6,333	15/08/2050	10.000,00	2.714,50	3.051,16	27.145	30.512	3.367	
NTN-B	6,799	15/08/2050	5.000,00	2.552,93	3.051,16	12.765	15.256	2.491	
NTN-B	6,849	15/08/2050	300,00	2.536,62	3.051,16	761	915	154	
NTN-B	6,313	15/08/2035	10.000,00	2.705,46	2.959,96	27.055	29.600	2.545	
NTN-B	6,456	15/08/2030	2.000,00	2.723,89	2.974,14	5.448	5.948	501	
NTN-B	6,456	15/08/2030	2.000,00	2.723,89	2.974,14	5.448	5.948	501	
NTN-B	6,456	15/08/2030	3.000,00	2.723,89	2.974,14	8.172	8.922	751	
NTN-B	6,456	15/08/2030	3.000,00	2.723,89	2.974,14	8.172	8.922	751	
NTN-B	6,424	15/08/2050	10.000,00	2.681,75	3.051,16	26.818	30.512	3.694	
NTN-B	6,426	15/08/2030	5.000,00	2.731,28	2.974,14	13.656	14.871	1.214	
NTN-B	6,426	15/08/2030	5.000,00	2.731,28	2.974,14	13.656	14.871	1.214	
NTN-B	6,475	15/08/2035	10.000,00	2.658,68	2.959,96	26.587	29.600	3.013	
NTN-B	6,200	15/08/2022	8.572,00	2.808,03	2.910,82	24.070	24.952	881	
NTN-B	6,250	15/08/2022	4.300,00	2.800,87	2.910,82	12.044	12.517	473	
NTN-B	6,180	15/08/2022	8.561,00	2.810,90	2.910,82	24.064	24.919	855	

TÍTULOS PÚBLICOS	TX DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PU TX DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2015	PU RECALCULADO EM 31/12/2015	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2015	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2015	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	7,151	15/08/2016	1.924,00	2.814,81	2.841,36	5.416	5.467	51
NTN-B	7,151	15/08/2016	1.027,00	2.814,81	2.841,36	2.891	2.918	27
NTN-B	7,151	15/08/2016	17,00	2.814,81	2.841,36	48	48	0
NTN-B	7,151	15/08/2016	93,00	2.814,81	2.841,36	262	264	2
NTN-B	7,151	15/08/2016	6.939,00	2.814,81	2.841,36	19.532	19.716	184
NTN-B	6,000	15/05/2055	10.000,00	2.801,45	3.019,90	28.014	30.199	2.185
NTN-B	6,049	15/05/2055	10.000,00	2.781,23	3.019,90	27.812	30.199	2.387
NTN-B	7,194	15/08/2016	10.000,00	2.814,13	2.841,36	28.141	28.414	272
NTN-B	6,099	15/05/2055	10.000,00	2.761,15	3.019,90	27.612	30.199	2.587
NTN-B	7,273	15/08/2016	10.000,00	2.812,87	2.841,36	28.129	28.414	285
NTN-B	6,735	15/08/2050	10.000,00	2.574,41	3.051,16	25.744	30.512	4.767
NTN-B	6,362	15/05/2035	10.000,00	2.691,42	2.959,96	26.914	29.600	2.685
NTN-B	6,646	15/08/2040	10.000,00	2.629,08	3.022,28	26.291	30.223	3.932
NTN-B	6,694	15/08/2050	5.000,00	2.587,84	3.051,16	12.939	15.256	2.317
NTN-B	6,280	15/08/2050	10.000,00	2.734,37	3.051,16	27.344	30.512	3.168
NTN-B	7,304	15/08/2050	10.000,00	2.395,37	3.051,16	23.954	30.512	6.558
NTN-B	7,244	15/08/2050	10.000,00	2.413,17	3.051,16	24.132	30.512	6.380
NTN-B	6,938	15/05/2035	10.000,00	2.531,05	2.959,96	25.310	29.600	4.289
NTN-B	6,778	15/05/2045	10.000,00	2.532,52	2.997,64	25.325	29.976	4.651
NTN-B	7,021	15/08/2050	10.000,00	2.481,38	3.051,16	24.814	30.512	5.698
NTN-B	7,074	15/08/2050	10.000,00	2.464,89	3.051,16	24.649	30.512	5.863
NTN-B	6,450	15/08/2050	10.000,00	2.672,60	3.051,16	26.726	30.512	3.786
NTN-B	6,455	15/08/2050	10.000,00	2.670,64	3.051,16	26.706	30.512	3.805
NTN-B	6,448	15/08/2050	5.000,00	2.673,25	3.051,16	13.366	15.256	1.890
NTN-B	6,547	15/08/2050	1.000,00	2.638,40	3.051,16	2.638	3.051	413
NTN-B	6,547	15/08/2050	4.000,00	2.638,40	3.051,16	10.554	12.205	1.651
NTN-B	6,484	15/08/2050	2.000,00	2.660,52	3.051,16	5.321	6.102	781
NTN-B	6,555	15/08/2050	10.000,00	2.635,43	3.051,16	26.354	30.512	4.157
NTN-B	6,555	15/08/2050	20.000,00	2.635,43	3.051,16	52.709	61.023	8.314
NTN-B	6,625	15/08/2050	10.000,00	2.611,13	3.051,16	26.111	30.512	4.400
NTN-B	6,625	15/08/2050	10.000,00	2.611,13	3.051,16	26.111	30.512	4.400
NTN-B	6,605	15/08/2050	10.000,00	2.617,99	3.051,16	26.180	30.512	4.332

TÍTULOS PÚBLICOS	TX DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PU TX DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2015	PU RECALCULADO EM 31/12/2015	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2015	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2015	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	6,605	15/08/2050	10.000,00	2.617,99	3.051,16	26.180	30.512	4.332
NTN-B	6,666	15/08/2050	10.000,00	2.597,35	3.051,16	25.974	30.512	4.538
NTN-B	6,666	15/08/2050	10.000,00	2.597,35	3.051,16	25.974	30.512	4.538
NTN-B	6,610	15/08/2050	10.000,00	2.616,60	3.051,16	26.166	30.512	4.346
NTN-B	6,630	15/08/2050	10.000,00	2.609,75	3.051,16	26.097	30.512	4.414
NTN-B	6,650	15/08/2050	10.000,00	2.602,92	3.051,16	26.029	30.512	4.482
NTN-B	6,550	15/08/2030	10.000,00	2.700,97	2.974,14	27.010	29.741	2.732
NTN-B	6,570	15/08/2030	10.000,00	2.696,11	2.974,14	26.961	29.741	2.780
NTN-B	6,600	15/08/2030	5.000,00	2.688,85	2.974,14	13.444	14.871	1.426
NTN-B	6,900	15/08/2030	5.000,00	2.617,70	2.974,14	13.089	14.871	1.782
NTN-B	6,890	15/08/2030	10.000,00	2.620,03	2.974,14	26.200	29.741	3.541
NTN-B	6,770	15/08/2030	10.000,00	2.648,20	2.974,14	26.482	29.741	3.259
NTN-B	6,750	15/08/2030	10.000,00	2.652,94	2.974,14	26.529	29.741	3.212
NTN-B	6,994	15/08/2030	10.000,00	2.595,90	2.974,14	25.959	29.741	3.782
NTN-B	6,994	15/08/2030	10.000,00	2.595,90	2.974,14	25.959	29.741	3.782
NTN-B	5,589	15/08/2022	19.300,00	2.897,45	2.910,82	55.921	56.179	258
NTN-B	6,832	15/08/2050	10.000,00	2.541,89	3.051,16	25.419	30.512	5.093
NTN-B	6,842	15/08/2050	10.000,00	2.538,62	3.051,16	25.386	30.512	5.125
NTN-B	6,822	15/08/2050	10.000,00	2.545,16	3.051,16	25.452	30.512	5.060
NTN-B	6,600	15/08/2022	10.000,00	2.751,44	2.910,82	27.514	29.108	1.594
NTN-B	6,710	15/08/2022	10.000,00	2.736,15	2.910,82	27.361	29.108	1.747
NTN-B	7,010	15/08/2050	10.000,00	2.485,10	3.051,16	24.851	30.512	5.661
						1.793.961	2.012.419	218.458



5.4 Fundos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Postalís apresentou a seguinte composição de fundos:

DESCRIÇÃO	BD SALDADO			POSTALPREV			CONSOLIDADO		
	2014	CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES)	2015	2014	CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES)	2015	2014	CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES)	2015
Fundos Previdenciais (a)	-	-	-	-	174.874	174.874	-	174.874	174.874
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	-	-	-	-	138.059	138.059	-	138.059	138.059
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-	-	-	-	36.816	36.816	-	36.816	36.816
Fundos Administrativos (b)	4.077	(2.714)	1.363	48.051	21.931	69.982	52.128	19.217	71.345
Plano de Gestão Administrativa	4.077	(2.714)	1.363	48.051	21.931	69.982	52.128	19.217	71.345
Fundos dos Investimentos (c)	9.530	866	10.396	920	496	1.416	10.450	1.362	11.812
Fundo de Garantia de Empréstimos	9.530	866	10.396	920	496	1.416	10.450	1.362	11.812
Total dos Fundos	13.607	(1.848)	11.759	48.971	197.301	246.272	62.578	195.453	258.032

(a) Previdenciais: são fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica.

(b) Administrativos: são constituídos pela diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa, cujo saldo mínimo deve observar o ativo permanente. A correção do fundo administrativo é registrada mensalmente pela rentabilidade do PGA.

Em maio de 2015, o Fundo Administrativo registrou a reversão do saldo devedor repassado a maior ao PGA correspondente as contribuições relativas à RTSA ao plano BD Saldado. A quitação antecipada foi possível mediante a transferência de recursos, a título de empréstimo, do Fundo Administrativo Postalprev.

A recomposição do Fundo Administrativo Postalprev pelo Fundo Administrativo BD Saldado vem ocorrendo regularmente, dentro dos termos acordados na 5ª Reunião Ordinária do COD do Postalís, de 27 e 28.05.2015.

(c) Investimentos: denomina de Fundo de Garantia de Empréstimo, é constituído pela parcela correspondente as cotas de quitação por

morte e invalidez a serem cobradas, de forma parcelada, nos vencimentos dos pagamentos mensais creditados ao Postalís pelos participantes-contratantes, de forma a garantir a cobertura dos empréstimos concedidos na ocorrência do falecimento ou invalidez pelo Regime Geral de Previdência Oficial. A correção do fundo é registrada mensalmente pela rentabilidade dos respectivos planos de benefícios.

6. Outras Informações

6.1 Processo Judicial nº 2016.01.1.009627-5

Autora: Postalís

Réus: BNY Mellon Administração de Ativos e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda

Trata-se de ação ordinária que visa o recebimento da multa contratual, tendo em vista o inadimplemento dos réus, bem como o pagamento ao Postalís dos prejuízos a ele acarretados, incluindo danos emergentes e/ou lucros cessantes.

6.2 Processo Judicial nº 0006949-35.2015.4.01.3400

Autora: Postalis

Réu: Patrocinadora – Correios

Refere-se a ação ordinária que visa a cobrança das parcelas vencidas e reestabelecimento das parcelas vincendas referentes à RTSA, devidas pelos Correios ao Postalis, cujo adimplemento foi interrompido em função de determinação de órgão integrante da Administração Pública Federal (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST).

6.3 Processo Judicial nº 36683-36.2012.4.01.3400

Autora: União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos – UBSPT, ação coletiva

Réus: Postalis e Correios

A UBSPT pleiteia a condenação do Postalis e dos Correios no reconhecimento da obrigação relativa à RTSA e a condenação dos Correios ao pagamento da dívida supostamente vencida quanto a referida verba.

Requer, ainda a autora, a declaração de nulidade da Portaria nº 1.953, da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, que autorizou o saldamento do Plano de Benefício Definido – PBD do Postalis e, conseqüentemente, que seja declarado nulo o referido saldamento.

Por fim, requer a condenação solidária dos réus a rever todos os benefícios dos participantes e assistidos que foram supostamente prejudicados pelo saldamento.

6.4 Processo Judicial nº 0006879-23.2012.4.01.3400 - Certificados de Créditos Imobiliários - CCI's

Autor: Postalis

Réu: Caixa Econômica Federal – CEF

O processo foi distribuído no dia 07/02/2012 e tramita na 6ª Vara da Seção Judiciária do

Distrito Federal sob a condução do Escritório Paulo Cezar Pinheiro Associado, que destacou que em 05/12/2012, foi proferida decisão indeferindo os pedidos liminares realizados pelo Postalis, mas reconheceu a legitimidade passiva da CEF, bem como reconheceu a ocorrência do incontroverso erro operacional na administração do FCVS pela CEF, acarretando a supressão de gravames em diversos contratos que lastreiam os créditos junto àquele Fundo.

Em 17/06/2013, o juiz entendeu indispensável a realização de prova técnica pericial e deferiu o ingresso da União Federal no referido processo.

Em 19/02/2014 foi proferida decisão que deferiu o pedido de prova pericial formulado pelo Postalis e indeferiu o pedido de depoimento testemunhal formulado pela CEF.

No dia 09/04/2014, foi proferida decisão que deferiu, em parte, o pedido de antecipação da tutela recursal formulado pela CEF, para assegurar, tão somente, a produção da prova testemunhal (depoimento pessoal dos representantes do Postalis e testemunho do gestor da TETTO).

No dia 18/06/2014, foi ordenada vista à CEF, que concordou com a proposta de honorários apresentada pelo Perito do Juízo.

6.5 Partes Relacionadas

A remuneração do pessoal chave da administração, que representa as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Entidade, direta ou indireta, corresponde:

SALÁRIOS E ENCARGOS	2015	2014
Dirigentes	3.162	2.774
Conselheiros	594	561
Total	3.756	3.335

7. Fatos Relevantes

7.1 Termo de Ajustamento de Conduta - TAC

Em 28 de maio de 2015, a Diretoria Colegiada da PREVIC aprovou o TAC firmado com o Postalís e anuência dos Correios, instituindo para o exercício de 2016 o marco inicial para revisão e cobrança de contribuições extraordinárias com base em novo Plano de Equacionamento a ser elaborado até o final do exercício de 2015, aditado na 295ª Sessão Ordinária da Diretoria Colegiada da PREVIC, de 07 de março de 2016, para adequação a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, assim como a manutenção do plano de custeio que vigorou de abril de 2014 até março de 2015 no Plano de Benefício Definido Salda-do, aditado na 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo – COD do Postalís, de 17 de junho de 2015, para ajuste do plano de custeio em conformidade ao TAC.

Os reflexos decorrentes do TAC foram observados no mês de sua celebração, cujo déficit equacionado no encerramento do exercício de 2014 foi restabelecido com base na NBC TG nº 24 – Evento Subsequente e na consulta realizada à PREVIC, Ofício nº 1.851/2015/CGMC/DIACE/PREVIC, de 09 de julho de 2015.

7.2 Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD SPE Paiva

Em maio de 2015, o Instituto registrou a reversão da PCLD na ordem de R\$ 5.063 mil mediante a consolidação de propriedade dada como quitação da dívida da SPE - Paiva S.A. (CDCA 01/2010), conforme lançamento do cartório de 1º Ofício – Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Novo São João/MT.

A garantia correspondeu a Fazenda Santo Antônio, localizada no município e comarca de Novo São Joaquim/MT.

7.3 Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD CAMBUCI

Em 2010, a Cambuci homologou acordo judicial com o Postalís para quitação da dívida, sendo rerratificada em agosto de 2014, especificamente para o estabelecimento de novo fluxo de pagamento do saldo devedor em aberto e novembro de 2015, para reajuste do fluxo de pagamento do ativo provisionado para perda, conforme o processo judicial nº 000.02.051919-2.

O reajuste do fluxo de pagamento passa a ser representado por 24 (vinte e quatro) parcelas, iniciadas em dezembro de 2015.

DEBÊNTURES CAMBUCI	SALDO DEVEDOR
12/31/2010	14.323
12/31/2011	13.164
12/31/2012	10.603
12/31/2013	8.359
12/31/2014	5.903
12/31/2015	5.631

7.4 Aprovação do Novo Estatuto do Postalís

Em 15 de dezembro de 2015, por meio da Portaria PREVIC nº 685, foi aprovado, com ressalvas, as alterações propostas para o novo estatuto do Postalís. Dentre as alterações propostas, destacamos:

- A qualificação da Entidade como multipatrocinada e com multipiano;
- A redução de 5 para 4 anos de vinculação a plano de benefícios, como requisito exigido para membro do Conselho Deliberativo e Fiscal;
- A indicação pelos participantes e assistidos, por meio de eleição, dos Diretores Administrativo-Financeiro e de Benefícios;

- d. O estabelecimento de 4 anos de vinculação a plano de benefícios, como requisito exigido para os Diretores Administrativo-Financeiro e de Benefícios;
- e. A supressão da vedação de dirigente sindical ou Entidades relacionadas a ocupar cargos nos órgãos estatutários.

Em 09 de junho 2016, o Instituto solicitou a prorrogação do prazo inicialmente

estabelecido pela PREVIC para encaminhamento da proposta de adequação dos artigos ressaltados.

8. Eventos Subsequentes

8.1 Resgate/Encerramento de Fundos de Investimentos

FUNDO	INSTITUIÇÃO	CNPJ	OPERAÇÃO	TIPO	DATA
CARAJÁS FIRF CRÉDITO PRIVADO	MSF DTVM	10.922.610/0001-04	Encerramento	Financeiro	15/04/2016
RIO DOCE FIRF CRÉDITO PRIVADO	MSF DTVM	10.951.914/0001-91	Encerramento	Financeiro	16/04/2016
INCOME VALUE I CRÉDITO PRIVADO FIRF	PLANNER	17.288.591/0001-47	Resgate Total	Ativos para Carteira Própria	02/03/2016
YUKON FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	MSF DTVM	07.205.872/0001-35	Resgate Total	Ativos para Carteira Própria	16/03/2016
BRZ ALL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	BEM	09.663.447/0001-15	Resgate Total	Ativos para Carteira Própria	06/10/2015
TEJO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	MSF DTVM	14.083.536/0001-22	Resgate Total	Financeiro e Ativos para Carteira Própria	17/03/2016
HORUS INSTITUCIONAL 11 FIM	MSF DTVM	18.894.315/0001-95	Resgate Total	Financeiro e Ativos para Carteira Própria	20/05/2016

Fonte: Gerência de Ativos (GEA).

8.2 Provisão para Perdas de Janeiro a Maio de 2016

EMISSOR	TÍTULO	BD SALDADO		POSTALPREV		CONSOLIDADO	
		VALOR INVESTIDO	EXERCÍCIOS ATUAL	VALOR INVESTIDO	EXERCÍCIOS ATUAL	VALOR INVESTIDO	EXERCÍCIOS ATUAL
Usina Sobrasil S/A	DEBN SPE	66.010	26.206	-	-	66.010	26.206
Canabrava Agrícola S/A	DEBN SPE	20.230	18.976	-	-	20.230	18.976
Canabrava Energética S/A	DEBN SPE	68.607	75.183	-	-	68.607	75.183
Total		154.847	120.365	-	-	154.847	120.365

Fonte: Gerência de Ativos (GEA).

As provisões para perdas constituídas entre janeiro a maio de 2016 observam os prazos estabelecidos no Anexo "A", da IN MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

8.3 Liminar Suspende Equacionamento do Déficit 2014 do Plano BD Saldado

Em 23 de maio de 2016, foi expedida liminar pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF (Ação Civil Pública nº 2016.01.1.055761-4 – 3ª Vara Cível de Brasília/DF) intimando o Instituto a proceder “[...] **a imediata suspensão da implantação do plano de equacionamento do déficit financeiro acumulado do Plano BD Saldado do Postalís, até o julgamento do mérito do agravo**”.

A decisão diz respeito à cobertura das contribuições extraordinárias para o Equacionamento do Déficit 2014 do Plano BD Saldado, que entraria em vigor a partir de maio/2016.

8.4 Cobrança da Contribuição Extraordinária do Plano BD Saldado em Junho de 2016

Em 13 de junho de 2016, foi expedida liminar pela Justiça Federal, em ação judicial de autoria da Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP (processos nº.s 0006395-27.2016.4.03.0000/SP e 2016.03.00.006395-7/SP) contra o Equacionamento do Déficit, que determina “[...] **à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT que promova o depósito judicial dos valores descontados da remuneração de seus empregados e associados à agravante, relativamente ao referido plano de equalização**”, enquanto perdurarem os efeitos dessa decisão.

Diante da tempestividade e da relevância do fato (Nota 8.3), o Instituto não teve tempo hábil para processar as informações relativas aos descontos e encaminhá-las aos Correios, de forma segregada, para atendimento do que dispõe a liminar. Esse fato impediu a cobrança de todas as contribuições extraordinárias daquele mês.

A partir do mês de junho de 2016, o Instituto adotou os seguintes procedimentos de cobrança:

- a. Retomada a cobrança da Contribuição Extraordinária, com a aplicação da taxa equivalente a 17,92%, sendo de 3,94% do Equacionamento de 2012 e 13,98% do Equacionamento de 2014, do Benefício Proporcional Saldado (BPS) para os ativos e o mesmo percentual de desconto nos benefícios dos aposentados e pensionistas;
- b. Será efetuada a cobrança da Contribuição Extraordinária referente ao mês de maio de 2016, com a aplicação da taxa equivalente a 3,94%, correspondente ao Equacionamento de 2012, do Benefício Proporcional Saldado-BPS para os ativos e o mesmo percentual de desconto nos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Exceto, para os participantes atingidos por liminar em ação judicial de autoria da Associação Representativa dos Aposentados dos Correios e Telégrafos de São Paulo - ARACT-SP (processo nº 2016.00.2.018720-4), que suspende a cobrança da contribuição extraordinária de 13,98% referente ao Equacionamento do Déficit 2014.

8.5 Cobrança de Associados da ADCAP é Suspensa por Liminar

No dia 29 de junho, foi recebido pelo Postalís mandato de citação da 3ª Vara Cível de Brasília-DF determinando a suspensão da implantação do Plano de Equacionamento do Déficit para os associados da ADCAP.

Imediatamente, o Instituto demandou aos Correios o cumprimento da decisão judicial.

No entanto, a patrocinadora informou sobre a impossibilidade de operacionalização da suspensão da cobrança em razão do fechamento da folha de pagamentos.

Em Reunião Extraordinária da DIEX do Postalís, realizada no dia 30 de junho de 2016, especialmente para tratar desse assunto, ficou estabelecido que as devoluções dos valores cobrados dos participantes cobertos pela liminar ocorreriam em tempo hábil, dentro das condições disponíveis.

8.6 Reflexos da Liminar no Plano BD Saldado

Em julho de 2016, com base nos dados atuariais do Instituto, foi registrado a devolução de contribuição extraordinária do Déficit de 2014 correspondente a 8,55% da massa de participantes ativos e assistidos cobertos pela liminar judicial (ADCAP e ARACT-SP).

8.7. Decisão no Agravo Interposto pelo Postalís

Em 22 de julho de 2016, foi expedida liminar pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal

e dos Territórios – TJDFDT (Ação Civil Pública nº 2016.01.1.055761-4 – 3ª Vara Cível de Brasília/DF) determinando, em suma, o efeito suspensivo à decisão que determinava “[...] a suspensão da implantação do plano de equacionamento, obstando, via de consequência os descontos efetuados no contracheque dos associados da ADCAP em decorrência do mesmo plano”.

Isto posto, o percentual de devolução de contribuição extraordinária do Déficit de 2014 passa a corresponder a 0,16% da massa de participantes ativos e assistidos cobertos pela liminar judicial (ARACT-SP).



Paulo Fernando Moura de Sá

Presidente Interino

CPF: 462.429.021-68



Luiz Alberto Menezes Barreto

Diretor Administrativo-Financeiro

CPF: 264.671.275-87



Renata Borges Ribeiro de Souza

Contadora CRC-DF 019741/05

CPF: 782.565.771-34



Pareceres e Relatórios

Relatório dos Auditores Independentes PAR 16/056

Aos Administradores, Conselheiros e Participantes do **POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar**
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis do **POSTALIS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR** (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Instituto, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis do Instituto. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

- I. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.4, o Instituto possui aplicações em Certificados de Créditos Imobiliários (CCI's) que estão lastreados em contratos de financiamento habitacional do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF). O Instituto requereu judicialmente que o administrador do FCVS proceda ao ressarcimento destas CCI's com base na rentabilidade dos contratos do FCVS, o que será apurado por meio de perícia judicial. O saldo contábil dessas aplicações, em 31 de dezembro de 2015, conforme posição do custodiante BNY Mellon, corresponde ao montante de R\$ 125.666 mil. Contudo, em razão do andamento da citada ação judicial, que resultou na impossibilidade de confirmação direta do referido saldo do administrador do FCVS, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos apresentados pelo Instituto e sobre a eventual necessidade de ajuste desses valores naquela data.
- II. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.3.2. (i) (Item D – Fundos de Investimentos – Participações), o Instituto possui recursos aplicados no Fundo de Investimento em Participações Mezanino Diamond Mountain

Marine Infraestrutura (antigo RN Indústria Naval Fundo de Investimento em Participações), cujo saldo encontra-se negativo em R\$ 2.107 mil em razão da desvalorização dos ativos do fundo, que resultou na avaliação negativa da quota. A desvalorização do referido investimento resultou em perdas ao Instituto no montante de, aproximadamente, R\$ 80.840 mil no exercício de 2015. Além disso, não nos foram disponibilizadas as demonstrações contábeis auditadas deste fundo relativas aos exercícios findos em fevereiro de 2015 e 2016. Dessa forma, não nos foi possível concluir sobre a existência ou não de eventuais perdas superiores as já registradas pelo Instituto em 31 de dezembro de 2015.

- III. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.3.2. (i) (Item D – Fundos de Investimentos – Dívida Externa), o Instituto possui recursos aplicados no fundo de investimento exclusivo BNY Mellon Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Dívida Externa, registrado por R\$ 141.150 mil em 31 de dezembro de 2015. Este investimento apresentou valorização no exercício de 2015, resultando em ganhos ao Instituto no montante de, aproximadamente, R\$ 17.704 mil. A carteira deste fundo está composta unicamente por cotas do fundo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa, que possui aplicações em títulos de dívida privados (Notas – *credit-linked notes*). Não nos foi disponibilizado o acesso às demonstrações contábeis auditadas destes fundos para a data-base de 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo deste investimento registrado pelo Instituto, bem como sobre a necessidade de eventuais ajustes desses valores naquela data.

IV. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.3.1, o Instituto possui, em 31 de dezembro de 2015, aplicações em fundos de investimentos em participações, no montante de R\$ 1.221.653 mil, em créditos privados e depósitos em companhias fechadas e sociedades limitadas, nos montantes de R\$ 438.943 mil e R\$ 188.450 mil, respectivamente, bem como em ações de sociedades de propósito específico, no montante de R\$ 625.227 mil. As demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos durante ou até 31 de dezembro de 2015 destes investimentos não foram por nós auditadas. Como procedimento alternativo, analisamos os relatórios de auditoria emitidos pelos auditores independentes destes investimentos, por meio do qual constatamos a existência de situações que podem indicar a perda do valor recuperável destes ativos, quais sejam: (i) fundos com relatório de auditoria com abstenção de opinião dos auditores independentes (R\$ 232.089 mil); (ii) fundos e empresas com menção de parágrafo de ênfase de continuidade na opinião dos auditores independentes (R\$ 124.131 mil). Além disso, existem fundos e empresas para os quais não foram apresentadas as demonstrações financeiras auditadas dos exercícios findos durante ou até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.396.751 mil). O Instituto não possui procedimentos de avaliação, mensuração e reconhecimento de perda do valor recuperável (*impairment*) para estes investimentos. Dessa forma, não nos foi possível avaliar, nas condições atuais, os eventuais efeitos sobre estes ativos, bem como sobre os valores registrados no resultado do exercício, decorrentes da adoção dos procedimentos de avaliação da perda do valor recuperável em 31 de dezembro de 2015.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **POSTALIS – INSTITUTO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfases

- I. As demonstrações contábeis do Plano de Benefício Definido Saldado, que são parte integrante das demonstrações contábeis acima referidas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal de suas atividades. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rentabilidade dos investimentos ficou significativamente abaixo das metas atuariais estabelecidas. Este fato contribuiu para que fosse apurado, no exercício de 2015, déficit total de R\$ 6.763.541 mil (R\$ 5.597.718 mil em 2014), composto pela Reserva de Tempo do Serviço Anterior (RTSA), pelos déficits técnicos acumulados e pela constituição das provisões matemáticas. Conforme mencionado na nota explicativa número 3.9, o Conselho Deliberativo do Instituto aprovou plano de equacionamento do déficit técnico de 2014, no montante de R\$ 4.098.241 mil (posicionado

em 31 de dezembro de 2015), observado o disposto na Resolução CNPC no. 22 e conforme previsto no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio do qual foi instituída a cobrança de contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos, cujo fluxo de recebimentos futuros é fundamental para cumprimento do custeio aprovado e, conseqüentemente, a continuidade do Plano de Benefício Definido Saldado. As demonstrações contábeis acima referidas não contemplam ajustes relativos à realização e à classificação dos ativos e passivos que seriam requeridos no caso de descontinuidade das atividades do Plano. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

II. O compromisso referente ao serviço passado, apurado por ocasião da adequação da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, apresentou, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$ 1.277.528 mil. Esta reserva reflete o montante atribuído ao tempo de serviço anterior à data de criação do Plano de Benefício Definido. A Administração do Instituto recebeu do patrocinador (ECT) correspondência informando que foi aprovada em reunião extraordinária do seu Conselho de Administração a suspensão dos pagamentos dos valores relativos à RTSA, conforme orientação do Ofício nº 23/2014/SSPG/SE-MC, do Ministério das Comunicações. Diante disso, este montante foi incluído no total do déficit técnico a ser equacionado, tendo em vista que não haverá integralização da parcela das provisões matemáticas a constituir pelo patrocinador, devendo ser coberta pelo aumento das contribui-

ções extraordinárias dos participantes. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

III.A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e da manipulação da gestão dos fundos de previdência complementar de empresas estatais, apresentou, em 14 de abril de 2016, relatório final sobre as investigações e levantamentos realizados, no qual constam operações e ex-dirigentes do Instituto Postalis, que também vêm sendo investigados no âmbito da denominada “Operação Lava Jato”. O citado relatório concluiu pelo encaminhamento ao Ministério Público Federal dos fatos investigados para a adoção das medidas cabíveis no intuito de se responsabilizar os agentes envolvidos nas denúncias e promover o ressarcimento dos prejuízos causados. Além disso, conforme citado no referido relatório, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM também instaurou procedimentos administrativos para apurar a prática de irregularidades de investimentos realizados com recursos do Instituto. Conforme citado na nota explicativa número 6.1, a Administração do Postalis impetrou ação judicial contra as empresas BNY Mellon Administração de Ativos e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda., cujo objetivo é receber a multa contratual decorrente do inadimplemento dos réus, bem como recuperar os prejuízos causados, incluindo danos emergentes e lucros cessantes, em virtude dessas operações. Em função do estágio preliminar em que se encontram as medidas e ações adotadas, a mensuração dos possíveis efeitos não pode ser estimada. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente por nós auditadas, cujo relatório datado de 28 de julho de 2015, conteve as mesmas ressalvas descritas nos itens I a III deste relatório, bem como parágrafos de ênfase relativos aos mesmos assuntos descritos nos itens I e II acima, e à adoção da taxa de rentabilidade real dos investimentos para apuração das reservas téc-

nicas dos planos de benefício e à suspensão do equacionamento do déficit do exercício de 2014 em função da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Brasília, 26 de julho de 2016.



Josias Oliveira Barros Neto
Contador – CRC/DF009386/O-1
Baker Tilly Brasil MG
Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1

Gilberto Galinkin
Contador – CRC/MG 35718/O-8
Baker Tilly Brasil MG
Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1



Parecer Atuarial 31/12/2015

Plano PBD - CNPB Nº 1981.0004-29

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefício Definido do Postalís – PBD relativa ao encerramento do exercício 2015 foi realizada pela Globalprev considerando os dados cadastrais dos Participantes Ativos e dos Assistidos, e demais dados contábeis, posicionados em 31 de dezembro de 2015.

Da Base de Informações

Os dados cadastrais utilizados foram fornecidos pelo Postalís e os testes de consistência aplicados demonstraram serem suficientes para a realização da Avaliação Atuarial.

Das Bases Técnicas

Os Regimes Financeiros, Metodologias e Hipóteses Atuariais adotados foram determinados conforme o perfil da Massa de Participantes, estando de acordo com o estipulado na Resolução MPAS/CGPC nº 18/2006, e normas atuariais internacionalmente aceitas, sendo detalhado o estudo de aderência no Relatório Técnico nº GPA196A/2016-002T, de 21/01/2016, aprovado pelo Conselho Deliberativo do Postalís em 25/02/2016.

Em síntese, esses Regimes Financeiros, Metodologias e Hipóteses são:

- Regimes Financeiros e Metodologia: Regime Financeiro de Capitalização pelo método Agregado;
- Mortalidade Geral: Tábua AT-2000 M&F;
- Mortalidade de Inválidos: Tábuas AT-1949 Male agravada em 65% e Female agravada em 75%;
- Entrada em Invalidez: Tábua Álvaro Vindas;
- Composição Familiar: Função Hx derivada das Pensões em manutenção;

- Desligamento do Plano: Taxa média de 0,8% a.a. variando de acordo com a idade até ficar nula aos 48 anos de idade;
- Diferimento do Requerimento das Aposentadorias Programadas: 36 meses;
- Rentabilidade Real dos Investimentos (Taxa Real de Juros): 5,45% a.a.;
- Indexador da Inflação: INPC (IBGE);
- Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano: 0,9780 (5% a.a. de inflação conjugado com reajuste anuais dos benefícios);
- Determinação do Valor Real dos Benefícios da Previdência Social 0,9780 (5% a.a. de inflação conjugado com reajuste anuais dos benefícios).

Da Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA)

Conforme orientação do Postalís, não haverá integralização da Provisão Matemática a constituir relativa ao Serviço Passado – RTSA, no valor de R\$ 1.277.527.699,95 (um bilhão, duzentos e setenta e sete milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), posicionado em 31/12/2015.

Dos Resultados Iniciais

Os resultados iniciais verificados na Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2015 demonstraram significativo desequilíbrio econômico Atuarial do PBD, devendo, conforme legislação, ser equacionado o déficit no montante de R\$ 4.098.241.497,78 (quatro bilhões e noventa e oito milhões, duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos),

ensejando na necessidade de instituição de contribuição extraordinária.

O agravamento do déficit verificado no encerramento do exercício de 2015 se deve precipuamente à capitalização daquele oriundo de 2014, bem como de resultados financeiros inferiores à meta atuarial determinada para o Patrimônio Líquido do Plano.

Do Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Conforme o Plano de Equacionamento do Déficit 2014 aprovado pelo Conselho Deliberativo do Postalis, em 23/03/2016, deverá ser instituída contribuição extraordinária para cobertura de deficiência atuarial apurada com base no encerramento do exercício 2014. Assim, o Plano de Custeio 2016, a ser aplicado entre abril/2016 e março/2017, deverá seguir os seguintes critérios:

Contribuições dos Patrocinadores: valor equivalente à soma das Contribuições Normais e Extraordinárias devidas pelos Assistidos e Participantes Ativos vinculados ao Patrocinador¹;

Contribuições dos Participantes Ativos Patrocinados: contribuição extraordinária no valor equivalente à soma de:

- a. durante todo o período (04/2016 a 03/2017): valor resultante da aplicação da taxa de 3,94% (três inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) sobre os respectivos Benefícios Proporcional Saldados;
- b. a partir de maio de 2016 (05/2016 a 03/2017): valor resultante da aplicação da taxa adicional de 13,98% (treze inteiros, noventa e oito centésimos por cento), sobre os respectivos Benefícios Proporcional Saldados.

Até que ocorra a aprovação da alteração do artigo 16, do Regulamento do PBD,

em curso, o valor a que se refere a alínea “b”, acima, será apurado individualmente com base em percentual incidente sobre o Salário-de-Participação detido pelo participante da seguinte forma:

- b.1. multiplica-se 13,98% (treze inteiros, noventa e oito centésimos por cento) pelo respectivo Benefício Proporcional Saldado;
- b.2. o resultado de b.1 é dividido pelo Salário-de-Participação detido pelo participante.

Os participantes patrocinados contribuem, ainda, conforme o caso, para amortização de Joia decorrente de ingresso tardio, cujos valores são apurados individualmente.

Contribuições dos Participantes Autopatrocinados e em BPD: contribuição extraordinária no valor equivalente à soma de:

- a. durante todo o período (04/2016 a 03/2017): valor resultante da aplicação da taxa de 7,88% (sete inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) sobre os respectivos Benefícios Proporcional Saldados;
- b. a partir de maio de 2016 (05/2016 a 03/2017): valor resultante da aplicação da taxa adicional de 27,96% (vinte e sete inteiros, noventa e seis centésimos por cento), sobre os respectivos Benefícios Proporcional Saldados.

Até que ocorra a aprovação da alteração do artigo 16, do Regulamento do PBD, em curso, o valor a que se refere a alínea “b”, acima, será apurado individualmente com base em percentual incidente sobre o Salário-de-Participação detido pelo participante da seguinte forma:

- b.1. multiplica-se 27,96% (vinte e sete inteiros, noventa e seis centésimos por cento) pelo respectivo Benefício Proporcional Saldado;
- b.2. o resultado de b.1 é dividido pelo Salário-de-Participação detido pelo participante.

1 Assistidos cujas inscrições no PBD tenham decorrido de vínculo empregatício com o Patrocinador, e seus Beneficiários.

Os participantes autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido - BPD contribuem, ainda, conforme o caso, para amortização de Joia decorrente de ingresso tardio, cujos valores são apurados individualmente.

Contribuições dos Assistidos:

Contribuições Normais: devidas exclusivamente pelos Participantes Assistidos que recebem o Abono previsto no Regulamento do PBD, em valores equivalentes à aplicação do percentual de 9,0% (nove por cento) sobre os respectivos benefícios.

Contribuições Extraordinárias²: no valor equivalente à soma de:

- a. durante todo o período (04/2016 a 03/2017): resultado da aplicação da taxa de 3,94% (três inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) sobre o respectivo Benefício concedido pelo PBD;
- b. a partir de maio de 2016 (05/2016 a 03/2017): resultado da aplicação da taxa adicional de 13,98% (treze inteiros e noventa e oito centésimos por cento) sobre o respectivo Benefício concedido pelo PBD.

Custeio Administrativo:

O custeio administrativo será realizado de forma mista (incidindo sobre as contribuições normais e, mensalmente, sobre o montante de recursos garantidores), com base nos seguintes percentuais:

- 10% (dez por cento) das contribuições normais vertidas ao plano pelos patrocinadores e assistidos;
- 0,072% (setenta e dois milésimos por cento) sobre os recursos garantidores.

Nesse cálculo deve ser observado o limite de custeio administrativo nos termos do inciso I, do artigo 6º, da Resolução CGPC nº 29/2009.

Ajuste de Precificação

Em atendimento ao artigo 15 da Instrução Previc nº 19, de 04/02/2015, elucidamos que o ajuste de precificação de R\$ 32.161.132,79 (trinta e dois milhões, cento e sessenta e um mil, cento e trinta e dois reais e setenta e nove centavos) informado pelo Postalis referente ao exercício de 2015, portanto não teve influência no Plano de Equacionamento do Déficit 2014 (base 31/12/2014), cujos efeitos foram considerados nesta Avaliação Atuarial. Outrossim, manifestamo-nos que o referido Ajuste de Precificação (posicionado em 31/12/2015) atende aos requisitos previstos no artigo 9º da citada Instrução, sendo de valor pouco representativo (cerca de 2% do déficit remanescente no encerramento do Exercício de 2015) e, conseqüentemente, sua influência em futuro equacionamento das insuficiências do Plano será mínima.

Dos Resultados

Considerando o Fluxo de Encargos dimensionados a partir das informações prestadas pelo Postalis referentes a 31/12/2015, as Bases Técnicas definidas e aprovadas pelo Postalis conforme a orientação da Globalprev, aplicado o Plano de Equacionamento do Déficit 2014 aprovado pelo Conselho Deliberativo do Postalis em 23/03/2016 e o Plano de Custeio descrito neste Parecer, em 31/12/2015 o PBD apresenta a seguinte situação econômico-atuarial:

2 aos Aposentados e Pensionistas.

POSTALIS - PBD - 31/12/2015

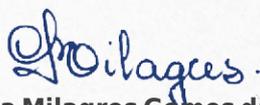
DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	5.062.650.250,81
EXIGÍVEL ATUARIAL	5.236.118.243,93
PROVISÕES MATEMÁTICAS	10.489.372.009,32
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	6.070.195.795,28
BENEFÍCIOS A CONCEDER	5.762.968.232,16
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-5.253.253.765,39
DÉFICIT 2012 EQUACIONADO	-1.155.012.267,61
DÉFICIT 2014 EQUACIONADO	-4.098.241.497,78
RESULTADO	-1.517.260.011,24

Atestamos que os resultados da Avaliação Atuarial 2015 foram apurados com base na Legislação Brasileira pertinente às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e nas normas e critérios atuariais internacionalmente aceitos, refletindo fidedignamente

a situação econômico-atuarial do PBD, posicionada em 31/12/2015.

É o nosso parecer.

Indaiatuba, 30 de março de 2016.



Cristina Milagres Gomes da Silva

Atuária - MIBA 1263



Parecer Atuarial 31/12/2015

Plano POSTALPREV -

CNPB Nº 2002.0047-65

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios e de Custeio do Postalís (“Postalprev”) relativa ao encerramento do exercício 2015 foi realizada pela Globalprev considerando os dados cadastrais dos participantes ativos, dos assistidos e demais dados contábeis posicionados em 31 de dezembro de 2015.

Da Base de Informações

Os dados cadastrais utilizados foram fornecidos pelo Postalís e os testes de consistência aplicados demonstraram serem suficientes para a realização da Avaliação Atuarial.

Das Bases Técnicas

Os Regimes Financeiros, Metodologias e Hipóteses Atuariais adotados foram determinados conforme o perfil da Massa de Participantes, estando de acordo com o estipulado na Resolução MPAS/CGPC nº 18/2006, e normas atuariais internacionalmente aceitas, sendo detalhado o estudo de aderência no Relatório Técnico nº GPA196A/2016-002T, de 21/01/2016.

Em síntese, essas Regimes Financeiros, Metodologias e Hipóteses são:

- Regimes financeiros e Metodologia: para as Aposentadorias e Pensões adotou-se o Regime financeiro de Capitalização pelo método Agregado; para o Benefício Mínimo e Saldo Projetado adotou-se o Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura; e para Auxílio-Doença e Pecúlio adotou-se o Regime Financeiro de Repartição Simples;
- Mortalidade Geral: Tábua AT-2000 M&F;

- Mortalidade de Inválidos: Tábuas AT-1949 Male agravada em 50%;
- Entrada em Invalidez: Tábua Álvaro Vindas;
- Composição Familiar: Função Hx experiência Globalprev;
- Desligamento do Plano: Taxa média de 2,81% a.a. variando de acordo com a idade até 48 anos;
- Rentabilidade Real dos Investimentos (Taxa Real de Juros): 5,5% a.a.;
- Indexador da Inflação: INPC (IBGE);
- Determinação do Valor Real dos Salários: 0,9780 (5% a.a. de inflação conjugado com reajuste anual dos Salários);
- Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano: 0,9780 (5% a.a. de inflação conjugado com reajuste anual dos Benefícios);
- Determinação do Valor Real dos Benefícios da Previdência Social 0,9780 (5% a.a. de inflação conjugado com reajuste anual dos Benefícios).

Ajuste de Precificação

Em atendimento ao artigo 15 da Instrução PREVIC Nº 19, de 04/02/2015, elucidamos que o ajuste de precificação de R\$ 218.457.939,96 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos) informado pelo Postalís referente ao exercício de 2015 não afeta os resultados da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2015 do Postalprev. Outrossim, manifestamo-nos que o referido Ajuste de Precificação (posicionado em 31/12/2015) atende aos requisitos previstos no artigo 9º da citada Instrução.

Dos Resultados

O pequeno resultado superavitário verificado decorre de oscilações decorrentes das necessárias alterações da metodologia atuarial, do desligamento de participantes ativos e de possíveis flutuações derivadas dos critérios atuais de cálculo das cotas, cuja revisão deverá ocorrer conforme recomendações de nosso Relatório Técnico GPA195/2016-002, de 13/01/2016:

POSTALPREV - PROVISÕES MATEMÁTICAS - 31/12/2014

Patrimônio de Cobertura do Plano	2.741.771.380,58
Provisões Matemáticas	2.678.674.175,57
Benefícios Concedidos	155.893.460,07
Benefícios a Conceder	2.522.780.715,50
Superávit Técnico Acumulado	63.097.205,01

POSTALPREV - FUNDOS PREVIDENCIAIS - 31/12/2015

Fundos Previdenciais	174.874.447,61
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	138.058.774,43
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	36.815.673,18

Considerando-se a possibilidade de que parte do resultado tenha decorrido da metodologia adotada para apuração dos valores das cotas, realçamos a importância de que a nova metodologia proposta seja implantada o mais breve possível, a fim de assegurar maior estabilidade de resultados e maior segurança na aplicação do Plano.

Do Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Considerando-se que a Avaliação Atuarial de encerramento do Exercício de 2015 não demonstrou a necessidade de alterações do Plano de Custeio atualmente adotado, recomenda-

mos a manutenção das taxas vigentes, a serem aplicadas entre abril/2016 e março/2017:

Contribuições dos Patrocinadores:

Contribuições Regulares: de valor equivalente à soma das Contribuições Básicas escolhidas pelos Participantes Patrocinados vinculados ao Patrocinador, descontadas as parcelas decorrentes da opção pelo Autopatrocínio;

Contribuições Específicas: compostas das seguintes parcelas:

- 0,955% (novecentos e cinquenta e cinco milésimos por cento) da folha dos Salários de Contribuição dos Participantes Patrocinados vinculados ao Patrocinador, destinados ao financiamento dos Saldos Projetados e ao custeio dos Auxílios-Doença e dos Benefícios Mínimos das Aposentadorias;
- 7,000% (sete por cento) do valor da sua Contribuição Regular, destinados à cobertura das despesas administrativas do Plano, conforme preestabelecido pelo Postalís;
- 0,384% (trezentos e oitenta e quatro milésimos por cento) incidentes sobre a folha dos Salários de Contribuição dos Assistidos vinculados ao Patrocinador, também destinados à cobertura das despesas administrativas do Plano.

Contribuições dos Participantes Patrocinados:

Contribuições Básicas: de valores equivalentes à aplicação de percentuais escolhidos individualmente, na forma do Regulamento do Postalprev, sobre os respectivos Salários de Contribuição;

Contribuições Específicas: compostas das seguintes parcelas:

- 0,955% (novecentos e cinquenta e cinco milésimos por cento) dos respectivos Salários de Contribuição, destinados ao financiamento dos Saldos Projetados e ao

custeio dos Auxílios-Doença e dos Benefícios Mínimos das Aposentadorias;

- b. 7,000% (sete por cento) dos valores das respectivas Contribuições Básicas, destinados à cobertura das despesas administrativas do Plano, conforme preestabelecido pelo Postalis.

Sobre as parcelas dos Salários de Contribuição decorrentes da opção pelo Autopatrocínio, os Participantes recolherão, ainda, a contrapartida contributiva que caberia aos Patrocinadores.

Contribuições dos Participantes Autopatrocinados:

Contribuições Básicas: de valores correspondentes à aplicação de percentuais escolhidos individualmente, na forma do Regulamento do Postalprev, sobre os respectivos Salários de Contribuição, acrescidos das contribuições regulares que caberiam aos Patrocinadores caso detivessem a condição de Participantes Patrocinados;

Contribuições Específicas: compostas das seguintes parcelas:

- a. 1,910% (um inteiro e novecentos e dez milésimos por cento) dos respectivos Salários de Contribuição, destinados ao financiamento dos Saldos Projetados e ao custeio dos Auxílios-Doença e dos Benefícios Mínimos das Aposentadorias;

- b. 7,000% (sete por cento) dos valores das respectivas Contribuições Básicas e Regulares, destinados à cobertura das despesas administrativas do Plano, conforme preestabelecido pelo Postalis.

Contribuições dos Participantes Vinculados:

Contribuições Específicas: de valores correspondentes à aplicação do percentual de 0,768% (setecentos e sessenta e oito milésimos por cento) sobre os respectivos Salários de Contribuição, destinados à cobertura das despesas administrativas do Plano.

Contribuições dos Assistidos:

Contribuições Específicas: de valores correspondentes à aplicação do percentual de 0,384% (trezentos e oitenta e quatro milésimos por cento) sobre os respectivos Salários de Contribuição, destinados à cobertura das despesas administrativas do Plano.

Por fim, atestamos que os resultados da Avaliação Atuarial 2015 consideraram a Legislação Brasileira pertinente às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e as normas e critérios atuariais internacionalmente aceitos, refletindo fidedignamente a situação econômico-atuarial do Postalprev, posicionada em 31/12/2015.

É o nosso parecer.

Indaiatuba, 30 de março de 2016.



Cristina Milagres Gomes da Silva

Atuária - MIBA 1263

Parecer N° 09/2016 do Conselho Fiscal do Postalís

O Conselho Fiscal do POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, em cumprimento ao inciso II, do Art. 28, do seu Estatuto Social, examinou em sua 83ª Reunião Extraordinária a CT-PRE/2016-0127, de 08 de julho de 2016, contendo a Ata da 19ª Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva – 2016 que aprovou, após análise minuciosa, a proposta contida no REL/DAF-2016/049, referente às Demonstrações Contábeis e Notas explicativas pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com vistas à apreciação pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Constatam também do material recebido neste Conselho os pareceres atuariais da Consultoria GLOBALPREV, emitidos em 30 de março de 2016, posicionados em 31 de dezembro de 2015, referentes aos Planos PBD e POSTALPREV.

A documentação recebida da Diretoria Executiva embasará a elaboração do Parecer deste Conselho, em cumprimento ao disposto no Inciso I, alínea “i” do Art. 4º da Instrução SPC N° 34/2009, alterada pela Instrução PREVIC N° 21/2015, documentos esses que integram a ata da citada reunião. Até a conclusão do presente Parecer não havia sido elaborado o Relatório de Opinião dos Auditores Independentes.

Entretanto, nesta reunião, na manhã de 14/07, quando da participação de dois sócios responsáveis pela Baker Tilly, Auditores Independentes, foram apresentados os procedimentos técnicos de auditoria para exames e testes considerados relevantes e de saldos contábeis significativos. O Relatório de Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

de 31/12/2015, segundo já adiantado pelos auditores da referida empresa, abrangerá a essência de parágrafos de Ênfases e Ressalvas citados no Relatório de Opinião do exercício anterior e de novas ênfases e ressalvas, pertinentes aos “achados” de relevância e impactos significativos na situação financeira e econômica dos Planos de Benefícios do Postalís.

I - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Das demonstrações contábeis examinadas, destacam-se as seguintes informações:

Balanco Patrimonial Consolidado – O Balanco Patrimonial Consolidado registra déficit técnico acumulado, no exercício de 2015, de **R\$ 1.510.287 mil** (um bilhão, quinhentos e dez milhões, duzentos e oitenta e sete mil reais).

Plano PBD – O balanço patrimonial do Plano PBD Saldado apresentou um déficit técnico acumulado de **R\$ 1.517.260 mil** (um bilhão, quinhentos e dezessete milhões, duzentos e sessenta mil reais), já considerando o déficit técnico equacionado no montante de **R\$5.253.254 mil** (cinco bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil reais).

Plano Postalprev – O balanço patrimonial do Plano Postalprev apresentou superávit técnico acumulado de **R\$ 6.973 mil** (seis milhões, novecentos e setenta e três mil reais).

Plano PGA – A demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidado registra uma sobra de **R\$ 19.217 mil** (dezenove milhões, duzentos e dezessete mil reais).

II - DOS RELATÓRIOS ATUARIAIS

Plano PBD: segundo o Parecer Atuarial da Globalprev, este Plano apresentou no exercício de 2015 um resultado negativo de **R\$ 1.517.260.011,24** (um bilhão, quinhentos e dezessete milhões, duzentos e sessenta mil, onze reais e vinte e quatro centavos).

Plano POSTALPREV: Quanto ao Plano Postalprev apresentou um superávit técnico acumulado, posicionado em 31/12/2014, de **R\$ 63.097.205,01** (sessenta e três milhões, noventa e sete mil, duzentos e cinco reais e um centavo). No Parecer da Globalprev não há registro do resultado do Plano Postalprev, em 31/12/2015.

Entretanto, quando do exame do Balanete de dezembro/2015, o Plano Postalprev apresentou um superávit de **R\$ 6.973.472,81** (seis milhões, novecentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais, oitenta e um centavos).

III - DA RENTABILIDADE

Na avaliação deste Conselho o resultado apurado em 2015 foi fortemente impactado pela:

- a. baixa rentabilidade dos investimentos do Plano PBD no período, que foi de **6%**, ante uma meta atuarial de **17,25%**;
- b. baixa rentabilidade dos investimentos do Plano Postalprev no período, que foi de **10,52%**, bem inferior à meta atuarial de **17,52%**.
- c. manutenção com agravamento das provisões para perdas:
 - Crescimento de **11,31%** nas provisões para perdas acumuladas no plano PBD, passando de R\$ 1.562.095.591,39, em 31/12/2014, para R\$ 1.738.747.491,35, em 31/12/2015;
 - Crescimento de **46,59%** nas provisões para perdas acumuladas no plano POSTALPREV, passando de R\$ 139.858.339,95, em 31/12/2014, para R\$ 205.022.396,33, em 31/12/2015.

IV - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL:

Em relação às Demonstrações Contábeis, é importante transcrever o que constou do Parecer nº 006/2015, deste Colegiado, onde foram apontados erros no Balanço de 2014, os quais não foram corrigidos, nem contraditados, e que se refletem agora nas Contas de 2015. Senão vejamos:

V – DA OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO CGPC Nº 26/2008

“O Art. 3º da Resolução CGPC Nº 26/2008 é explícito no sentido de que “a apuração do resultado do plano de benefícios de caráter previdenciário dar-se-á mediante o levantamento de suas demonstrações contábeis e de sua avaliação atuarial, ao final de cada exercício, coincidente com o ano civil.

O Art. 28º da mesma Resolução, por sua vez, não deixa dúvidas no sentido de que o plano de equacionamento deve ser elaborado e aprovado “a partir do encerramento do exercício social que apurou o resultado deficitário”.

A correta aplicação destes artigos obrigaria a que, analisando o caso do Plano PBD, a aprovação de um plano de equacionamento que considerasse o resultado apurado no encerramento do exercício de 2014, necessariamente, teria que ocorrer no exercício de 2015.

(...)

Qualquer que seja, todavia, a efetiva data de aprovação do plano de equacionamento, a correta observância da Resolução CGPC Nº 26/2008 levaria a diferentes lançamentos no Balanço Patrimonial do Plano PBD e, por consequência, no Balanço Patrimonial Consolidado, uma vez que, na hipótese do equacionamento ter sido aprovado em 2014, o respectivo plano deveria considerar o resultado apurado ao término de 2013. Por outro lado, se o equacionamento foi efetivamente aprovado em 2015, não poderia constar como já equacionado em 2014.

A tabela a seguir apresenta os diferentes lançamentos que deveriam ser feitos em cada uma das situações comparados com os constantes do Balanço Patrimonial submetido à análise deste conselho:

LANÇAMENTO	BALANÇO PBD APRESENTADO	HIPÓTESE DE EQUACIONAMENTO 2014	HIPÓTESE DE EQUACIONAMENTO 2015
Provisões Matemáticas a Constituir (-)Déficit Equacionado	5.597.718	1.986.051 (1.049.559 + 936.492)	1.049.559
Resultado Realizado (-) Déficit Téc. Acumulado	0	3.611.667	4.548.159

*Constata-se, portanto, que a correta observância das disposições constantes da Resolução CGPC Nº 26/2008, seja com o plano de equacionamento aprovado em 2014 ou em 2015, determinaria lançamentos diferentes dos apresentados no Balanço Patrimonial submetido à análise do COF.
(...)"*

Na Ata da 370ª Reunião Ordinária, ocorrida no período de 03 a 11/08/2015, este Conselho registrou a seguinte solicitação:

"Tendo em vista que o Parecer do Conselho Fiscal é um dos documentos essenciais à apreciação das contas, conforme Art. 39, Inciso IV, do Estatuto do Postalís, e uma vez que, não nos foi evidenciado que as ressalvas adicionais e razões que fundamentaram o parecer contrário à aprovação das contas de 2014 foram apreciadas, a exemplo do que ocorreu em todos os pareceres das contas dos anos anteriores, vimos solicitar ao COD posicionamento sobre as ressalvas e opinião emitida por este Conselho Fiscal."

Decorridos onze meses da solicitação acima transcrita, este Colegiado não recebeu qualquer esclarecimento ou contra-argumentação em relação aos apontamentos registrados no Parecer nº 006/2015.

Este Conselho voltou a alertar para as não conformidades das demonstrações contábeis, quando da efetivação do TAC, fazendo constar da Ata da sua 371ª Reunião Ordinária, o seguinte registro:

"a) Plano Benefício Definido: *de acordo com as demonstrações apresentadas pelo Postalís, o déficit no mês de maio de 2015 foi de R\$ 4.688.132.375,07 e tanto o déficit acumulado, quanto o do exercício de 2015 atingem o montante de R\$ 4.823.752.701,42, que corresponde a 48,31%*

da Provisão Matemática e a 92,41% dos Recursos garantidores. O salto em relação ao déficit acumulado até abril/2015, que era de R\$ 135.620.326,35, decorreu da assinatura do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, em 28/05/2015, entre a PREVIC e o Postalís, com a anuência da ECT, o qual suspendeu a aplicação do equacionamento aprovado pelo COD em 05/03/2015, remetendo-o para 2016 e mantendo o plano de custeio que já vinha sendo praticado a partir de abril de 2013, com a taxa de 3,94% sobre o BPS (ativos) e sobre os benefícios para os assistidos.

Diante do exposto o COF faz o seguinte registro: *coerente com o posicionamento exarado por ocasião da análise das Demonstrações Contábeis de 2014, este Conselho volta a externar o seu parecer desfavorável à forma como vem sendo contabilizado o déficit do Plano PBD. A contabilização dos efeitos do TAC nas contas de maio/2015, de certa forma, enfatiza a não conformidade apontada pelo Conselho Fiscal quando da análise das demonstrações contábeis de 2014 e que foi um dos motivos que levaram o COF a não recomendar a aprovação das mesmas. Quando as contas de maio/2015 registram que o déficit do atual exercício é de R\$ 4,82 bilhões, deixam de expressar a real situação, uma vez que o déficit do presente exercício seria de outro valor, dado que o acumulado no PBD até abril/2015 era de R\$ 135.620.326,35, e que o déficit gerado nos anos de 2013 e 2014 era da ordem de R\$ 4,5 bilhões. A leitura oferecida pelos lançamentos contábeis em análise passa o entendimento de que o fato gerador do déficit do exercício de 2015 foi a assinatura do TAC, o que não é correto. A assinatura do TAC, simplesmente, tornou sem efeito o equacionamento aprovado pelo COD em 05/03/2015, restabelecendo, no plano contábil, a situação deficitária que vem se arrastando desde 2013.*

A manutenção dos registros contábeis desconexos da realidade dos fatos pode colocar em risco as necessárias providências que a entidade deverá adotar em 2015 para equacionar o Plano PBD, uma vez que, se o referido plano fechou o exercício de 2014 em situação de equilíbrio técnico, não existiria plano de equacionamento a ser aprovado em 2015. Da mesma forma, se o déficit de R\$ 4,8 bilhões foi gerado exclusivamente em 2015, à luz da Resolução CGPC nº 26/2008, a aprovação do respectivo plano de equacionamento deveria ocorrer somente em 2016, para ser, enfim, implementado em 2017.”

Também sobre este registro não se constatou qualquer providência no sentido de sanar as não conformidades, as quais estão refletidas nas Demonstrações Contábeis ora em análise, conforme se destaca a seguir:

a) Balanço Patrimonial - Consolidado (valores expressos em R\$ mil)

Rubricas “(-) Provisões Matemáticas a Constituir” e subconta “(-) Déficit Equacionado”

Na coluna de 2014 consta o valor de (5.597.718) e na de 2015 o valor de (5.253.254), como se tivesse existido um equacionamento em 2014 e outro em 2015, o que não é verdade. Não houve equacionamento em 2014 e, portanto, o registro contábil correto, no caso, deveria mencionar apenas o valor referente ao equacionamento do déficit acumulado em 2012, conforme quadro constante do Parecer nº006/2015, acima transcrito.

Rubricas “EQUILÍBRIO TÉCNICO”, “Resultados Realizados”, “Superávit Técnico Acumulado” e “(-) Déficit Técnico Acumulado”

Todos os valores referentes a 2014 nestas rubricas não estão conformes. Não houve superávit de R\$ 63.097 mil e houve Déficit tanto no exercício, quanto no acumulado.

b) Balanço Patrimonial - Benefício Definido (valores expressos em R\$ mil)

Rubricas “(-) Provisões Matemáticas a Constituir” e subconta “(-) Déficit Equacionado”

Na coluna de 2014 consta o valor de (5.597.718) e na de 2015 o valor de (5.253.254), como se tivesse existido um equacionamento em 2014 e outro em 2015, o que não é verdade. Não houve equacionamento em 2014 e, portanto, o registro contábil correto, no caso, deveria mencionar apenas o valor referente ao equacionamento do déficit acumulado em 2012, conforme quadro constante do Parecer nº006/2015, acima transcrito.

Rubricas “EQUILÍBRIO TÉCNICO”, “Resultados Realizados” e “(-) Déficit Técnico Acumulado”

Todos os valores referentes a 2014 nestas rubricas não estão conformes, pois não houve equilíbrio técnico no Plano PBD naquele exercício.

c) Demonstração da Mutações do Patrimônio Social Consolidado (valores expressos em R\$ mil)

Rubrica “Superávit (Déficit) Técnico do Exercício”

Não houve superávit no exercício de 2014, não sendo correto, portanto, o valor de R\$ 992.275.

Da mesma forma, o déficit do exercício de 2015 no valor de R\$ 1.573.384, parte do princípio de que o déficit no exercício e o acumulado do Plano PBD possuem o mesmo valor, o que não é correto. O valor de R\$ 1.517.260 mil representa o déficit acumulado nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, sendo o déficit do exercício de 2015 de valor menor que, todavia, não consta das demonstrações por conta do problema registrado por este Conselho na Ata da sua 371ª Reunião Ordinária, acima transcrita.

d) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social por Plano de Benefício - Benefício Definido (valores expressos em R\$ mil)

Rubrica "Superávit (Déficit) Técnico do Exercício"

Não houve superávit no exercício de 2014, não sendo correto, portanto, o valor de R\$ 936.492.

Da mesma forma, o valor de R\$ 1.517.260, representa o déficit acumulado nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, e não o do exercício de 2015, que não foi apurado por conta do problema registrado por este Conselho na Ata da sua 371^a Reunião Ordinária, acima transcrita.

e) Demonstr o do Ativo Líquido por Plano de Benefício - Benefício Definido (valores expressos em R\$ mil)

Rubricas "Superávit/(Déficit) Técnico" e "a) Equilíbrio Técnico"

Os valores referentes a 2014 nestas rubricas não estão conformes, pois não houve equilíbrio técnico no Plano PBD naquele exercício.

f) Demonstr o das Provisões Técnicas do Plano de Benefício - Benefício Definido (valores expressos em R\$ mil)

Rubricas "(-) Provisões Matemáticas a Constituir", "(-) Déficit Equacionado" e rubricas subordinadas

Todos os valores referentes ao exercício de 2014 não estão conformes, pois deveriam retratar apenas o equacionamento do déficit acumulado de 2012.

V - DAS RESSALVAS

Embora não recebido o Relatório dos Auditores Independentes, tomando-se como base o que constou no Relatório do exercício anterior, que subsidiou a emissão do Parecer não

006/2015, este Conselho analisou a evolução dos assuntos tratados   época, em face do que registra as seguintes RESSALVAS, transcritas a seguir, com as respectivas manifestações deste  rg o.

TRANSCRIÇÃO DA RESSALVA 1 - Parecer 006/2015:

"III – DOS RELATÓRIOS DE AUDITORES INDEPENDENTES

III.A – DAS RESSALVAS

RESSALVA 1

" I. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.2, o Instituto possui aplicações em Certificados de Créditos Imobiliários (CCI's) que estão lastreados em contratos de financiamento habitacional do Fundo de Compens o de Variações Salariais (FCVS), administrado pela Caixa Econ mica Federal (CEF). O Instituto requereu judicialmente que o administrador do FCVS proceda ao ressarcimento destas CCI's com base na rentabilidade dos contratos FCVS, o que será apurado por meio de perícia judicial. O saldo contábil dessas aplicações, em 31 de dezembro de 2014, conforme posição do custodiante BNY Mellon, corresponde ao montante de R\$ 166.118 mil. Contudo, em razão do andamento da citada ação judicial, que resultou na impossibilidade de confirmação direta do referido saldo junto ao administrador do FCVS, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos apresentados pelo Instituto e sobre a eventual necessidade de ajuste desses valores naquela data."

V.1 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: RESSALVA 1 - Considerando que este Conselho Fiscal ainda não tem conhecimento da informação dos Auditores Independentes, destaca-se que os referidos ativos (TETTO e MTTG) estão em 31/12/2015 contabilizados no valor de R\$ 125,667 milhões, significando **uma redução patrimonial superior a R\$ 40 milhões**. Considerando a desvalorização dos ativos, mantem-se a ressalva proferida no Parecer anterior.

TRANSCRIÇÃO DA RESSALVA 2 – Parecer 006/2015:

“RESSALVA 2

“II. Conforme mencionado na nota explicativa número 5.1.3.”a” (Item D – Fundos de Investimentos – Participações), o Instituto possui recursos aplicados no Fundo de Investimento em Participações Mezanino Diamond Mountain Marine Infraestrutura (antigo RN Indústria Naval Fundo de Investimento em Participações), no montante de R\$ 78.733 mil, em 31 de dezembro de 2014, cuja carteira de investimentos está composta unicamente por participação acionária em empresa de capital fechado, avaliada com base em laudo de valor econômico efetuado por empresa independente especializada. Contudo, as premissas e estimativas adotadas na elaboração deste laudo de avaliação econômico podem apresentar distorções relativas aos saldos contabilizados quando da efetiva realização desse investimento. Dessa forma, não nos foi possível concluir sobre a necessidade ou não de ajustes do saldo deste investimento naquela data.”

V.2 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO

FISCAL: RESSALVA 2 - Considerando que este Conselho Fiscal ainda não tem conhecimento da informação dos Auditores Independentes, destaca-se que o referido ativo (FIP MEZANINO MARINE INFRAESTRUTURA, ex – RN NAVAL) está em 31/12/2015 contabilizado no valor de - R\$ 2,107 milhões, significando uma **redução patrimonial superior a R\$ 80 milhões**. Além disso, segundo informação da Gerência de Ativos o Fundo ainda não apresentou Relatório de Auditores Independentes.

TRANSCRIÇÃO DA RESSALVA 3 – Parecer 006/2015:

RESSALVA 3

“III. Conforme mencionado na nota explicativa número 5.1.3.”a” (Item D – Fundos de Investimentos – Dívida Externa), o Instituto possui recursos aplicados no fundo de investimento exclusivo BNY Mellon Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Dívida Externa,

registrado por R\$ 124.416 mil, em 31 de dezembro de 2014. A carteira deste fundo está composta unicamente por cotas do fundo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa, que possui aplicações em títulos de dívida privados (Notas – credit-linked notes), os quais têm gerado sucessivas perdas ao fundo, com impacto negativo no valor de suas cotas. Não nos foi disponibilizado, pelo BNY Mellon, o acesso às demonstrações contábeis, à administração do fundo e nem aos auditores independentes destes fundos para a data-base de 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo apresentado pelo Instituto e sobre a necessidade de ajuste desses valores naquela data.”

V.3 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO

FISCAL: RESSALVA 3 - Considerando que este Conselho Fiscal ainda não tem conhecimento da informação dos Auditores Independentes, destaca-se que o referido ativo (Fundos de Investimentos – Dívida Externa) está em 31/12/2015 contabilizado no valor de **R\$ 141,150 milhões**, significando uma valorização **escritural superior a R\$ 17 milhões**. Todavia, mantém-se a ressalva proferida no Parecer anterior, dada a informação recebida da Gerência de Ativos, de que o Fundo ainda não apresentou Relatório de Auditores Independentes no presente exercício.

TRANSCRIÇÃO DA RESSALVA 5 – Parecer 006/2015:

RESSALVA 5

Quanto ao item 7 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que trata da ausência de cronogramas formais com os Administradores dos Fundos de Investimento para fins de apresentação de seus respectivos Relatórios de Auditoria, dos quais, são citados 23 pelos Auditores Independentes que não apresentaram os respectivos relatórios de auditoria. Só nesses 23 Fundos o montante de investimentos supera o valor

de R\$ 1,3 bilhões. Dada a relevância das auditorias para o fechamento do patrimônio desses Fundos e, conseqüentemente, das contas do Postalis. Este conselho registra RESSALVA, contando com a solução aventada pela Diretoria para o exercício de 2015. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.

V.4 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: RESSALVA 4 - Considerando que este Conselho Fiscal ainda não tem conhecimento da informação dos Auditores Independentes, destaca-se que, de acordo com a informação prestada pela Gerência de Ativos, até a presente data, 7 (sete) fundos não apresentaram os respectivos Relatórios de Auditores Independentes relativos ao exercício de 2015. O montante de investimentos compreendidos pelos 7 (sete) fundos é de **R\$ 602,373 milhões**. Dada a relevância dos valores investidos, sem a validação dos mesmos por auditores independentes, mantém-se a presente Ressalva.

TRANSCRIÇÃO DA RESSALVA 6 - Parecer 006/2015:

RESSALVA 6

Quanto ao que foi tratado no item 10 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, referente à RTSA, os Auditores Independentes consideram o ponto como regularizado, pela simples conversão em déficit técnico da dívida não contratada, dado que a Patrocinadora-ECT suspendeu o repasse das parcelas da competência de março/2014 por recomendação do DEST/MP. A motivação para esta ressalva decorre da convicção deste Conselho no sentido de que, tendo por base toda a documentação anteriormente aprovada e existente no âmbito do Postalis e da ECT, os valores relativos à RTSA se enquadram como serviço passado e, portanto, são de responsabilidade da Patrocinadora-ECT. Este posicionamento é corroborado, e fundamenta-se também, pelo fato de a matéria encontrar-se em fase de discussão judi-

cial, em ação promovida pelo Postalis contra a ECT. (Refere-se ao Plano PBD).

V.5 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: RESSALVA 5 - Este Conselho mantém a ressalva, considerando que o tema RTSA continua sem solução, estando registrado o posicionamento deste Órgão em suas atas, notadamente na Recomendação 09, constante da ata da 380ª Reunião Ordinária, bem como no teor completo da ata da 77ª Reunião Extraordinária.

TRANSCRIÇÃO DA RESSALVA 8 - Parecer 006/2015:

RESSALVA 8

Relativamente ao item 12 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que trata da Imparidade dos Investimentos, são relacionados pelos Auditores Independentes 17 Fundos que não apresentaram relatórios de auditoria e, conseqüentemente, não comprovaram ter realizado testes de imparidade. É ponto relevante na medida em que os valores apresentados podem não corresponder ao real patrimônio e, com isso, comprometer a acuracidade das contas. Diante disso, este Conselho registra o ponto como RESSALVA. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.

V.6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: RESSALVA 6 - Este Conselho mantém a ressalva, tendo em vista não haver recebido manifestação no sentido de que a situação objeto da ressalva anterior tenha sido solucionada.

VI - DAS ÊNFASES

Tendo em vista o não recebimento do Relatório dos Auditores Independentes não há ênfases a registrar com relação ao mesmo.

VII - DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015

Além dos pontos já destacados no presente Parecer, onde foram considerados dados extraídos das Notas Explicativas elaboradas pelo Postalís, o Conselho Fiscal faz complementarmente os seguintes apontamentos:

Item 3.9 – Plano de Equacionamento do Déficit de 2014

ÊNFASE 1: Relativamente ao plano de equacionamento do déficit do Plano PBD, aprovado no corrente ano, tendo por base 31/12/2014, e cuja implementação encontra-se, nesta data, suspensa por medidas liminares, este Conselho ratifica posicionamentos já firmados na ata da sua 380ª Reunião Ordinária (Recomendações 07 a 11), que aguardam manifestação da Diretoria e do Conselho Deliberativo do Postalís.

Item 5.3.1 (i): Premissas e Hipóteses Atuariais

ÊNFASE 2: Foi observada ausência da mensuração dos impactos nos cálculos das provisões matemáticas, provenientes das mudanças das hipóteses e premissas atuariais, entre as quais destaca-se, dentre outros, a adoção do diferimento dos pedidos de aposentadorias programadas, que resultou em uma redução da ordem de **R\$ 800 milhões** na conta de benefícios a conceder. É de se estranhar que uma alteração de tamanho impacto não tenha sido objeto de comentários, tanto nas Notas Explicativas quanto no Parecer Atuarial.

Item 3.4, Subitem 3.4.1. PCLD Créditos Privados e Depósitos

ÊNFASE 3: O quadro constante do subitem 3.4.1 deixou de informar o saldo inicial das provisões para perdas e as respectivas adições e baixas com vistas a informar o saldo ou a posição referente ao final do exercício, difi-

cultando o cruzamento das informações com os registros do balanço. O quadro deveria ter contemplado todas as provisões, independentemente do ano em que ela foi constituída, de modo a permitir análise completa.

VIII - PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. PLANO PBD - considerando:

- a. Que as **RESSALVAS 1, 2, 3, 4 e 6**, registradas neste parecer, sobretudo as reincidentes com relação a pareceres dos exercícios anteriores, mormente as que impactam a exatidão dos valores relativos ao patrimônio de fundos de investimentos, quanto a efeitos financeiros e econômicos não passíveis de serem mensurados, que por consequência, não proporcionam a devida segurança em relação à fidedignidade dos dados contabilizados;
- b. Que as não conformidades presentes nas demonstrações contábeis desde o encerramento do exercício de 2014, contaminaram as demonstrações ora analisadas, como foi apontado no **item IV, alíneas de “a” a “f.”** Uma evidência da inconsistência dos lançamentos contábeis ora analisados é, por exemplo, a de que registra o equacionamento do déficit acumulado de 2014 do Plano PBD, ao mesmo tempo em que informa haver equilíbrio técnico no mesmo exercício;
- c. Que, em relação à RTSA, **RESSALVA 5**, conforme reiterados posicionamentos deste Conselho em suas atas de reunião, não há como acolher tecnicamente a simples transformação de uma dívida historicamente reconhecida pela patrocinadora, a título de Serviço Passado, em déficit técnico a ser equacionado paritariamente com participantes e assistidos.

Por todo o exposto, este Conselho é de opinião desfavorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo das demonstrações contábeis do Plano PBD, referentes ao exercício de 2015.

2. PLANO POSTALPREV: conclui-se com base nos documentos examinados por opinar favoravelmente que o Conselho Deliberativo aprove as demonstrações contábeis do exercício de 2015 deste Plano, exceto quanto aos efeitos financeiros e econômicos não possíveis de serem mensurados, provenientes das ressalvas registradas neste Parecer.

3. PLANO PGA: conclui-se com base nos documentos examinados por opinar favoravelmente que o Conselho Deliberativo aprove as demonstrações contábeis do exercício de 2015 deste Plano.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO POSTALIS

Considerando a relevância do Plano PBD nas demonstrações contábeis consolidadas do POSTALIS, este Conselho é de opinião desfa-

vorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo das demonstrações contábeis consolidadas do Postalís, referentes ao exercício de 2015.

NOTA:

O presente Parecer, conforme já mencionado, foi elaborado sem o conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes. Ainda que não seja peça legalmente exigida para a manifestação deste Conselho Fiscal, o mencionado Relatório tem se constituído ao longo dos anos em importante subsídio para os trabalhos deste Órgão. Por conseguinte, caso o referido documento, quando disponibilizado, apresente elementos capazes de modificar a opinião emitida por este Colegiado, este Conselho poderá voltar a se manifestar complementarmente, se assim for do seu entendimento.

Brasília/DF, 15 de julho de 2016.



REGINALDO CHAVES DE ALCANTARA
Presidente



ANGELO SARAIVA DONGA
Membro Efetivo



JULIANO ARMSTRONG ARNOSTI
Membro Efetivo



JÚLIO VICENTE LOPES
Membro Efetivo

Manifestação do Conselho Deliberativo

Aprovação das Demonstrações Contábeis - Exercício de 2015

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência Complementar – Postalisa registra as seguintes informações relativas às Contas Gerais – Exercício de 2015 que considera importantes:

I. Superávit POSTALPREV

A GlobalPrev não emitiu opinião sobre o superávit de 2015, contudo este Conselho registra que houve uma redução significativa em relação ao ano anterior.

2014 – R\$ 63.067
2015 – R\$ 6.973
Redução – R\$ 56.094

II. Rentabilidade

PLANOS	EXECUTADA	META
PBD Saldado	6%	17,25%
POSTALPREV	10,52%	17,52%

III. Agravamento da provisão para perda

PLANOS	CRESCIMENTO	R\$ - 2014	R\$ - 2015
PBD Saldado	11.31%	1.562.095	1.738.747
POSTALPREV	46.59%	139.858	205.022

IV. Registros contábeis desconexos

Registros contábeis desconexos com a atual situação do Termo de Ajustamento de Con-

duto - TAC. Segundo registros o déficit atual do exercício de 2015 é de R\$ 4,82 bilhões, no qual segundo o Conselho Fiscal a demonstração deveria expressar um déficit até abril/2015 de R\$ 135,6 milhões e o déficit de 2013 e 2014 de R\$ 4,5 bilhões.

A justificativa do lançamento segundo o Instituto foi o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, mas segundo o Conselho Fiscal o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC somente tornou sem efeito o equacionamento aprovado em mar/2015 restabelecendo a situação deficitária que vem se arrastando desde 2013.

Conforme apontamentos do Conselho Fiscal, a manutenção dos registros contábeis desconexos da realidade dos fatos, podem colocar em risco as medidas necessárias que devem ser adotadas pela entidade em 2015 para equacionamento do PBD, uma vez que o plano fechou o exercício de 2014 em situação de equilíbrio técnico, o que comprometeria o equacionamento em 2015 conforme legislação.

Alterações - Houve alterações no PBD para adequar aos apontamentos do Conselho Fiscal, contudo o POSTALPREV, manteve-se sem alterações.

V. Ênfase

Uma das ênfases do Relatório da Auditoria Independente trata da paralisação do pagamento do Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA pelos Correios, conforme entendimento do DEST, ocasionando a conversão desta parcela em déficit técnico no

Instituto. Segundo o Conselho Fiscal, com base em toda a documentação existente, os valores da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA deveriam ser registrados no Instituto como serviço passado e não déficit. Assim, considerando que o tema ainda permanece sem solução, o Conselho Fiscal mantém sua ressalva.

Este Conselho registra que o valor relativo à Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA no momento não pode ser registrado como direito a receber no Postalis, pois trata-se de um ativo contingente e conforme CPC 25/2009, este não pode ser reconhecido no ativo, desde que seja praticamente certo o seu recebimento.

Contudo, este Conselho solicita que esta nota seja inserida no subitem 3.5 da Nota Explicativa.

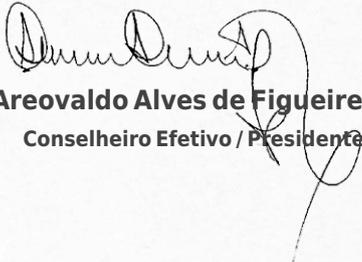
Nota Explicativa

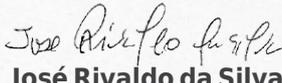
Nota 3.9 – Em seu segundo parágrafo consta, após as últimas alterações o valor de R\$

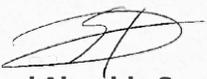
4,098.241 mil como plano de equacionamento do déficit de 2014 posicionado em 2015 para constituição de contribuições extraordinárias a partir de maio de 2016. Contudo este valor não confere com o Balanço patrimonial. Verificar a consistência das informações apontadas.

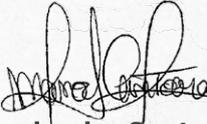
DECISÃO: O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência Complementar - Postalis, em cumprimento ao disposto no artigo 24, inciso V do Estatuto da entidade, APROVA, por unanimidade, as CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 COM RESSALVAS, observadas as ressalvas e ênfases apontadas no Relatório dos Auditores Independentes PAR 16/056. Determina, ainda, ao Instituto que sejam adotadas medidas que venham a eliminar as ressalvas e ênfases apontadas na manifestação referenciada. Determina também, que sejam adotadas ações que venham, ainda no segundo semestre de 2016, buscar a reversão do quadro apresentado.

Brasília, 28 de julho de 2016.


Areovaldo Alves de Figueiredo
Conselheiro Efetivo / Presidente


José Rivaldo da Silva
Conselheiro Efetivo


Manoel Almeida Santana
Conselheiro Efetivo


Manoel Oliveira dos Santos Cantoara
Conselheiro Efetivo


Máximo Joaquim Calvo Villar Junior
Conselheiro Efetivo


Sergio Mauricio Bleasby Rodrigues
Conselheiro Efetivo

Expediente



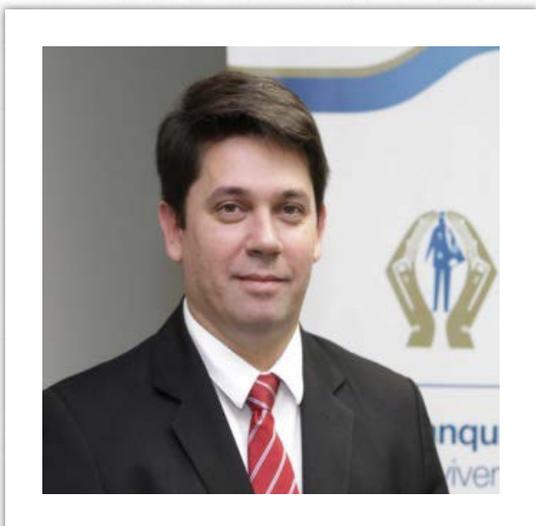
André Motta é natural do Rio de Janeiro e formado em Direito e Economia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RIO. Ocupou diversos cargos de gestão junto ao Governo do Distrito Federal, entre os anos de 1999 e 2011, dentre eles o de Chefe da Coordenadoria de Planejamento e Modernização da TERRACAP (Companhia Imobiliária de Brasília), onde foi responsável por inovações como a implantação do sistema de gestão empresarial e a certificação ISO, tornando a TERRACAP a primeira empresa certificada do GDF. André Motta foi Secretário-Adjunto de Estado da Secretaria de

Presidente

ANDRÉ LUIS CARVALHO DA MOTT A E SILVA

Desenvolvimento Tecnológico, da Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Distrito Federal, tendo inclusive respondido como titular desta última em 2006. Na CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal foi Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Parcerias e Projetos Estratégicos, tendo sido responsável pela contratação da primeira Parceria Público-Privada no âmbito do Governo do Distrito Federal. Ocupou ainda o cargo de Presidente da empresa entre 2009 e 2010. No período de junho de 2010 a janeiro de 2011, Motta exerceu o cargo de Diretor Administrativo do Banco de Brasília e foi Presidente do Conselho Fiscal da empresa Cartão BRB/SA. Nos últimos três anos, atuou como Diretor de Segurança e Diretor de Investimentos do Postalís – Instituto de Previdência Complementar.





Christian Perillier Schneider é natural do Rio de Janeiro e formado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB, em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – UNICEUB, Pós-Graduado “Latu-Sensu” em Política e Estratégia, e é Mestre em Economia. Christian Schneider é certificado, com foco em investimentos, pelo ICSS – INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURIDADE SOCIAL. Ocupou diversos cargos junto ao Ministério da Integração Nacional, entre os anos de 2007 e 2009, dentre eles o de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Secretário Substituto de Desenvolvimento do Centro-Oeste, onde foi responsável pela coordenação de todas as atividades necessárias à criação e implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e do Banco de Desenvolvimento

Diretor de Investimentos
CHRISTIAN PERILLIER
SCHNEIDER

do Centro-Oeste – BDCO. Schneider foi Assessor Especial da Sub-Chefia de Assuntos Parlamentares, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, tendo prestado assessoria orçamentária e financeira referente às Emendas Parlamentares e Programas Ministeriais. No período de abril de 2010 a janeiro de 2011, ele exerceu o cargo de Diretor de Controle do Banco Regional de Brasília – BRB, responsável por toda área de Controles Internos e Conformidade, Riscos de Mercado e Liquidez, Riscos Operacionais e Institucionais, Controladoria e Contabilidade, Planejamento Estratégico e Orçamento do Conglomerado BRB. Foi também Presidente do Conselho de Administração do Cartão BRB, empresa do conglomerado responsável por toda administração e gestão operacional dos cartões de crédito e débito do banco, e controladora das Empresas Ativos S.A e Corretora de Seguros BRB. Nos últimos três anos ele atuou como presidente da Sercomtel S.A. Telecomunicações, sociedade de economia mista que possui composição acionária de 55% do Município de Londrina e 45% da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL.





Paulo Sá é cearense de Fortaleza, radicado em Brasília e economista formado pelo Uni-CEUB. Concluiu o MBA em Finanças e Investimentos pela London Business School (Inglaterra) e especializou-se em Private Equity, no Venture Capital Institute (Atlan-

Diretor de Benefícios
PAULO FERNANDO
MOURA DE SÁ

ta, EUA). Possui 25 anos de experiência no mercado financeiro, nas áreas de Previdência e Investimentos. Desempenhou funções estratégicas, ocupando posições seniores, em algumas das mais importantes organizações do mercado nacional e internacional, como na CENTRUS - Fundação Banco Central de Previdência Privada, Banco Bozano Simonson, Citibank e Brasil Telecom S/A.

Ele é certificado pelo ICSS para gerência e/ou direção em entidades de previdência. Além disso, é credenciado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários como Administrador de Carteiras, Títulos e Valores Mobiliários.



Bacharel em Ciências Contábeis com especialização em Administração Financeira, Luiz Alberto também estudou Filosofia, Economia e Jornalismo. Luiz já trabalhou com rádio, televisão e jornal, e, como empresário, atuou nos ramos de farmácia, comércio de veículos, e treinamento e desenvolvimento profissional. Também foi assessor da presi-

Diretor Administrativo-financeiro
LUIZ ALBERTO
MENEZES BARRETO

dência na Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI e Assessor de Planejamento do SESI/PI.

No ano de 2000, ingressou nos Correios através de concurso público. Nos Correios, assumiu as mais diversas funções, entre elas: Coordenador de Atendimento, Chefe de Seção Administrativa, Gerente de Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas, Gerente de Grandes Clientes e Gerente Regional (REOP e REVEN) de Uberlândia e da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nos últimos anos, Luiz Alberto presidiu nacionalmente a entidade representativa de participantes ADCAP - Associação dos Profissionais dos Correios.

Conselho Deliberativo

TITULARES	SUPLENTES
Eleitos pelos participantes	
José Rivaldo da Silva	Antônio Ítalo de Aguiar Teixeira
Manoel Almeida Santana	Marcos da Matta Silveira
Sérgio Maurício Bleasby Rodrigues	Vinicius Moreno
Indicados pela Patrocinadora	
Areovaldo Alves de Figueiredo (Presidente)	Angela Rosa da Silva
Máximo Joaquim Calvo Villar Júnior	Hudson Alves da Silva
Manoel dos Santos Cantoara	José Alberto Brito

Conselho Fiscal

TITULARES	SUPLENTES
Eleitos pelos participantes	
Reginaldo Chaves de Alcantara (Presidente)	Carlos Roberto Paulin
Angelo Saraiva Donga	Amanda Corcino Garcia
Indicados pela Patrocinadora	
Juliano Armstrong Arnosti	Cícero Ricardo de Santa Rosa
Júlio Vicente Lopes	Júlio César Oliveira



**POSTALIS - Instituto de
Previdência Complementar**

Setor Comercial Sul, Quadra 3
Bloco A, nº 119, Edifício Postalís
Brasília - DF, 70300-903